

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO  
SUSTENTÁVEL**

**POLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA**

**Volume 2**

**Parte 1 – ÁREA DE PLANEJAMENTO**

**Parte 2 – DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Contrato de prestação de serviços especializados n. 004/2003, que celebram entre si a Secretaria de Estado de Turismo e a Fundação João Pinheiro, por intermédio do Centro de Estudos Econômicos e Sociais, para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, em 27 de junho de 2003.

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
Alameda das Acácias, 70.  
São Luis / Pampulha  
31.275-150 – Belo Horizonte  
Caixa Postal 1200 – CEP: 30.160-970  
Telefone (31) 3448-9400  
FAX: (031) 3448-9741  
e-mail geral @fjp.mg.gov.br  
http: www.fjp.mg.gov.br

**Coordenação Geral**  
Centro de Estudos Econômicos e Sociais  
Maria Aparecida Arruda  
Nelson Antônio Quadros Vieira Filho  
Patrícia Albano Maurício da Rocha

**Revisão e Normalização**  
Afonso Celso Gomes  
Aline Costa de Queiroz

**Criação da Capa**  
Wagner Bottaro

**Apoio Administrativo**  
Doralisse de Oliveira A. Rocha.

**Impressão**  
Organizações Lerbach Ltda.  
Avenida dos Engenheiros, 1520.  
Castelo  
Belo Horizonte

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Econômicos e Sociais

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2004. 13 v. il.

Conteúdo: v.1 – Resumo Executivo. v.2 – Parte 1 – Área de Planejamento. Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social. v.3 – Infra-estrutura. v.4 – Patrimônio Histórico e Cultural. v.5 – Aspectos sócio-ambientais. v.6 – Capacidade Institucional Municipal. v.7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico. v.8 – Parte 1– Produtos Turísticos e Atrativos. Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamentos e outros Equipamentos Turísticos. v.9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo. Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo. v.10 – Parte 1 – Perfil do Turista. Parte 2 – Gastos Turísticos. Parte 3 – Demanda Atual e Potencial. v.11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico. Parte 2 – Quadros Prospectivos. v.12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego por Município. v.13 – Plano de Ação.

1. Turismo – Vale do Jequitinhonha 2. Planejamento Turístico – Vale do Jequitinhonha.

CDU: 379.85 (815.1 – 0 Jequitinhonha)

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO  
SUSTENTÁVEL**

**POLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA**

**Volume 2**

**Parte 1 – ÁREA DE PLANEJAMENTO**  
**Parte 2 – DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL**

**Belo Horizonte**  
**Novembro de 2004**



## APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE II) foi elaborado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro, atendendo a demanda da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

A metodologia de elaboração do PDITS, detalhada nos diversos itens que compõem o documento principal do Plano, demandou o levantamento de vários tipos de dados, primários e secundários, sobre a região, de forma a atender aos itens especificados no Termo de Referência do Plano, em seu Anexo A. As pesquisas relativas ao inventário turístico e ao patrimônio histórico, capacidade institucional dos municípios e do setor privado, aspectos socioambientais e capacitação da população para o turismo, ocorreram no período de julho a agosto de 2003. A pesquisa de demanda atual e potencial foi realizada em outubro de 2003. Alguns dados, especialmente aqueles relativos aos componentes socioambiental e à capacitação do profissional para o turismo, foram passíveis de atualização até julho de 2004. O resultado, em termos de diagnóstico, estratégias e plano de ação, foi também ajustado a partir de amplas discussões realizadas com o Conselho do Pólo e representantes da região em reuniões ocorridas em Diamantina, em maio, junho, julho e novembro de 2004, que tiveram por objetivo promover a participação pública no processo de elaboração do PDITS e sua validação.

O Plano compreende os seguintes volumes:

Volume 1 – Resumo Executivo

Volume 2 – Parte 1 – Área de Planejamento

– Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social

Volume 3 – Infra-estrutura

Volume 4 – Patrimônio Histórico e Cultural

Volume 5 – Aspectos Socioambientais

Volume 6 – Capacidade Institucional Municipal

Volume 7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico

Volume 8 – Parte 1 – Produtos Turísticos e Atrativos

– Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamento e outros Equipamentos Turísticos

Volume 9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo

– Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo

Volume 10 – Parte 1 – Perfil do Turista

– Parte 2 – Gastos Turísticos

– Parte 3 – Demanda Atual e Potencial

Volume 11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico

– Parte 2 – Quadros Prospectivos

Volume 12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego, por Município

Volume 13 – Plano de Ação

Operando em um horizonte temporal de planejamento que vai até 2020, este Plano representa um poderoso instrumento capaz de potencializar as vantagens e superar as principais limitações ao desenvolvimento integrado e sustentável do turismo da região, induzindo, em decorrência, o incremento do emprego e da renda, além de promover outros benefícios econômicos e socioambientais para a população da região e do Estado.

O volume 2 do PDITS compõe-se de duas partes. Na Parte 1 – Área de Planejamento –, são apresentadas e discutidas as etapas de definição da Área de Planejamento e

justificada a sua divisão em *área principal* e *área complementar* de atuação do Programa.

A Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social – compreende dois capítulos. O Capítulo 1 – Dinâmica Econômica – aborda a evolução recente e o perfil econômico setorial da Área de Planejamento, bem como os aspectos das economias municipais referentes às atividades primárias, industriais e de comércio e serviços. O Capítulo 2 – Análise Social – trata, em primeiro lugar, dos aspectos referentes à evolução e distribuição populacional, em termos de densidade, faixa etária, sexo e situação de domicílio. Em segundo lugar, são abordadas as questões referentes às condições de vida, analisadas sob o ângulo da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano desde 1970 e de outras informações referentes às condições de educação, saúde e criminalidade.



## SUMÁRIO GERAL

<b>Parte 1</b>	
<b>ÁREA DE PLANEJAMENTO – DEFINIÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1 PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA</b> .....	<b>19</b>
<b>2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA</b> .....	<b>25</b>
<b>3 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO</b> .....	<b>31</b>
<b>Parte 2</b>	
<b>DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL</b>	<b>37</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>1 DINÂMICA ECONÔMICA</b> .....	<b>51</b>
<b>2 ANÁLISE SOCIAL</b> .....	<b>105</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>157</b>
<b>ANEXO – Indicadores econômicos e sociais dos municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>171</b>



**Parte 1**  
**ÁREA DE PLANEJAMENTO – DEFINIÇÃO**



## **EQUIPE TÉCNICA**

Ângelo Costa Gurgel (consultor)

Cristiano João dos Reis Milagres de Paula (consultor)

Deusdedit Soares dos Santos (FJP)

Eduardo Eugênio Quirino Câmara (COPASA/MG)

Ermelinda Gomes Christófaró (SETUR/UEE)

Grécia Carlos Amaral Almeida (FJP)

Ivanete de Deus Simões Vargas (consultora)

José Euclides Alhadas Cavalcanti (consultor)

Luciano Amorim Borges (consultor)

Maria Aparecida Arruda (FJP)

Maria de Fátima Cunha (FJP)

Maria Marta Martins Araújo (FJP)

Maria Teresa Monteiro de Castro Lisboa (DER/MG)

Nelson Antônio Quadros Vieira Filho (FJP)

Patrícia Albano Maurício da Rocha (FJP)

Raquel Faria Scalco (consultora)



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1.1 –	Municípios componentes do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais.....	19
FIGURA 1.1 –	Localização dos municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.....	20
FIGURA 3.1 –	Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.....	35

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA.....</b>	<b>19</b>
<b>2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>3 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO.....</b>	<b>31</b>

## **INTRODUÇÃO**

Este item do PDITS define a Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, localizado no estado de Minas Gerais. Na primeira seção é apresentado o Pólo no seu contexto geográfico e histórico. Numa segunda seção é justificada a escolha, pelo seu potencial turístico, de nove municípios para os levantamentos e estudos que levaram à definição da área de planejamento. Na terceira seção, definiu-se a área de planejamento a partir do roteiro indicado no item 3.3.1 do Termo de Referência do Anexo A do PDITS e recomendações do Ministério do Turismo.



## 1 PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha se insere no PRODETUR/NE na sua fase II, pelo fato de pertencer à área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e possuir inegável potencial turístico.

O Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, institucionalizado no Decreto n. 43.573 de 08/09/03,<sup>1</sup> compreende trinta municípios distribuídos pelas três unidades geográficas: Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha (QUADRO 1.1).

QUADRO 1.1

Municípios componentes do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais

Alto Jequitinhonha	Médio Jequitinhonha
1. Angelândia	14. Araçuaí
2. Aricanduva	15. Berilo
3. Capelinha	16. Chapada do Norte
4. Couto de Magalhães de Minas	17. Coronel Murta
5. Datas	18. Francisco Badaró
6. Diamantina	19. Itaobim
7. Felício dos Santos	20. Itinga
8. Itamarandiba	21. Ponto dos Volantes
9. Minas Novas	22. Virgem da Lapa
10. São Gonçalo do Rio Preto	
11. Serro	Baixo Jequitinhonha
12. Turmalina	23. Almenara
13. Veredinha	24. Felisburgo
	25. Jacinto
	26. Jequitinhonha
	27. Joáima
	28. Pedra Azul
	29. Rubim
	30. Salto da Divisa

Fonte: Unidade Executora Estadual (UEE).

<sup>1</sup> Este decreto do Poder Executivo do estado de Minas Gerais altera o decreto n. 41.916 de 20 de setembro de 2001, que consolida as disposições referentes ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais – PRODETUR/MG integrantes do PRODETUR/NE – II.

A localização espacial dos municípios pode ser vista na FIG.1.1.



FIGURA 1.1 – Localização dos municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha  
Fonte: Unidade Executora Estadual (UEE)

Os municípios pertencem à bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, localizada na porção Nordeste do estado de Minas Gerais, entre os paralelos 15°30' e 18°15' Sul e 38°30' e 44°00' Oeste, e em uma pequena área no sul do Estado da Bahia.

O rio Jequitinhonha nasce no município do Serro, MG, a uma altitude de 1260 m e deságua no oceano Atlântico, após percorrer uma extensão total de 870 quilômetros. É, portanto, um rio federal e tem como tributários mais importantes os rios Araçuaí,

São Miguel, São João e Rubim do Sul, na margem direita, e os rios Vacaria, Salinas e Itacambiruçu, na margem esquerda.

Com relação aos aspectos geológicos e geomorfológicos, o Vale do Jequitinhonha é marcado pela presença da serra do Espinhaço, na região das cabeceiras, e do divisor de águas com a bacia do rio São Francisco, com altitudes que atingem até 1400 metros, com predominância de colinas com vertentes íngremes e vales encaixados, e picos e cristas constituídos de quartzitos e xistos. O médio e alto cursos registram a presença de chapadas com altitudes entre 800 e 1100 metros, evoluídas sobre xistos e rochas gnaissicas e graníticas. Essas áreas correspondem aos Planaltos do Jequitinhonha, ao Planalto Sul Baiano e aos Planaltos Dissecados do Leste de Minas. O ponto culminante é representado pelo Pico do Itambé, com 2002 m de altitude, inserido em uma unidade de conservação ambiental, o Parque Estadual do Pico do Itambé. Destacam-se ainda o Pico dos Dois Irmãos, no Parque Estadual do Rio Preto, e o Pico da Tromba D'Anta, no Parque Estadual da Serra Negra.

O baixo curso do rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, é caracterizado por formas de relevo mais suaves, com colinas arredondadas modeladas sobre rochas granito-gnaissicas e por formas tabulares de sedimentos terciários. Destaca-se a zona de depressão do relevo que se desenvolve ao longo do vale do rio Jequitinhonha e alguns de seus afluentes, desde a região de Salinas estendendo-se para leste, denominada Depressão do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha está localizado em região de *clima* tropical, sendo que o regime pluviométrico determina a sazonalidade climática. O Alto Jequitinhonha apresenta níveis significativos de *precipitação*, atingindo 1400 mm na extremidade oeste e 900 mm no limite leste. Os totais anuais de evapotranspiração potencial são da ordem de 1292 mm e, assim, a região atua como a principal fonte de suprimento de água de toda a bacia hidrográfica. A distribuição da precipitação é unimodal, com chuvas concentradas no período de verão. O Médio Jequitinhonha é a região com os menores valores de precipitação – com totais anuais da ordem de 700 mm a 800 mm – e totais anuais de evapotranspiração da ordem de 1600 mm. É uma região submetida a freqüentes períodos de estiagem. A região do Baixo Jequitinhonha

apresenta precipitações durante todo o ano, com totais anuais da ordem de 900mm a 1100mm, devido à proximidade do oceano.

As atividades econômicas predominantes no Vale do Jequitinhonha são a mineração de diamante e ouro e a lavra garimpeira, merecendo destaque também a pecuária, a silvicultura e a agricultura.

As características do clima, da geologia e do relevo, aliadas aos diferentes tipos de solo, propiciaram na região do Alto Jequitinhonha o desenvolvimento de uma cobertura vegetal com fisionomias bastante contrastantes: as formações campestres e as formações florestais, consideradas variações dos biomas do cerrado e da mata atlântica. A região do Espinhaço abriga, também, a maior parte das espécies de sempre-vivas de todo o planeta, cerca de 70.

Os chapadões do Vale do Jequitinhonha, em especial nos municípios de Itamarandiba, Capelinha, Minas Novas e Turmalina, oferecem um visual específico formado por extensos plantios de eucalipto.

O Vale do Jequitinhonha, além de suas características físicas, tem um valioso patrimônio histórico-cultural, com destaque para as cidades históricas que testemunham o apogeu da mineração do ouro e do diamante nos séculos XVIII e XIX, seu artesanato de características singulares, sua música e festas religiosas e populares.

O Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha compreende assim uma área de grande valor histórico e cultural, cuja importância no passado foi decisiva para a formação histórica de Minas Gerais e do país. A ocupação dessa extensa região por bandeirantes paulistas e portugueses data do início do século XVIII, quando foram descobertas grandes quantidades de ouro e diamantes nos seus principais rios e ribeirões. A extração do diamante foi responsável, inclusive, por tornar o rio Jequitinhonha bastante famoso em toda a Europa, na época. Além das riquezas minerais, foi decisiva para a ocupação da região, a existência de terras férteis ao longo dos rios, como é o caso, por exemplo, da confluência entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí, local onde se erigiu a pequena Aldeia do Ponta, povoado que deu origem ao atual município de Araçuaí.

O marco da colonização da região é dado pela descoberta, por Antônio Soares Ferreira e Manuel Rodrigues Arzão, em 1702, das minas do Ivituruí – vocábulo indígena que quer dizer “Serro Frio”, alusivo ao clima que se fazia no cume da serra – data que corresponde também à fundação da atual cidade do Serro, anteriormente chamada de Vila do Príncipe, e que foi por muitos anos a sede da Comarca do Serro Frio, criada e demarcada pela provisão régia de 17 de fevereiro de 1720.

Durante o século XVIII, toda a região compreendida pelo Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha fazia parte da Comarca do Serro Frio, uma das mais extensas da capitania de Minas Gerais e que se estendia até a divisa da Bahia. Com o objetivo de atender às necessidades ligadas à extração do diamante e do ouro, apenas duas vilas foram criadas no período colonial: a já mencionada Vila do Príncipe, atual Serro, em 1714, e a de Minas Novas, em 1730. Diamantina ou arraial do Tijucu, como era chamada, apesar de ser o centro administrativo da Demarcação Diamantina, só foi elevada à categoria de vila em 1831.

A fundação de Diamantina data de 1713, quando Jerônimo Gouveia se estabeleceu nas encostas da serra da Lapa e aí ergueu uma capelinha em devoção a Santo Antônio, ao redor da qual surgiu o pequeno arraial, origem da atual cidade, que é hoje considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

A fundação de Minas Novas e de diversos outros povoados da região se deve ao sertanista Sebastião Leme do Prado que, desde 1700, vinha com outros paulistas, explorando o rio das Velhas. Trabalhando à margem do córrego Bom Sucesso encontraram ouro e diamantes. A pequena povoação que ali se constituiu foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Nossa Senhora do Bonsucesso das Minas Novas do Araçuaí. Por resolução régia de 1729, Minas Novas esteve sujeita administrativa e militarmente ao governo da capitania de Porto Seguro da Bahia, só vindo mais tarde, em 1760, a incorporar-se à comarca de Serro Frio, da capitania de Minas Gerais.

Por essa mesma época, um outro explorador, Brás Esteves, descobre ricas minas no rio Araçuaí. Dos vários arraiais que surgiram dessas primeiras explorações, um foi o

de Água Suja, atual município de Berilo. Chapada do Norte também tem sua origem nessa época, quando se repartiram em 1728 as datas do ribeirão do Bom Sucesso.

Interessante observar que a ocupação da região também sofreu forte influência da Bahia. Por exemplo, o território do atual município de Itinga foi explorado pelo capitão-mor João da Silva Santos, em 1805, por ordem do governo dessa capitania vizinha. O explorador subiu o Jequitinhonha, até a Barra do Ponta. Em 1810, chegou a esta zona o alferes Julião Fernandes Leão e deu início, por ordem do Príncipe Regente, a uma estrada chamada da 7ª Divisão. A estrada margeava o rio Piuí, afluente do Jequitinhonha, e seguia até Belmonte. Ao longo dessa estrada, foram-se estabelecendo alguns moradores e com isso surgiu o pequeno povoado que deu origem à cidade de Itinga. Virgem da Lapa e Jequitinhonha também são municípios cuja formação original é também bastante antiga.

Com o aparecimento desses novos núcleos urbanos nas áreas do Médio e Baixo Jequitinhonha, foi-se tornando cada vez mais necessária uma nova divisão administrativa para a região, principalmente considerando a distância em relação ao Serro, antiga sede da comarca. Em meados do século XIX, portanto, a região já aparece dividida em duas comarcas: a do Serro Frio e a do Jequitinhonha, tendo essa última como centro principal a cidade de Minas Novas.

A maior parte dos municípios do Vale do Jequitinhonha ou fizeram parte do território de Minas Novas ou se desenvolveram sob sua influência, mesmo na região do Alto Jequitinhonha, como é o caso de Itamarandiba, Capelinha e Turmalina. Na verdade, durante todo o século XVIII e boa parte do XIX, Minas Nvas manteve-se enquanto centro econômico e político do norte de Minas Gerais cedendo lugar, mais tarde, para a cidade de Montes Claros.

Em virtude de sua importância histórica destacam-se, portanto, as cidades de Serro, Diamantina e Minas Novas. Nessas três encontram-se os principais vestígios e testemunhos históricos dessa civilização do diamante e do ouro que se constituiu de forma extremamente rica e singular no Vale do Jequitinhonha.

## 2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

Tendo em vista o grande número de municípios que constituem o Pólo e o volume relativamente escasso de recursos disponíveis para a realização e implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável em Minas Gerais, era indispensável definir uma área mais restrita de planejamento, ficando os demais municípios para serem trabalhados num segundo momento.

Contudo, não existiam dois itens indispensáveis para a definição da área de planejamento: estudo de demanda turística (o que em tese deveria ter sido disponibilizado pelo Ministério do Turismo para a região Nordeste como um todo) e inventário turístico completo e atualizado da região. Era necessário portanto realizar uma pesquisa preliminar que suprisse a falta destes dados e balizasse a definição desta área de planejamento mais restrita.

A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), com a colaboração do Banco do Nordeste (BNB), prefeituras, órgãos estaduais, ONGs e representantes das comunidades havia realizado na região oficinas de planejamento (com enfoque participativo), envolvendo discussões iniciais sobre o PRODETUR e levantamentos preliminares de dados sobre o turismo regional, suas potencialidades e limitações.

Esses dados, complementados com outras informações disponíveis acerca da presença de atrativos, apontaram o Alto Jequitinhonha, onde se encontra o principal centro turístico do Pólo (Diamantina, Patrimônio Cultural da Humanidade) como sendo a região de maior potencial turístico.

Com base nos critérios de presença de atrativos turísticos mais significativos e no maior número de ocupados (Censo Demográfico, 2000 – Amostra) nos setores de Hotéis e similares e Bares e Restaurantes, utilizados aqui como indicadores de presença mais efetiva de serviços turísticos e de potencial turístico efetivo, a SETUR/TURMINAS, em conjunto com a Unidade Executora Estadual (UEE) do PRODETUR em Minas Gerais, optou por realizar as pesquisas necessárias para a posterior definição da área de planejamento e elaboração do PDITS em nove

municípios a saber: **Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina.**

O principal centro receptivo é Diamantina, elevada a Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1999, pelo estado bem conservado de seu patrimônio e seu valor histórico na formação de Minas e do Brasil.

Diamantina está na rota da Estrada Real, no Caminho do Sertão, por onde eram escoados os produtos – principalmente carnes – para abastecer Ouro Preto e as vilas que surgiram em função da exploração do ouro. O diamante conviveu com o Ciclo do Ouro, este, o mais rico período da história colonial. Do casario colonial diamantinense destaca-se o Mercado dos Tropeiros (atual Mercado Municipal), a Biblioteca Pública, o prédio da prefeitura (antiga Casa da Intendência), o Museu do Diamante, a Casa de Chica da Silva, diversas igrejas e, de época mais recente, o conjunto arquitetônico do vilarejo de Biribiri. Também se encontram manifestações folclóricas e culturais tradicionais de grande atratividade, com destaque para a Festa do Divino, o carnaval, as serestas e vesperatas<sup>2</sup> e o artesanato de alto nível (especialmente os conhecidos tapetes arraiolos). Há ainda o Parque Nacional das Sempre Vivas, Parque Estadual do Biribiri, várias cachoeiras e grutas, entre outros atrativos naturais. Diamantina concentra os melhores serviços turísticos do Pólo em termos de hotéis, pousadas e restaurantes. Possui também hospitais, aeródromo, rede bancária, emissora de rádio e jornais, dentre outros serviços e equipamentos.

O rico patrimônio histórico-arquitetônico é, também, importante atrativo do município de Serro, que dispõe de significativo acervo de arte religiosa brasileira, com alta qualidade da ornamentação interna dos templos e com a presença da pintura em perspectiva nos forros feitos pelo raro talento de Silvestre de Almeida Lopes. O município possui atrativos naturais representados pelo Parque Estadual do Pico do Itambé e inúmeras cachoeiras, bem como manifestações culturais relevantes

---

<sup>2</sup> O início da Vesperata data de 1895 com o maestro João Batista de Macedo à frente da banda de polícia militar. O evento é marcado pelo maestro regendo, da rua, os músicos, que ficam nas sacadas dos prédios executando músicas, em sua maioria eruditas, resgatando o antigo repertório, e música popular brasileira.

(bolerata,<sup>3</sup> festas religiosas e folclóricas). Destacam-se, ainda, os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, povoados de origem colonial e, hoje, importantes núcleos turísticos do município. Serro possui significativo número de hotéis, pousadas, restaurantes, bem como dispõe de estabelecimentos bancários e hospital, dentre outros serviços e equipamentos.

Em São Gonçalo do Rio Preto o destaque são os atrativos naturais, em especial o Parque Estadual do Rio Preto, criado em 1994, com uma área de 10.755 hectares – um terço de toda área do município – e que apresenta diversificada flora e fauna, além de pinturas rupestres; Lapa do Alberto, gruta localizada na fazenda Firmeza; e praias fluviais, com destaque para a praia do Lapeiro. Em termos de patrimônio histórico-cultural, possui como destaque a Capela de Bom Jesus e um importante acervo de imagens sacras. Suas manifestações culturais incluem a dança, música e artesanato, em exposição na Casa da Cultura.

Já em Minas Novas o destaque é o seu patrimônio arquitetônico salientando o “Sobradão”, considerada a mais alta edificação de adobe e esteio erguida no Brasil e a capela de São José, único exemplar de Igreja com planta octogonal no Brasil. Possui ainda, manifestações folclóricas, festas religiosas e artesanato em madeira, argila e algodão. Destaca-se, como atrativos naturais a cachoeira do Ribeirão das Folhas e a Mata do Santiago.

Em Felício dos Santos há ocorrência de águas termais, com possibilidades de investimentos, várias cachoeiras (com destaque para a cachoeira do Sumidouro) e a Lapa Santa (caverna com salão com mais de 110m<sup>2</sup>). No setor cultural, merece referência o artesanato em cerâmica, cestaria em palha, manifestações folclóricas e festas religiosas.

Em Itamarandiba, merecem destaque como atrativos turísticos o Parque Estadual da Serra Negra e Reserva da Cascata. Seu patrimônio histórico tem como atrativo o povoado de Penha de França e sua capela dedicada a Nossa Senhora da Penha. Na área cultural, há festas religiosas e manifestações folclóricas.

---

<sup>3</sup> A Bolerata é realizada uma vez por mês. Os músicos tocam nas sacadas dos casarões enquanto o maestro os rege da rua.to em mesas pagas na rua.

Couto de Magalhães de Minas se destaca por seu patrimônio histórico-cultural, principalmente pelas capelas de Nossa Senhora da Conceição e do Bom Jesus do Matozinhos e pelo conjunto arquitetônico do povoado de Canjicas. O patrimônio natural também é significativo com belas cachoeiras e paisagens naturais. Em Couto de Magalhães de Minas destacam-se, ainda, as feiras agropecuária e de artesanato, festas religiosas e manifestações folclóricas.

Em Capelinha e Turmalina o destaque é para o artesanato de qualidade, culinária e outras manifestações culturais. Suas festas se transformam em atrativos turísticos concorridos, apoiados na hospitalidade mineira. Em Capelinha acontece, na terceira semana de janeiro, a “Semana da Cultura”. Trata-se de uma mostra de artesanato, folclore, música, teatro, ecologia, literatura e história, que atrai moradores das cidades próximas e lugares distantes. Em Turmalina, o FESTUR (Festival da Canção em Turmalina) e o motocross atraem grande número de visitantes.

Parte substantiva desses municípios está inserida na área onde estão sendo desenvolvidos dois programas turísticos: Circuito Turístico dos Diamantes<sup>4</sup> e Estrada Real.

O Circuito dos Diamantes é composto pelos municípios de Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Gouveia, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé e Senador Modestino Gonçalves.

O Projeto “Estrada Real”, que é uma parceria entre o Governo do estado de Minas Gerais e o Instituto Estrada Real, da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), prevê a transformação da Estrada Real no maior roteiro turístico do interior do País. Além de oito municípios fluminenses e sete paulistas, abrange 162 municípios mineiros, dentre estes Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos

---

<sup>4</sup> No âmbito da política de Minas Gerais para o turismo, a Secretaria de Estado do Turismo tem induzido a criação de Circuitos Turísticos. O Circuito Turístico tem como finalidade organizar os municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas para alavancar o desenvolvimento da atividade turística, em busca da sustentabilidade, consolidando uma identidade regional. O Circuito busca, também, meios de capacitar os profissionais do setor, de aumentar o fluxo e a permanência do turista, como forma de gerar empregos e aumentar a renda, de estimular a preservação e a recuperação dos patrimônios culturais e naturais, de melhorar a qualidade de vida da população e o atendimento ao turista. Os circuitos são geridos por associações autônomas envolvendo o Poder Público municipal, a iniciativa privada e outros parceiros ligados à atividade.

Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro. O projeto tem o objetivo de desenvolver o potencial turístico da área de influência do programa, rica em atrativos histórico-culturais e naturais, em boa parte ainda pouco explorados.



### 3 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO

A partir do indicado no item 3.3.1 do Termo de Referência do Anexo I do PDITS e recomendações do Ministério do Turismo, a área de planejamento foi definida a partir das pesquisas realizadas nos nove municípios selecionados para os levantamentos iniciais, seguindo as seguintes etapas:

- a) *Inventário, hierarquização e seleção dos atrativos.* Nesta etapa foi registrado e sistematizado todo o acervo disponível nos nove municípios pesquisados, por natureza de atrativo, criando o universo de onde serão extraídos os produtos e destinos turísticos que comporão a área de planejamento. A partir do acervo inventariado, selecionou-se os atrativos de maior grau de competitividade numa perspectiva turística. Este esforço definiu a marca do turismo da área a ser oferecida no mercado.
- b) *Mercado e Produtos Turísticos a serem oferecidos.* Nesta etapa, procurou-se inicialmente, seguindo o Termo de Referência, avaliar a demanda e o crescimento dos fluxos turísticos, bem como a importância do setor turístico para os nove municípios pesquisados do Pólo. Com base nos estudos de demanda efetiva e potencial realizados pela FJP nesses municípios, definiu-se o mercado que se pretende atrair. Procurou-se estabelecer, em grandes linhas, os tipos de produtos turísticos a serem destinados a esse mercado demonstrando que poderão ser vendáveis. Identificou-se dessa forma os locais mais propícios para se tornarem destinos turísticos.
- c) *Definição da Área de Planejamento.* Nesta etapa, definiu-se o âmbito territorial da Área de Planejamento propriamente dita em função dos mercados turísticos existentes, da marca do turismo que se pretende consolidar para a região e da espacialização dos atrativos, produtos e destinos turísticos a serem trabalhados, abrangendo por inteiro os municípios que os contém.

As principais conclusões dessas etapas foram:

- a) Os atrativos de maior valor turístico (hierarquia I e II), capazes de atrair fluxos internacionais e nacionais, concentram-se em Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto. Os demais municípios estudados apresentam apenas atrativos pontuais de interesse regional (hierarquia III), sendo que maior parte não é ainda comercializada. Os dados indicam que a marca do turismo da região deverá ser associada ao seu valioso patrimônio histórico-cultural, aliado aos atrativos naturais.
- b) O fluxo turístico para a área pesquisada é predominantemente regional, sendo que Diamantina e Serro atraem a maioria dos turistas regionais, nacionais e internacionais, interessados no seu patrimônio histórico-cultural e natural. Há também demanda potencial para esse tipo de produto e para a região, e em especial para estes dois municípios. Ressalte-se que a região é competitiva em termos de preços e ainda pouco conhecida, sobretudo nos mercados nacional e internacional. Sendo assim, e dadas às condições gerais de acessibilidade e infraestrutura para recepção nos destinos, é pertinente e mais factível priorizar num primeiro momento o mercado nacional e a melhora do perfil dos fluxos regionais (intra-estaduais). Simultaneamente, objetiva-se, também, o aumento dos fluxos internacionais para a região. Como os principais produtos turísticos comercializados, equipamentos de hospedagem, alimentação e outros serviços concentram-se em Diamantina e Serro, estes deverão se constituir nos principais destinos turísticos da área pesquisada.

Em função destes pontos mencionados, conclui-se que os municípios que apresentam potencial efetivo em termos de produto e mercado são Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto, onde estão concentrados os atrativos de maior hierarquia (I e II), em condições relativamente favoráveis em termos de distância e acesso aos principais centros emissores de turistas. Os atrativos dos demais municípios poderão compor roteiros complementares.

A partir dessas análises, definiu-se a Área de Planejamento da seguinte forma:

- os municípios de Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto, onde se concentram os principais produtos e destinos turísticos, será considerada a

*área principal* para se trabalhar no âmbito deste PDITS. A *área principal* de destino é a que apresenta, a curto-prazo, melhores condições de retorno dos investimentos do programa e, conseqüentemente, de maior impacto no desenvolvimento da atividade turística no Pólo do Vale do Jequitinhonha, devendo, portanto, ser priorizada na alocação dos recursos;

- os demais municípios (Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina), por apresentarem atrativos pontuais complementares e condições limitantes, quer seja em termos de distância ou acessibilidade, disponibilidade de alojamentos e outros equipamentos turísticos, constituem *área complementar*, devendo, como tal, receber recursos depois de satisfeitas as necessidades de investimentos integrados na *área principal* de destino.

Apresenta-se na FIG. 3.1 a Área de Planejamento proposta, destacando-se a *área principal* de destino e a *área complementar*.



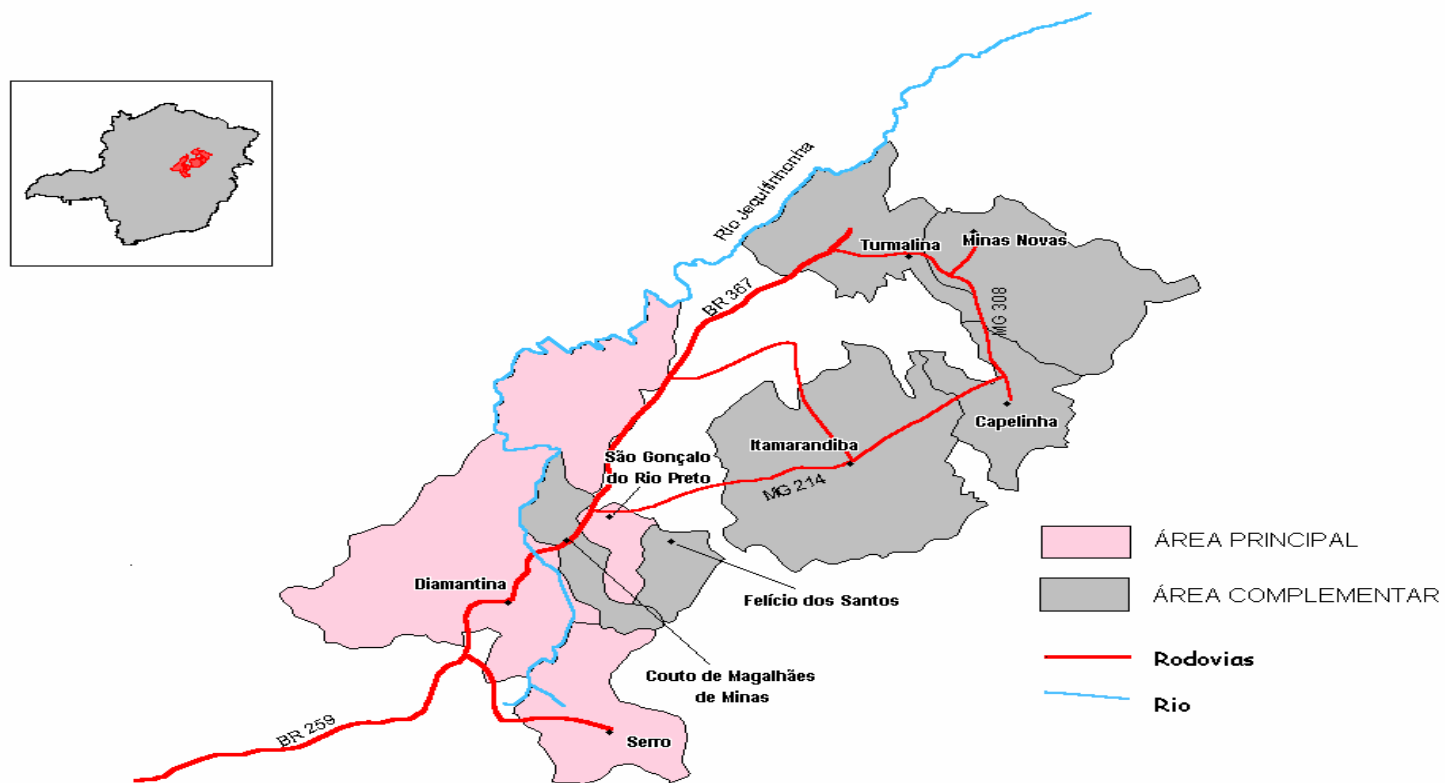


FIGURA 3.1 – Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha



**Parte 2**  
**DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL**



## **EQUIPE TÉCNICA**

Délio Araújo Cunha (FJP)

Maria Aparecida Arruda (FJP)

Patrícia Albano Maurício da Rocha (FJP)



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 –	Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, ordenamento, população e PIB/ habitante segundo os municípios da Área de Planejamento, o Pólo e Minas Gerais – 1990 e 2000.....	56
TABELA 1.2 –	Distribuição do PIB dos municípios da Área de Planejamento em relação a Minas Gerais e ao Pólo – 1990 e 2000.....	60
TABELA 1.3 –	Taxas de crescimento do PIB total e setorial, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000.....	62
TABELA 1.4 –	Principais culturas e quantidade produzida por município pesquisado, Pólo e de Minas Gerais – 2001.....	63
TABELA 1.5 –	Taxa de crescimento das principais culturas por município pesquisado, Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	64
TABELA 1.6 –	Taxa de crescimento das principais culturas dos municípios pesquisados, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	66
TABELA 1.7 –	Principais produtos da pecuária (em número de cabeças) – Municípios pesquisados, Pólo e Minas Gerais – 2001.....	69
TABELA 1.8 –	Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	70
TABELA 1.9 –	Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	71
TABELA 1.10 –	Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária dos municípios da Área de Planejamento – 1997-2001.....	72
TABELA 1.11 –	Número de estabelecimentos rurais e área correspondente por estrato de área no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996.....	73
TABELA 1.12 –	Número de pequenos produtores nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais – 2003.....	77
TABELA 1.13 –	Variação percentual do número de estabelecimentos, por classe de atividades, no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996.....	79
TABELA 1.14 –	Uso da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985.....	79
TABELA 1.15 –	Uso da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	80
TABELA 1.16 –	Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1985.....	82
TABELA 1.17 –	Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	83

TABELA 1.18 –	Taxa de crescimento da produtividade de mão-de-obra no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996.....	85
TABELA 1.19 –	Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985.....	86
TABELA 1.20 –	Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	87
TABELA 1.21 –	Valor Adicionado Fiscal (Saídas) por gênero industrial nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 2000.....	91
TABELA 1.22 –	Reservas minerais, por substância e municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 1999.....	99
TABELA 1.23 –	Valor e participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) do comércio do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2000.....	101
TABELA 1.24 –	Valor e participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) dos serviços por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	104
TABELA 2.1 –	População total e taxas anuais de crescimento dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais nos períodos intercensitários.....	106
TABELA 2.2 –	Taxas de fecundidade por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	107
TABELA 2.3 –	Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000.....	109
TABELA 2.4 –	Densidade demográfica por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	110
TABELA 2.5 –	Distribuição da população por grupos de faixas etárias, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	112
TABELA 2.6 –	Razão de sexo por faixa etária, município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	113
TABELA 2.7 –	População urbana dos municípios da Área de Planejamento e de Minas Gerais – 1970, 1980, 1991 e 2000.....	114
TABELA 2.8 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980 e 1991.....	116
TABELA 2.9 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHR-M), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade (IDHL-M), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação (IDHE-M) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	120

TABELA 2.10 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação. Variáveis por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	133
TABELA 2.11 –	Estabelecimentos escolares segundo níveis de ensino, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	136
TABELA 2.12 –	Matrícula inicial por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – Resultados finais do Censo Escolar – 2002.....	137
TABELA 2.13 –	Taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000.....	139
TABELA 2.14 –	Médicos, hospitais e leitos hospitalares por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1999.....	143
TABELA 2.15 –	Hospitais e leitos da rede hospitalar do SUS por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – Março 2003.....	147
TABELA 2.16 –	Unidades da rede ambulatorial do SUS por tipo de unidade, nos municípios da Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais – Dezembro 2000.....	148
TABELA 2.17 –	Número de internações e de recursos pagos aos hospitais por município de residência do paciente, segundo os grupos de diagnóstico: condições sensíveis à atenção ambulatorial, parto e todos os outros diagnósticos, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – AIHs pagas de janeiro a dezembro de 2000.....	150

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 –	Principais endemias nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2003.....	142
--------------	---	-----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1.1 –	Produto Interno Bruto por habitante nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e em Minas Gerais – 1990 e 2000.....	53
GRÁFICO 1.2 –	Taxas médias anuais de crescimento do PIB total da Área de Planejamento, do Pólo e Minas Gerais – 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000.....	55
GRÁFICO 1.3 –	Estrutura setorial do PIB do Pólo, dos municípios pesquisados da Área de Planejamento e de Minas Gerais – 1990 e 2000.....	57
GRÁFICO 1.4 –	Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) total e setorial dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1990/2000.....	58
GRÁFICO 1.5 –	Taxa de crescimento das principais culturas dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	65
GRÁFICO 1.6 –	Taxa de crescimento dos principais produtos agrícolas dos municípios pesquisados, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	68
GRÁFICO 1.7 –	Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo de Minas Gerais – 1997-2001.....	70
GRÁFICO 1.8 –	Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.....	71
GRÁFICO 1.9 –	Coeficiente de GINI nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996.....	73
GRÁFICO 1.10 –	Distribuição de estabelecimentos rurais segundo os estratos de terras na Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	75
GRÁFICO 1.11 –	Distribuição de estabelecimentos rurais segundo os estratos de terras nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	76
GRÁFICO 1.12 –	Número de pequenos produtores nos municípios da Área de Planejamento – 2003.....	78
GRÁFICO 1.13 –	Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1985.....	83
GRÁFICO 1.14 –	Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.....	84

GRÁFICO 1.15 – Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985.....	87
GRÁFICO 1.16 – Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais –1995-1996.....	88
GRÁFICO 1.17 – Participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) da indústria do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2000.....	95
GRÁFICO 1.18 – Participação dos tipos de serviços no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) dos serviços nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 2000.....	103
GRÁFICO 2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980 e 1991.....	117
GRÁFICO 2.2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	119
GRÁFICO 2.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda (IDHM-Renda) por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	121
GRÁFICO 2.4 – Renda <i>per capita</i> por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	122
GRÁFICO 2.5 – Proporção de pobres e indigentes por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	123
GRÁFICO 2.6 – Renda <i>per capita</i> , proporção de pobres e razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	125
GRÁFICO 2.7 – Taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola nos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.....	128
GRÁFICO 2.8 – Percentual de população com 25 anos e mais analfabeta, com menos de 4 anos de estudo, menos de 8 anos de estudo e percentual de pobres nos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 2000.....	129
GRÁFICO 2.9 – Taxa de crimes violentos por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1986, 1997 e 2002.....	152
GRÁFICO 2.10 – Taxas de homicídio por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1986, 1997 e 2002.....	153
GRÁFICO 2.11 – Taxas de roubo à mão armada por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1987, 1997 e 2003.....	154

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	49
<b>1 DINÂMICA ECONÔMICA</b> .....	51
1.1 Evolução econômica recente.....	52
1.2 Perfil econômico setorial.....	57
1.3 Visão das economias municipais.....	63
1.3.1 Atividades primárias.....	63
1.3.2 Atividade industrial.....	89
1.3.3 Atividades de comércio e serviços.....	100
<b>2 ANÁLISE SOCIAL</b> .....	105
2.1 População.....	105
2.1.1 Evolução da população.....	105
2.1.2 Distribuição da população.....	109
2.1.2.1 Densidade populacional.....	109
2.1.2.2 Distribuição por faixa etária e sexo.....	110
2.1.2.3 População urbana e rural.....	113
2.2 Condições de vida.....	115
2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano.....	115
2.2.2 Educação.....	126
2.2.3 Saúde.....	138
2.2.4 Criminalidade.....	151
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>ANEXO – Indicadores econômicos e sociais dos municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha</b> .....	161
TABELA 1 – Produto Interno Bruto total a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000.....	162

TABELA 2 – Produto Interno Bruto do setor agropecuário a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000.....	164
TABELA 3 – Produto Interno Bruto do setor industrial a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000.....	166
TABELA 4 – Produto Interno Bruto do setor serviços a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000.....	168
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	171

## INTRODUÇÃO

Este relatório procura traçar um quadro geral dinâmica econômica e social, do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha com base em estatísticas convencionais e indicadores delas derivados, com detalhamento para os nove municípios marcados pela concentração de atrativos e de uma demanda efetiva e potencial de turistas.

A análise é apresentada em dois capítulos. O primeiro contempla a dinâmica econômica na década de 90 – dada a disponibilidade de dados – e tem como base o Produto Interno Bruto e estatísticas de produção disponíveis, procurando determinar o grau de importância dos municípios da Área de Planejamento e das atividades neles exercidas, em relação ao Pólo e a Minas Gerais.

O segundo capítulo – análise social – examina os principais aspectos da dinâmica populacional e das condições de vida da população. São utilizados neste capítulo os dados dos Censos Demográficos, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1998 e 2003) e de outras bases estatísticas para as questões de educação, saúde e criminalidade.

Os dois capítulos têm como principal limitação o fato de trabalharem com grandes agregados, o que não permite detalhar algumas questões, particularmente aquelas inerentes à atividade de turismo. Esse tipo de detalhamento, base para o Plano de Ação, deverá ser possível com a análise das informações geradas pelos diferentes levantamentos de campo e que são objeto de relatórios específicos. No capítulo referente à análise social foram recuperadas de um desses relatórios – Capacidade Institucional dos Municípios – informações nas áreas de saúde e educação para melhor qualificar as conclusões permitidas pelas estatísticas disponíveis.

Este relatório tem, portanto, um caráter introdutório e objetiva tão-somente definir, em grandes linhas, a situação socioeconômica do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e da Área de Planejamento, e sua posição no contexto estadual.



## 1 DINÂMICA ECONÔMICA

O estado de Minas Gerais desenvolveu, historicamente, padrões de localização das atividades produtivas que podem ser apreendidos pela análise do comportamento do PIB,<sup>5</sup> da sua estrutura e da sua distribuição *inter* e intra-Regiões de Planejamento. O primeiro indicador desses padrões espaciais é a distribuição regional, em que se constata uma alta concentração do PIB na região Central do estado (44,99% em 2000) em detrimento das demais regiões.<sup>6</sup> Nesta distribuição, o Jequitinhonha/Mucuri ocupa a nona posição, detendo algo em torno de 2% do PIB estadual (2,06% em 1990 e 2,22% em 2000), uma participação que se mantém ao longo da última década e que, em síntese, reproduz o padrão histórico de baixa densidade econômica.

A série estatística do PIB municipal no estado de Minas Gerais teve início em 1985 ficando, entretanto, comprometida para os anos anteriores a 1990, por questões metodológicas, impossibilitando análises comparativas entre as duas décadas.<sup>7</sup>

A análise do PIB do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e da Área de Planejamento restringe-se, portanto, à década de 1990, e os dados são organizados de forma bastante simples: em primeiro lugar, examina-se o PIB total, o PIB por habitante – e seu ordenamento no estado – e o comportamento das taxas de crescimento do PIB total nos períodos 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000; em segundo lugar, a composição setorial do PIB e a sua distribuição regional.

---

<sup>5</sup> O conceito de Produto Interno Bruto (PIB) foi aqui utilizado por não discriminar os serviços de intermediação financeira nem incorporar impostos líquidos de subsídios, refere-se a Valor Adicionado.

<sup>6</sup> O estado de Minas Gerais trabalha com 10 Regiões de Planejamento, a saber: Central, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas, Noroeste, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce. É importante assinalar que os municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro estão incluídos na região Central.

<sup>7</sup> A série histórica a partir de 1990 é apresentada no anexo.

### 1.1 Evolução econômica recente

O Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha se insere numa das regiões mais problemáticas do estado, definida na literatura especializada como “região deprimida”, “bolsão de pobreza”, “área marginal ao processo de desenvolvimento” de forma consensual, independentemente se se considera a mesorregião geográfica Vale do Jequitinhonha (IBGE) ou a região de planejamento Jequitinhonha/Mucuri.

A inexpressiva posição da macrorregião Jequitinhonha/Mucuri repercute na participação do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha (0,93% e 1,01% em 1990 e 2000, respectivamente) no estado e se expressa no ordenamento dos municípios pelo PIB total. O melhor posicionamento em 2000 é o de Diamantina (116), seguido de Pedra Azul (155), Almenara (168), Itamarandiba (174) e Araçuaí (180). A baixa ordem ocupada pelos municípios no estado confirma a posição periférica do Pólo Turístico do Jequitinhonha na geração de riquezas.

Nele os municípios da Área de Planejamento têm alguma representatividade, gerando 37,14% e 41,56% do PIB total do Pólo em 1990 e 2000, respectivamente, o que significa uma certa tendência à concentração econômica. Assim, esse município, além de concentrarem maior potencial de atração turística do Pólo detém, proporcionalmente, maior intensidade econômica.

Os municípios da Área de Planejamento, entretanto, formam um grupamento bastante heterogêneo, onde alguns ocupam posições não tão desastrosas, e outros de mais baixa ordem em 1990 – Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto –, mantêm esta característica em 2000 (TAB 1.1).

Quando se examina a relação PIB total/hab observa-se que os índices encontrados para o Pólo (37,56) e para os nove municípios da Área de Planejamento (40,78) são, desastrosos.

Na Área de Planejamento o pior índice é o de Minas Novas (28,42) e o melhor, o de Turmalina (50,29). Ou seja, o PIB/hab. de Minas Novas (R\$ 1570,44) correspondia a 28,42% da média estadual (R\$5.525,95) no ano de 2000 e o de Turmalina (R\$

2779,05), a 40,78%. Indiscutivelmente, houve melhorias no período (exceto em São Gonçalo do Rio Preto) mas, conforme pode ser observado no GRAF.1.1, os municípios ainda estão muito abaixo da média estadual que, também, é muito baixa.

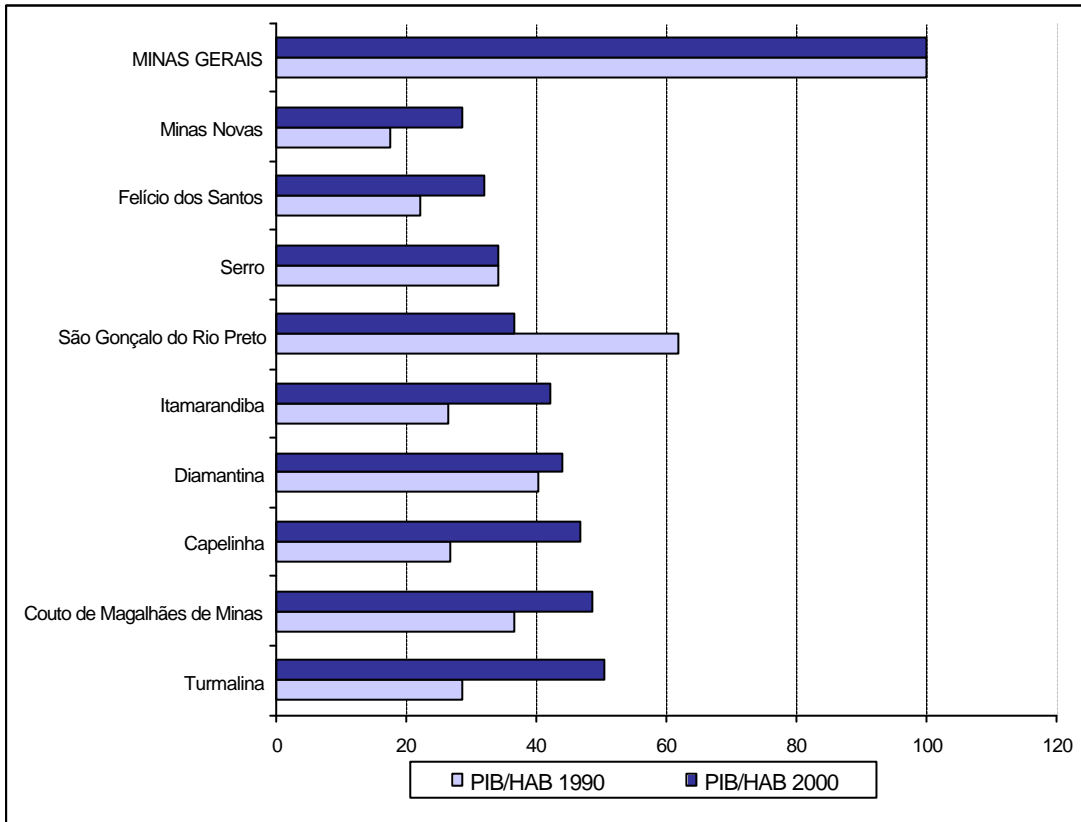


GRÁFICO 1.1 – Produto Interno Bruto por habitante nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e em Minas Gerais – 1990 e 2000  
 Nº Índice Minas Gerais =100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

As taxas de crescimento do PIB total apresentam comportamento diferenciado na década de 1990. O período 1990-95 revela taxas inferiores à média estadual para o Pólo e para a Área de Planejamento, sendo, inclusive, negativas para Diamantina e Itamarandiba. O período 1995-2000, com resultados melhores, dá ao Pólo e à Área de Planejamento uma performance superior àquela registrada para Minas Gerais, mesmo

que ainda seja encontrado um município (São Gonçalo do Rio Preto) com desempenho inferior à média estadual (TAB.1.1 e GRAF. 1.2).

Evidentemente, este desempenho deve ser interpretado considerando dois fatores:

- a) os baixos valores registrados no ano base tendem a gerar taxas de crescimento mais elevadas não significando, necessariamente, um grande incremento na atividade produtiva;
- b) o desmembramento ocorrido em 1995, quando quatro novos municípios foram criados: Angelândia (Capelinha), Aricanduva (Itamarandiba), Leme do Prado (Minas Novas) e Veredinha (Turmalina). Apesar da baixa densidade econômica dessas novas unidades territoriais há impactos nas taxas de crescimento dos municípios de origem e, conseqüentemente, na Área de Planejamento. O impacto é menos sensível para o Pólo, uma vez que apenas Leme do Prado não o integra.

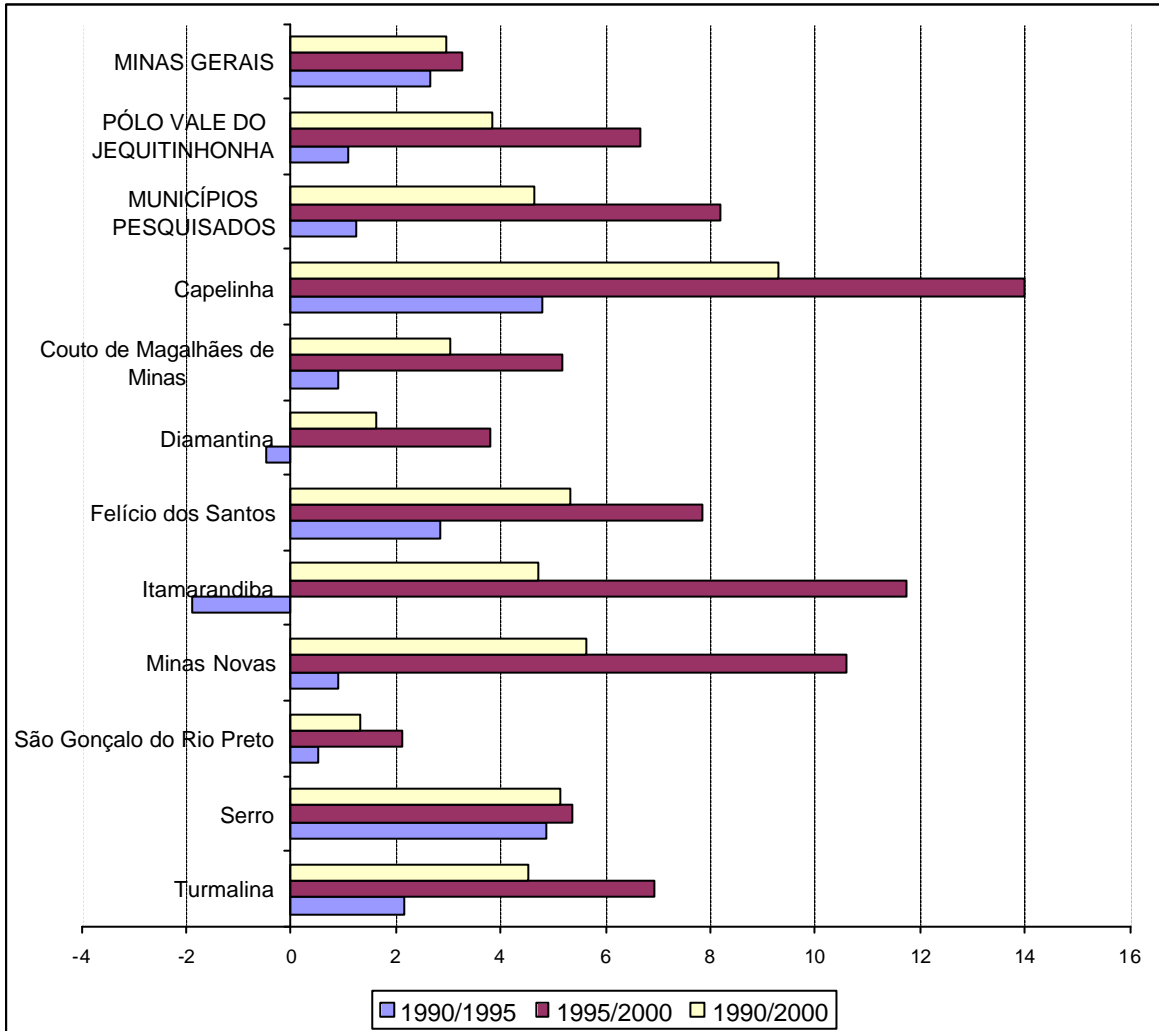


GRÁFICO 1.2 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB total da Área de Planejamento, do Pólo e Minas Gerais – 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA 1.1

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, ordenamento, população e PIB/ habitante segundo os municípios da Área de Planejamento, o Pólo e Minas Gerais – 1990 e 2000

SEGMENTO	PIB TOTAL – 1990			PIB TOTAL -2000			PIB/ HABITANTE – 2000		PIB TOTAL – TAXAS DE CRESCIMENTO					
	(R\$1,00)	(% )	Ordem	(R\$1.000,00)	(% )	Ordem	(R\$1,00).	nº indice	1990/1995		1995/2000		1990/2000	
							(p/hab)	(MG=100)	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada	Anual	Acumulada
Capelinha	530,53	0,05	216	80451,62	0,08	152	2576,02	46,62	4,82	26,51	14,01	92,63	9,32	143,70
Couto de Magalhães de Minas	95,60	0,01	638	10731,67	0,01	639	2678,23	48,47	0,91	4,64	5,17	28,64	3,02	34,61
Diamantina	1168,10	0,11	111	107273,77	0,11	116	2423,77	43,86	-0,47	-2,34	3,81	20,54	1,64	17,72
Felício dos Santos	83,41	0,01	668	10132,66	0,01	691	1768,66	32,01	2,84	15,06	7,84	45,88	5,31	67,84
Itamarandiba	567,62	0,05	200	68169,18	0,07	174	2318,68	41,96	-1,89	-9,10	11,76	74,34	4,71	58,47
Minas Novas	386,16	0,04	276	48127,61	0,05	263	1570,44	28,42	0,89	4,52	10,62	65,61	5,64	73,10
São Gonçalo do Rio Preto	65,32	0,01	715	6000,62	0,01	800	2025,18	36,65	0,51	2,56	2,13	11,11	1,31	13,95
Serro	316,34	0,03	322	39425,29	0,04	301	1876,32	33,95	4,87	26,83	5,38	29,93	5,12	64,80
Turmalina	366,36	0,04	289	43506,10	0,04	226	2779,05	50,29	2,16	11,27	6,92	39,76	4,51	55,51
Municípios pesquisados	3579,44	0,35		413818,51	0,42		2253,23	40,78	1,23	6,32	8,18	48,13	4,65	57,49
Pólo Vale do Jequitinhonha	9636,49	0,93		995600,45	1,01		2075,79	37,56	1,09	5,55	6,68	38,15	3,84	45,82
Minas Gerais	1033570,43	100,00		98867499,73	100,00		5525,95	100,00	2,64	13,92	3,26	17,39	2,95	33,73
Munic. pesquisados/pólo (%)	37,14			41,56										
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,35			0,42										
Pólo/Minas Gerais (%)	0,93			1,01										

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

## 1.2 Perfil econômico setorial

A estrutura setorial do PIB do Pólo e dos municípios pesquisados da Área de Planejamento registra para os grandes agregados, nos anos de 1990 e 2000, queda na participação do setor Agropecuário e crescimento dos setores Industrial e de Serviços. O setor Agropecuário, apesar de ainda ser importante na composição do PIB – especialmente nos municípios de Capelinha (42,23), Itamarandiba (29,88) e Minas Novas (24,07) – só acusou aumento de participação no primeiro. (GRAF. 1.3).

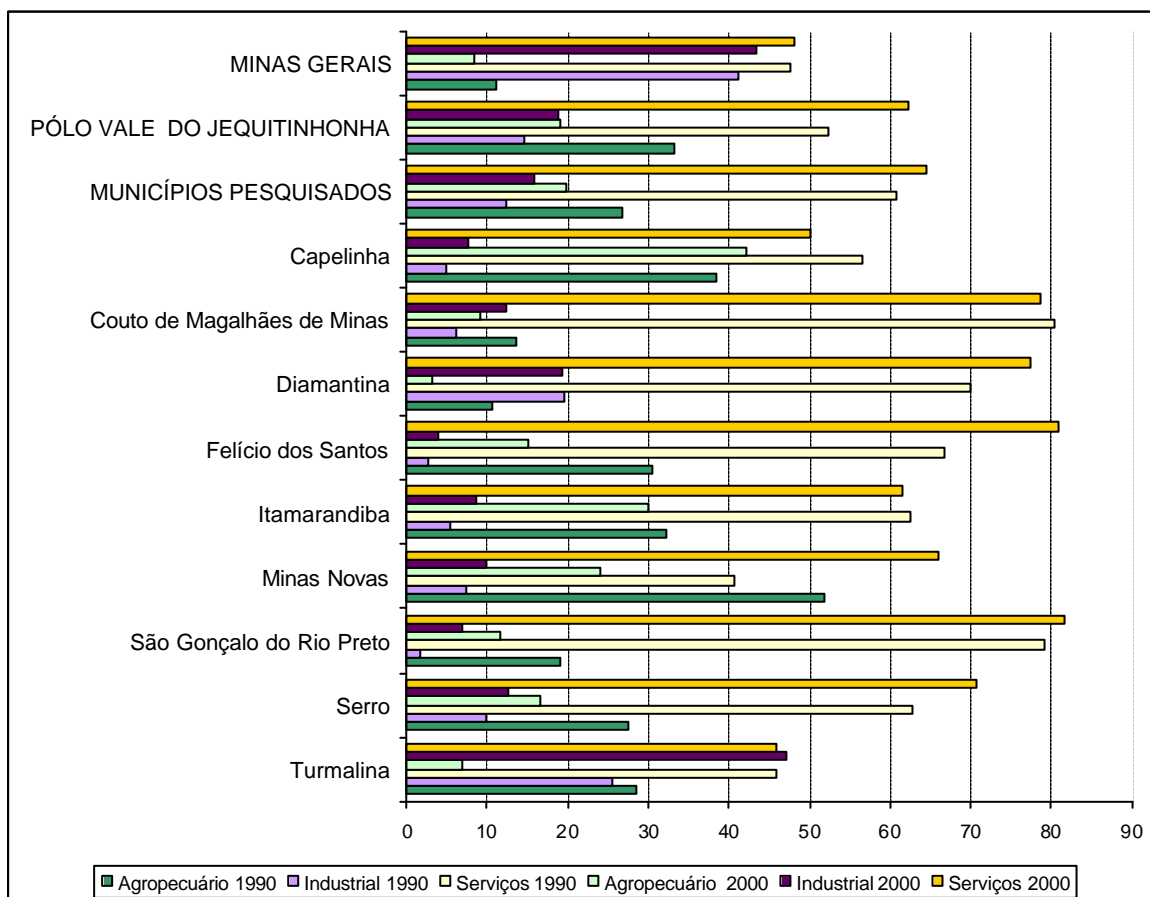


GRÁFICO 1.3 – Estrutura setorial do PIB do Pólo, dos municípios pesquisados da Área de Planejamento e de Minas Gerais – 1990 e 2000.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Ao serem examinadas as taxas médias anuais de crescimento no período 1990/2000 (GRAF. 1.4), chama a atenção as taxas superiores à média estadual nos municípios da Área de Planejamento, especialmente nos municípios de Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba e Serro e o fraco desempenho do setor Agropecuário no Pólo e as taxas negativas em Diamantina e Turmalina,<sup>8</sup> configurando as dificuldades crescentes de uma agricultura exercida em moldes tradicionais, característica da região e detalhada na próxima seção deste capítulo.

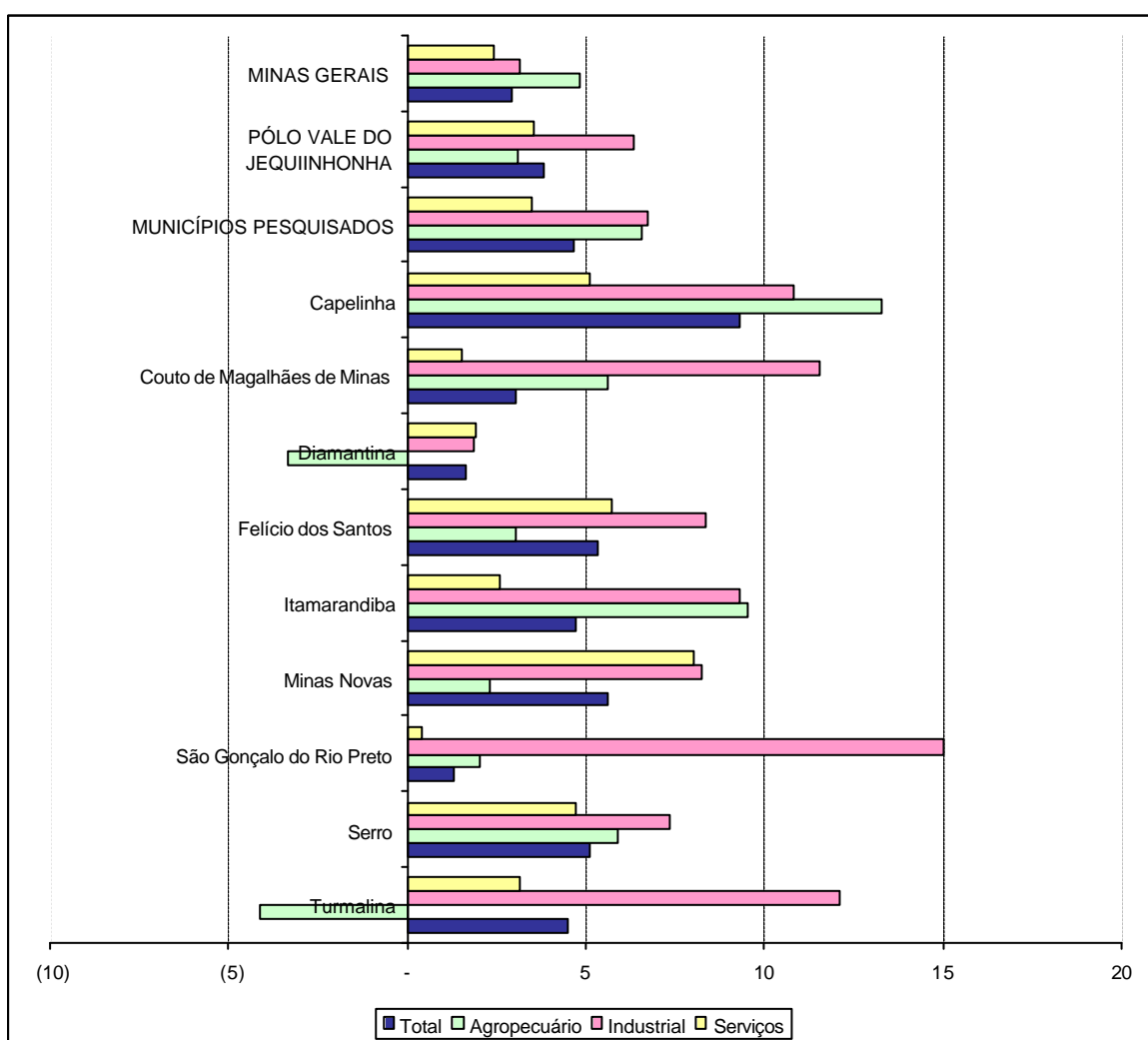


GRÁFICO 1.4 – Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) total e setorial dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1990/2000

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

<sup>8</sup> O baixo desempenho não pode ser imputado ao desmembramento territorial.

O setor Industrial<sup>9</sup> entra na composição do PIB de 2000 de forma modesta, à exceção de Turmalina (47,19%) e, secundariamente, Diamantina (19,32%) (GRAF.1.3). As taxas de crescimento registradas mostram um desempenho acima da média estadual em oito dos municípios pesquisados no período 1990/2000. Tais resultados precisam ser relativizados, porque não decorrem de um excelente desempenho do setor (nem da sua importância na composição do PIB municipal), mas tão-somente dos baixos valores registrados em 1990 (GRAF.1.4).

O setor Serviços mostra a sua contribuição maciça em todos os municípios (GRAF.1.3) apesar de as taxas de crescimento não terem apresentado um resultado tão atrativo como as do setor industrial. O conjunto dos municípios pesquisados, e nele cinco municípios, as apresentarem acima da média estadual.

Como anteriormente afirmado, a participação dos municípios no total do estado, para qualquer um dos grandes agregados, é inexpressiva, mesmo que tenha havido uma discreta melhora para o conjunto dos municípios da Área de Planejamento e para o Pólo no ano de 2000, à exceção do setor agropecuário, que perde participação em relação a 1990 (TAB.1.2).

Entretanto, quando se restringe esse tipo de análise aos limites do Pólo, tem-se uma visão regional um pouco mais clara da importância de alguns municípios que apresentam uma certa concentração espacial conforme o setor de atividade: Capelinha e Itamarandiba (Agropecuário), Diamantina, Turmalina, Pedra Azul e Salto da Divisa (Industrial) e Diamantina (Serviços).

Neste tipo de análise, os nove municípios pesquisados se destacam pela concentração de geração do PIB total do Pólo, num ritmo crescente na década (37,14% em 1990 para 41,56% em 2000), exceto em Diamantina, que registra uma queda de participação. São municípios que, em termos setoriais, apresentaram altas quedas na participação do setor Agropecuário (exceto Capelinha), discretíssima ascensão do setor Industrial (exceto Turmalina) e um aumento de participação do setor Serviços, particularmente em Diamantina, Felício dos Santos, Minas Novas e Serro. Na distribuição setorial em relação ao Pólo, cabem alguns destaques: no setor

---

<sup>9</sup> O setor industrial compreende indústria de transformação, extração mineral, construção civil e SIUP – serviços industriais de utilidade pública (água, energia e gás)



(Conclusão)

SEGMENTO	EM RELAÇÃO AO PÓLO							
	1990				2000			
	Total	Agrop	Industrial	Serviços	Total	Agrop	Industrial	Serviços
Capelinha	5,51	6,39	1,84	5,96	8,08	18,03	3,24	6,53
Couto de Magalhães de Minas	0,99	0,40	0,42	1,53	1,08	0,52	0,70	1,36
Diamantina	12,12	3,88	16,19	16,22	10,77	1,85	11,01	13,42
Felício dos Santos	0,87	0,80	0,16	1,11	1,02	0,81	0,22	1,33
Itamarandiba	5,89	5,71	2,18	7,04	6,85	10,81	3,15	6,76
Minas Novas	4,01	6,28	2,02	3,12	4,83	6,15	2,55	5,13
São Gonçalo do Rio Preto	0,68	0,39	0,08	1,03	0,60	0,37	0,22	0,79
Serro	3,28	2,71	2,21	3,95	3,96	3,49	2,63	4,51
Turmalina	3,80	3,27	6,67	3,34	4,37	1,62	10,91	3,22
Municípios pesquisados	37,14	29,83	31,78	43,28	41,56	43,64	34,63	43,04
Pólo Vale do Jequitinhonha Minas Gerais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Na TAB.1.3, é possível acompanhar a evolução das taxas de crescimento do PIB total e do PIB setorial (média anual e acumulada) nos períodos 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000.

TABELA 1.3

Taxas de crescimento do PIB total e setorial, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990/1995, 1995/2000 e 1990/2000

SEGMENTO	1990/1995				1995/2000				1990/2000							
	Total	Agropec.	Industrial	Serviços	Total	Agropec.	Industrial	Serviços	Total	Agropec.	Industrial	Serviços	Total	Agropec.	Industrial	Serviços
	(média anual)				(média anual)				(média anual)				(média acumulada)			
Capelinha	4,82	13,56	5,60	-3,11	14,01	13,02	16,26	14,01	9,32	13,29	10,81	5,10	143,70	248,33	179,02	64,47
Couto de Magalhães de Minas	0,91	3,11	2,10	0,07	5,17	8,19	21,94	3,04	3,02	5,62	11,58	1,54	34,61	72,80	199,13	16,53
Diamantina	-0,47	-8,40	-0,50	0,11	3,81	1,98	4,31	3,81	1,64	-3,35	1,87	1,94	17,72	-28,85	20,40	21,20
Felício dos Santos	2,84	2,91	6,35	2,62	7,84	3,17	10,44	8,90	5,31	3,04	8,38	5,71	67,84	34,92	123,53	74,29
Itamarandiba	-1,89	-3,01	2,53	-1,60	11,76	23,69	16,59	6,92	4,71	9,53	9,33	2,57	58,47	148,51	144,10	28,89
Minas Novas	0,89	-0,29	4,51	2,28	10,62	4,92	12,12	14,10	5,64	2,28	8,24	8,03	73,10	25,33	120,84	116,44
São Gonçalo do Rio Preto	0,51	2,52	22,10	-1,02	2,13	1,55	8,33	1,88	1,31	2,03	15,01	0,42	13,95	22,30	304,88	4,25
Serro	4,87	0,49	-0,95	6,82	5,38	11,61	16,36	2,63	5,12	5,91	7,35	4,71	64,80	77,51	103,32	58,40
Turmalina	2,16	-10,97	4,95	5,48	6,92	3,29	19,79	0,82	4,51	-4,10	12,13	3,13	55,51	-34,24	214,10	36,05
Municípios pesquisados	1,23	1,40	1,60	0,80	8,18	11,96	12,12	6,23	4,65	6,55	6,73	3,48	57,49	88,53	91,84	40,81
Pólo Vale do Jequitinhonha	1,09	-2,07	2,85	1,94	6,68	8,53	9,95	5,17	3,84	3,09	6,34	3,54	45,82	35,61	84,99	41,65
Minas Gerais	2,64	3,03	2,75	2,53	3,26	6,61	3,60	2,36	2,95	4,81	3,18	2,44	33,73	59,93	36,73	27,30

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

### 1.3 Visão das economias municipais

#### 1.3.1 Atividades primárias

A estrutura produtiva do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha se organiza, principalmente, em torno da atividade agropecuária. As atividades principais são: pecuária de corte, produção de alimentos básicos e culturas capitalizadas, como frutas e café. Merece destaque também a silvicultura.

TABELA 1.4  
 Principais culturas e quantidade produzida por município pesquisado,  
 Pólo e de Minas Gerais – 2001

SEGMENTO	CULTURA				
	Abacaxi (Mil frutos)	Alho (t)	Amendoim (t)	Arroz (t)	Banana (Mil cachos)
Área de Planejamento	6.022	66	56	838	2.010
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	7.830	91	97	1.321	4.047
Minas Gerais	369.622	20.537	9.893	177.202	593.727
	Batata-doce (t)	Batata-inglesa (t)	Café (t)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (t)
Área de Planejamento	15	15	30.235	58.500	1.439
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	48	15	41.240	163.350	4.283
Minas Gerais	13.029	860.472	1.703.314	18.964.696	387.313
	Fumo (t)	Laranja (Mil frutos)	Limão (Mil frutos)	Mamão (Mil frutos)	Mandioca (t)
Área de Planejamento	35	1.553	18	50	14.914
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	99	3.133	58	321	58.105
Minas Gerais	1.300	575.527	8.130	6.515	823.589
	Manga (Mil frutos)	Maracujá (Mil frutos)	Marmelo (Mil frutos)	Milho (t)	Tangerina (Mil frutos)
Área de Planejamento	372	99	60	13.912	16
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	5.173	562	60	21.125	49
Minas Gerais	35.800	31.546	783	4.017.771	43.988
	Tomate (t)	Urucum (t)	Abacate (t)		
Área de Planejamento	128	184	136		
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	418	192	193		
Minas Gerais	626.520	351	7129		

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG 2001.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

Examinando, a TAB.1.4 vê-se que os principais produtos são: abacaxi, alho, banana, café e urucum.

A TAB.1.5 mostra que as culturas mais expressivas nos municípios de Área de Planejamento são, no período de 1997-2001, o abacaxi, a banana e o café, todas apresentando taxas acima da estadual. O urucum é destaque no Pólo, mas nos municípios de Área de Planejamento sua participação é insignificante.

TABELA 1.5  
Taxa de crescimento das principais culturas por município pesquisado,  
Pólo e de Minas Gerais 1997-2001

SEGMENTO	CULTURA				
	Abacate (Mil frutos)	Abacaxi (Mil frutos)	Alho (t)	Amendoim (t)	Arroz (t)
Área de Planejamento	(10,9)	34,9	(15,8)	(15,1)	(25,1)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(26,9)	36,4	0,3	(9,4)	(26,0)
Minas Gerais	(34,4)	4,0	21,0	72,9	(16,4)
	Banana (Mil cachos)	Batata-doce (t)	Batata-inglesa (t)	Café (t)	Cana-de-açúcar (t)
Área de Planejamento	73,9	(34,2)	(47,7)	31,6	(7,1)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	69,8	(37,0)	0,0	28,7	(13,5)
Minas Gerais	100,0	0,0	2,6	10,7	3,9
	Feijão (t)	Laranja (Mil frutos)	Fumo (t)	Limão (Mil frutos)	Mamão (Mil frutos)
Área de Planejamento	(5,7)	(33,9)	-25,8	(35,9)	(12,2)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(2,1)	(42,1)	-3,3	(54,3)	(32,2)
Minas Gerais	2,5	(35,7)	-0,3	(41,3)	(15,4)
	Mandioca (t)	Manga (Mil frutos)	Maracujá (Mil frutos)	Marmelo (Mil frutos)	Melancia (Mil frutos)
Área de Planejamento	(1,5)	(39,1)	(49,3)	(37,3)	(7,0)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(13,6)	(59,0)	(48,4)	(37,3)	(5,9)
Minas Gerais	(1,8)	(46,0)	(34,7)	(20,5)	55,3
	Milho (t)	Tomate (t)	Urucum (t)		
Área de Planejamento	(3,4)	(0,4)	0,0		
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(8,7)	(13,1)	45,4		
Minas Gerais	0,6	12,2	16,7		

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

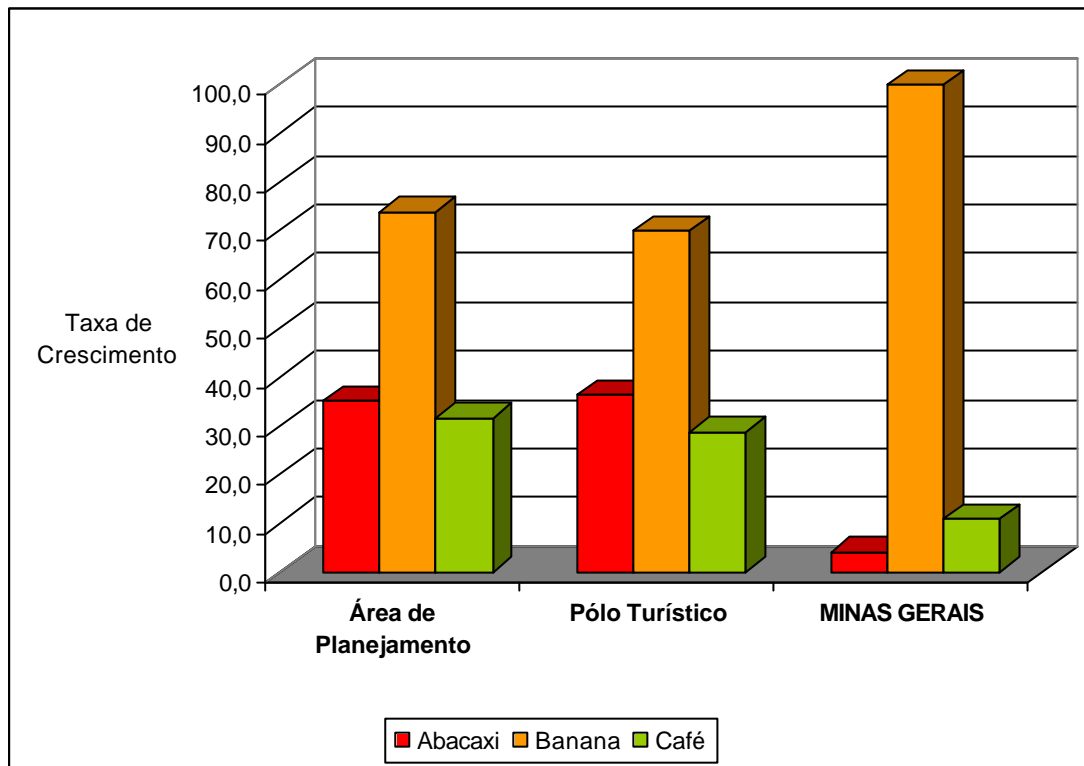


GRÁFICO 1.5 – Taxa de crescimento das principais culturas dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

A *Pesquisa Agrícola Municipal* (IBGE de 2001) aponta para os nove municípios da Área de Planejamento, com relação à quantidade produzida, as seguintes culturas: abacaxi, banana, café, cana-de-açúcar, mandioca e milho (TAB.1.6). É importante ressaltar que apenas o abacaxi, a banana e o café apresentaram taxas de crescimento da produção positivas no período de 1997 a 2001, respectivamente: 34,9% , 73,9% e 31,6%. As outras culturas tiveram a sua produção reduzida, com destaque para as frutas: maracujá (49%), manga (39%), marmelo (37%), limão (36%) e laranja (34%), e para a batata-inglesa (47%) (TAB.1.6).

TABELA 1.6

Taxa de crescimento das principais culturas dos municípios pesquisados,  
do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001

SEGMENTO	CULTURA					
	Abacate 1	Abacaxi 1	Alho 2	Amendoim 2	Arroz 2	Banana 3
Capelinha	(24,02)	0	10,7	(26,9)	(32,3)	50,6
Couto de Magalhães de Minas	..	..	(100,0)	..	27,4	77,8
Diamantina	(32,1)	119,0	29,0	..	(40,8)	77,8
Felício dos Santos	(16,2)	..	(100,0)	..	(6,0)	77,8
Itamarandiba	(24,0)	49,5	13,6	(22,8)	(29,5)	59,2
Minas Novas	(26,0)	12,5	25,7	3,9	(41,4)	31,6
São Gonçalo do Rio Preto	..	..	(100,0)	..	13,4	77,8
Serro	..	(29,3)	(36,1)	(100,0)	(18,6)	91,1
Turmalina	(26,0)	(14,5)	0,0	0,0	(30,8)	37,7
Área de Planejamento	(10,9)	34,9	6,7	(15,1)	(25,1)	73,9
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(26,9)	36,4	0,3	(9,4)	(26,0)	69,8
Minas Gerais	(34,4)	4,0	21,0	72,9	(16,4)	100,0
	Batata-doce 2	Batata-inglesa	Café 2	Cana-de-açúcar 2	Feijão 2	Laranja 1
Capelinha	(20,5)	(24,0)	27,8	1,6	(5,0)	(28,1)
Couto de Magalhães de Minas	(15,9)	..	(27,1)	(36,1)	(21,7)	(39,2)
Diamantina	(13,7)	..	(16,6)	(15,6)	12,7	(42,8)
Felício dos Santos	..	..	13,6	(17,0)	(18,5)	(43,7)
Itamarandiba	(5,4)	..	102,4	(5,3)	(1,9)	(26,9)
Minas Novas	(5,4)	..	14,9	(2,9)	(14,0)	(32,0)
São Gonçalo do Rio Preto	3,6	..	6,8	(5,4)	(14,6)	(40,9)
Serro	(14,9)	..	7,5	(9,2)	4,9	(28,1)
Turmalina	(5,4)	..	67,8	7,5	12,0	(32,0)
Área de Planejamento	(12,2)	0,0	31,6	(7,1)	(5,7)	(33,9)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(32,2)	0,0	28,7	(13,5)	(2,1)	(42,1)
Minas Gerais	6,7	2,6	10,7	3,9	2,5	(35,7)
	Fumo 2	Limão 1	Mamão 1	Mandioca 2	Manga 1	Maracujá 1
Capelinha	..	(20,5)	9,6	(36,1)	(56,8)	(43,8)
Couto de Magalhães de Minas	..	(15,9)	(37,1)	(4,5)	..	..
Diamantina	..	(13,7)	(29,3)	(43,8)	..	..
Felício dos Santos	..	..	(20,5)	(43,7)	..	..
Itamarandiba	..	(5,4)	2,1	(42,3)	(42,3)	..
Minas Novas	..	(5,4)	(3,5)	(42,3)	(29,3)	(29,3)
São Gonçalo do Rio Preto	..	..	(1,6)	(44,3)	..	..
Serro	3,6	(14,9)	2,6	(25,1)	(35,4)	9,3
Turmalina	..	(5,4)	(2,9)	(36,1)	(32,0)	..
Área de Planejamento	(37,2)	(38,3)	(3,4)	(0,4)	53,6	..
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(37,2)	(5,9)	(8,7)	(13,1)	45,3	..
Minas Gerais	(20,2)	55,3	0,6	12,2	16,7	..

1 – mil frutos, 2 – toneladas e 3 mil cachos.

.. (dado não disponível)

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

O café e o reflorestamento vêm contribuindo para uma transformação do setor na região. A implantação da cafeicultura ocorreu pela ação de empresas oriundas de outras regiões do estado e do país. A incorporação de produtores locais somente aconteceu na medida em que ficou evidente a viabilidade econômica da região.

Geograficamente, localiza-se nos municípios de Capelinha, Itamarandiba e, em menor escala, em Minas Novas.

Minas Gerais possui a maior área reflorestada do país, detendo 2 milhões de hectares em florestas homogêneas, o que equivale a 30% do total. Se considerar isoladamente o plantio de eucalipto, essa participação chega a atingir 50%. A atividade de reflorestamento é de significativa importância econômica em Minas Gerais, seja como fonte energética ou como matéria-prima para vários segmentos industriais. Boa parte dos plantios destina-se à siderurgia a carvão vegetal, embora outros setores também utilizem essa mesma fonte.

A atividade de reflorestamento na região onde está inserido o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha iniciou-se na segunda metade dos anos 70, viabilizada pela criação de incentivos fiscais para o reflorestamento, associada às condições topográficas favoráveis às extensas chapadas da região e ao baixo preço relativo da terra. A introdução da atividade de reflorestamento na região não afetou a agricultura de subsistência ali existente, pois se localizou nas terras planas das chapadas, devido à escassez de água. Prestava-se basicamente à prática de uma atividade pecuária ultra-extensiva.

Nos cinco anos analisados, a variável *área colhida* perdeu cerca de 1 milhão de hectares e a produção cresceu cerca de 4 milhões de toneladas no estado. Na área do Pólo, entretanto, enquanto as áreas de cultivos de consumo locais (milho, feijão, mandioca e arroz) vêm diminuindo, aumentam as áreas de cultivos com características de produção comercial, principalmente as culturas do café, banana e abacaxi, destacando-se os municípios de Diamantina (abacaxi), Serro (banana) e Itamarandiba (café) (GRAF.1.6).

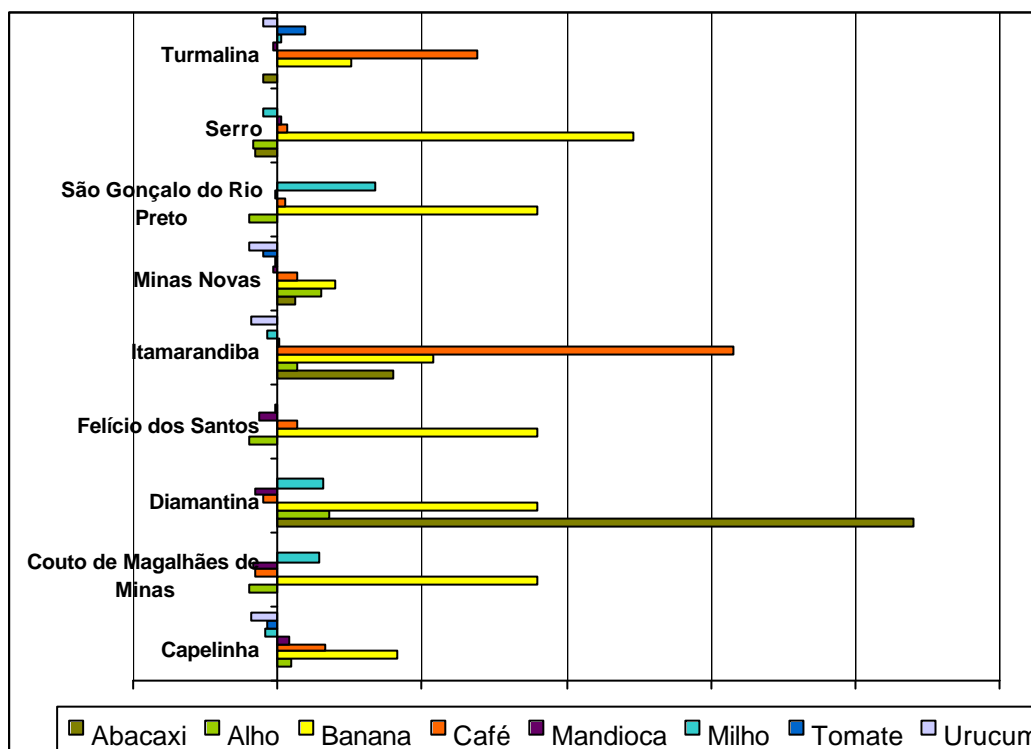


GRÁFICO 1.6 – Taxa de crescimento dos principais produtos agrícolas dos municípios pesquisados, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001.

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

A produção de café aumentou no período, se comparada com 1997, 31,6%. Com relação aos municípios pesquisados, houve decréscimo nos municípios de Diamantina (16,0%) e Couto de Magalhães de Minas (27,2%)

O abacaxi, cultura comercial, ocupa destaque nos municípios pesquisados. Participa com 76,0% da produção do Pólo. A cultura apresenta áreas de concentração esparsas em todo o Pólo, sendo bastante significativa a sua expressão espacial nos municípios de Diamantina e Itamarandiba. De 1997 a 2001, a cultura sofreu uma taxa de crescimento de 118,0% e 49,0%, respectivamente.

Outro destaque no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha é a produção de banana, que cresceu cerca de 69,0%, contra 74,0% nos municípios pesquisados, comparados ao estado.

A cultura do urucum destaca-se no Pólo, com uma taxa, no período já citado, de 45.0%. Nos municípios pesquisados, apenas Felício dos Santos se destaca.

A pecuária é outra atividade importante da Agropecuária do Pólo. O asinino é o produto com melhor destaque com relação ao estado. Já nos municípios pesquisados os destaques são: a criação de coelhos e codornas, e a produção de ovos de galinha, mel de abelha e leite (TAB.1.7)

TABELA 1.7

Principais produtos da pecuária (em número de cabeças) – Municípios pesquisados, Pólo e Minas Gerais – 2001

MUNICÍPIO	PRODUTO						
	Bovino	Suíno	Eqüino	Asinino	Muar	Bubalino	Coelho
Capelinha	11.401	3.270	1.130	10	830	0	0
Couto de Magalhães de Minas	2.361	350	208	7	70	0	50
Diamantina	14.251	900	1.000	15	200	0	100
Felício dos Santos	3.463	1.000	553	10	336	0	0
Itamarandiba	27.573	5.390	2.280	38	1.140	40	18
Minas Novas	14.650	7.450	1.850	2	1.965	0	22
São Gonçalo do Rio Preto	2.267	182	208	2	127	0	0
Serro	24.520	3.940	1.415	7	635	12	35
Turmalina	5.350	2.262	310	5	383	0	0
Área de Planejamento	105.836	24.744	8.954	96	5.686	52	225
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	644.845	69.302	441.49	6.411	20.072	1.139	230
Minas Gerais	20.218.911	3.358.696	923.073	31.105	174.576	241.98	24.204
Municípios/Pólo (%)	16,4	35,7	20,3	1,5	28,3	4,6	97,8
Pólo/ Minas Gerais (%)	3,2	2,1	4,8	20,6	11,5	4,7	0,9

MUNICÍPIO	Ovino	Aves	Codorna	Caprino	Leite 1	Ovos de galinha 2	Mel de abelha 3
Capelinha	130	53.730	290	162	1.291	54	1.850
Couto de Magalhães de Minas	10	28.000	77	43	427	216	100
Diamantina	70	25.000	0	25	2.514	150	100
Felício dos Santos	36	27.000	0	40	586	180	200
Itamarandiba	155	76.350	155	150	3.202	28	120.000
Minas Novas	15	95.600	20	640	1.409	29	650
São Gonçalo do Rio Preto	0	5.000	0	0	459	24	200
Serro	40	34.240	30	50	12.980	107	1.500
Turmalina	6	33.365	0	65	675	9	4.800
Área de Planejamento	462	378.285	572	1175	23543	797	129.400
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	7.751	1.292.184	834	5.235	96.387	1.197	138.835
Minas Gerais	130.405	104.006.555	586.961	96.634	5.981.227	327.844	2.068.024
Municípios/Pólo (%)	5,9	29,3	68,6	22,4	24,4	66,6	93,2
Pólo/ Minas Gerais (%)	5,9	1,2	0,1	5,4	1,6	0,4	6,7

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

1 – mil litros.

2 – mil dúzias.

3 – quilograma.

Esses cinco produtos apresentam as melhores taxas de crescimento no período de 1997 – 2001 (TAB.1.8).

É importante destacar que a criação de aves apresenta taxa negativa na área dos municípios da Área de Planejamento, contrapondo á taxa expressiva de produção de ovos. Porém, no Pólo esse produto apresentou taxa de crescimento no período de 1997 – 2001 de 12,2%.

TABELA 1.8

Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001

SEGMENTO	PRODUTO				
	Coelhos	Codornas	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Área de Planejamento	5,16	25,85	3,07	5,89	25,72
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	1,00	13,19	8,76	-2,78	23,93
Minas Gerais	3,48	8,38	1,65	1,98	12,78

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

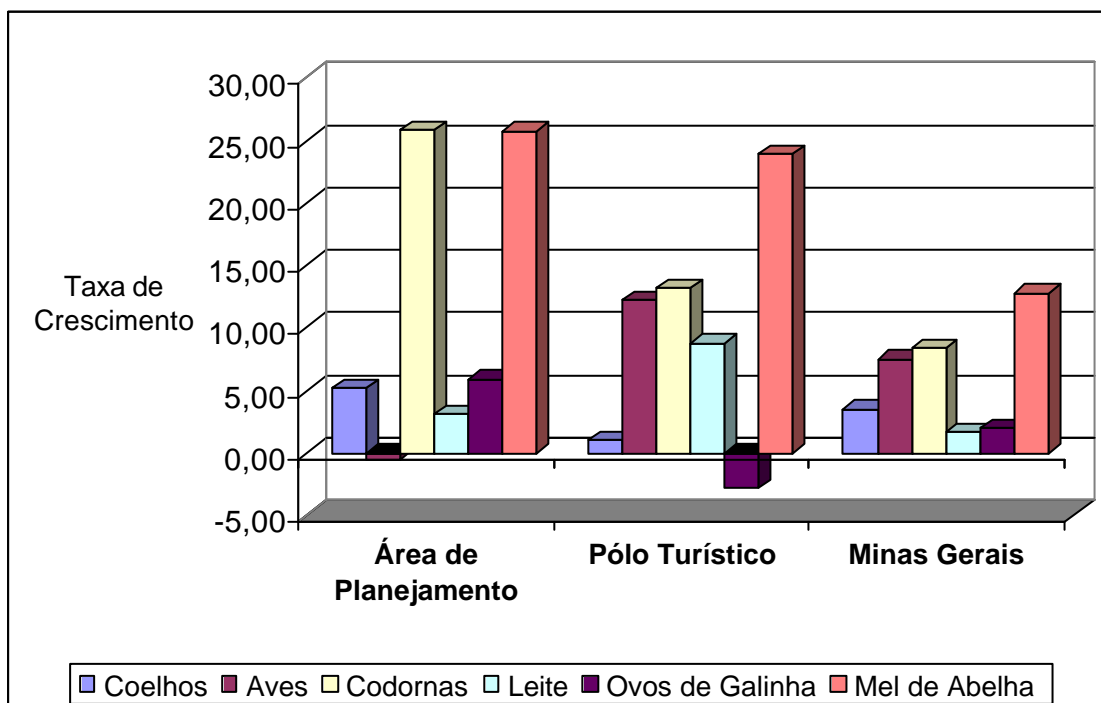


GRÁFICO 1.7 – Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo de Minas Gerais – 1997-2001.

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

Para o período de 1997-2001, no Pólo, destacaram-se a criação de codornas e a produção de mel de abelha e leite.

TABELA 1.9

Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001

SEGMENTO	PRODUTO					
	Coelhos	Aves	Codornas	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Área de Planejamento	5,16	(0,54)	25,85	3,07	5,89	25,72
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	1,00	12,20	13,19	8,76	(2,78)	23,93
Minas Gerais	3,48	7,50	8,38	1,65	1,98	12,78

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

Os destaques são os municípios de Diamantina (ovos de galinha), Capelinha (mel de abelha), Minas Novas (ovinos), Couto de Magalhães de Minas (ovos de galinha), Itamarandiba (coelho e mel de galinha) e Turmalina (leite) (TAB.1.10).

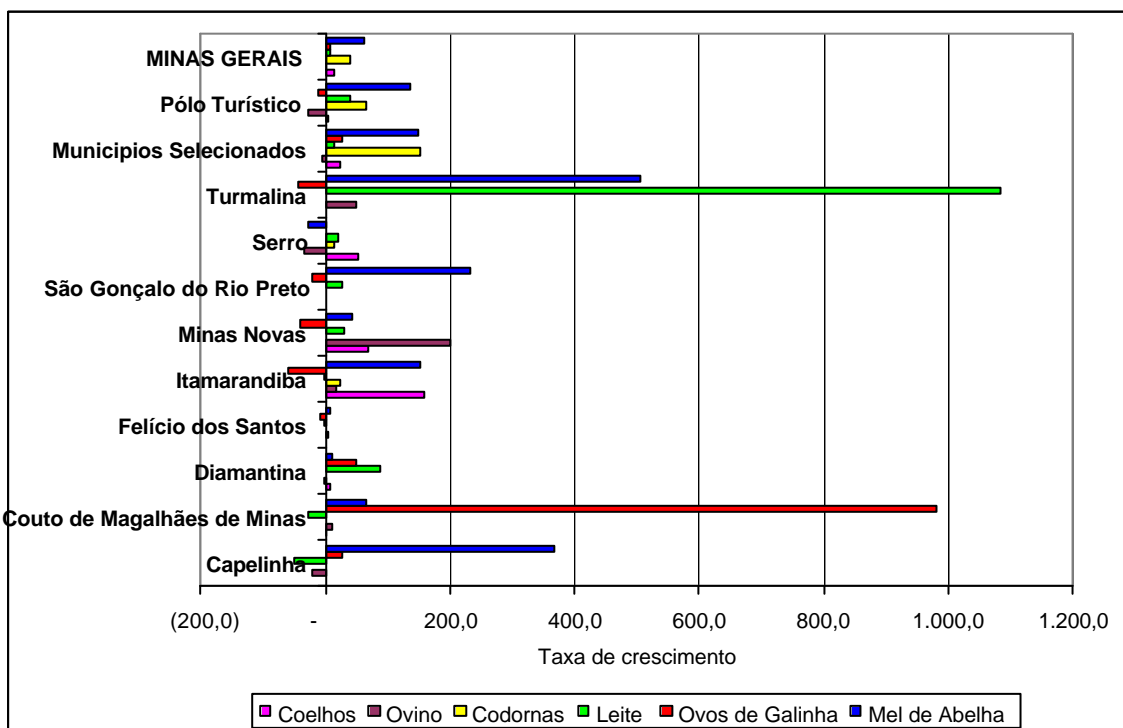


GRÁFICO 1.8 – Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais – 1997-2001

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

TABELA 1.10

Taxa de crescimento dos principais produtos da pecuária dos municípios da Área de Planejamento – 1997-2001

MUNICÍPIO	PRODUTO					
	Coelhos	Ovino	Codornas	Leite	Ovos de galinha	Mel de abelha
Capelinha	..	-6,2	..	-16,8	5,9	56,5
Couto de Magalhães de Minas	0,5	2,7	0,0	-8,2	81,3	0,1
Diamantina	2,1	-0,7	..	16,8	10,7	14,2
Felício dos Santos	..	0,7	..	-0,6	-2,6	2,6
Itamarandiba	26,6	3,7	5,5	-0,5	-19,9	46,9
Minas Novas	14,1	31,6	..	6,9	-12,7	7,5
São Gonçalo do Rio Preto	..	..	..	6,3	-5,4	-5,1
Serro	11,1	-9,6	3,6	4,6	0,0	13,6
Turmalina	..	10,7	..	85,5	-13,4	..

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

.. Dado não disponível

A distribuição das terras ocupadas em estabelecimentos rurais no estado de Minas Gerais se dá de forma bastante desigual.

No período compreendido entre os dois censos agropecuários de Minas Gerais de 1985 e 1995-1996, o estado registrou menos 55.230 estabelecimentos rurais (10%), correspondendo a 5.024.701ha, uma área 11% menor. A estrutura fundiária, em relação ao total do estado, permaneceu praticamente inalterada. Houve queda do número de estabelecimentos e de área em todos os estratos pesquisados para efeito de comparação: 0 a 10ha; 10a 100 há; 100 a 1 000 e acima de 1.000ha, em relação ao total do estado. Só o primeiro estrato sofreu alteração um pouco mais significativa: aumento de 33,2% para 34,2% no número de estabelecimentos (embora tenha havido redução em termos absolutos) e queda de 1,9% para 1,8% na área ocupada, com redução em termos absolutos. No total de Minas Gerais, o coeficiente de *GINI* mediu uma ligeira queda entre os dois censos: de 0,705 para 0,697.

A região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha é uma das regiões do estado cujos estabelecimentos concentram maior área acima de 1000 ha (28,1), tendo sofrido uma queda na área rural de 12,97%, segundo dados do Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1985, 1995-96. O coeficiente de *GINI* da concentração da distribuição regional

da terra entre os dois censos permanece em torno de 0,72, acompanhando a tendência do estado.

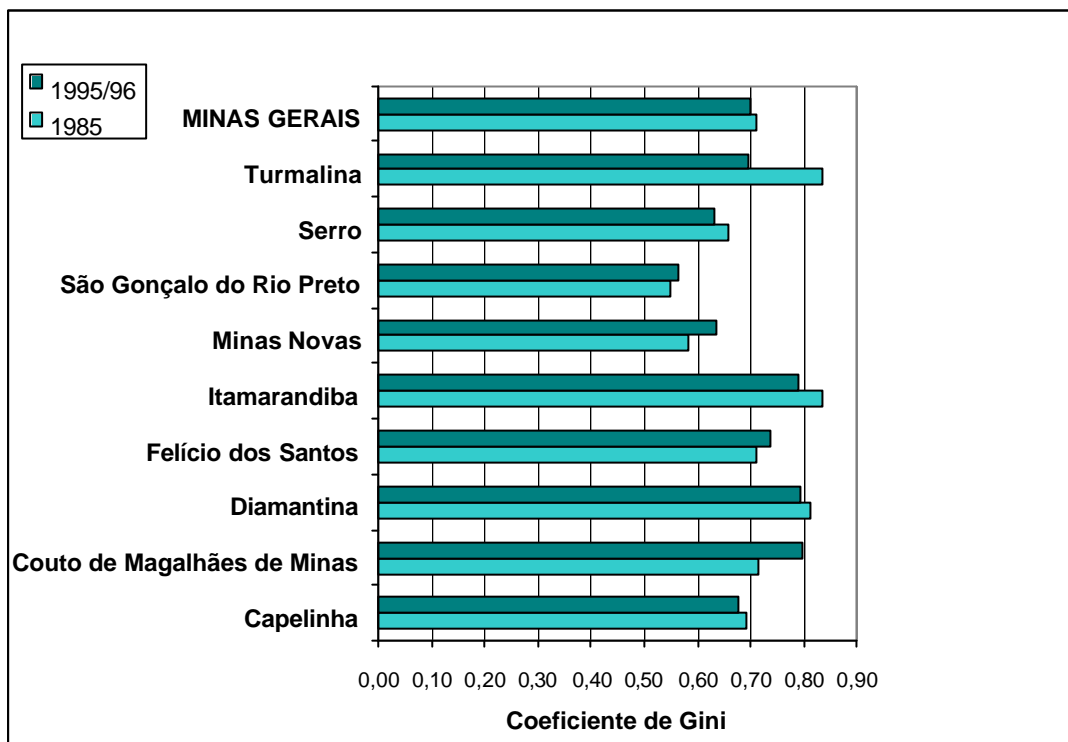


GRÁFICO 1.9 – Coeficiente de GINI nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985, 1995-1996.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA 1.11

Número de estabelecimentos rurais e área correspondente por estrato de área no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996

SEGMENTO	PERÍODO															
	1985								1995 – 1996							
	0 a 10		10 a 100		100 a 1000		+ de 1000		0 a 10		10 a 100		100 a 1000		+ de 1000	
	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	Ha	Est.	ha
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	37,0	2,0	46,0	18,0	16,0	51,0	1,0	29,0	35,0	1,9	48,0	18,0	16,0	52,0	1,0	28,1
Minas Gerais	33,2	1,9	50,5	21,5	15,4	47,8	0,9	28,9	34,2	1,8	49,9	21,7	15,0	47,9	0,9	28,6

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985, 1995/96.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

No período entre os dois censos, 1985 e 1995-1996, não ocorreram modificações na estrutura fundiária na região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. O percentual de pequenos estabelecimentos (até 100 hectares) permanece praticamente inalterado. As outras faixas também não sofreram alterações substanciais no mesmo período.

Os dados de 1995-1996 permitiram detectar na Área de Planejamento a predominância de estabelecimentos até 100 hectares, confirmando os números verificados no período censitário anterior. É interessante verificar que na região do Pólo Turístico os estabelecimentos de maior porte são aqueles mais ligados a atividade de reflorestamento.

Antes da introdução do reflorestamento, a região do Vale do Jequitinhonha na qual se insere o Pólo Turístico podia ser considerada como região de fronteira, segundo estudo da Fundação João Pinheiro. Ou seja, essa atividade expandiu-se, basicamente, a partir da incorporação de novas áreas, antes inexploradas. Nesse caso, ocorreu menor pressão para mudanças na estrutura fundiária e o desaparecimento lento de pequenas propriedades como ocorrido em Minas Novas. Já nos municípios de Capelinha, Itamarandiba, Diamantina e Turmalina a expansão do reflorestamento, além de ter absorvido novas áreas, também avançou sobre a área dos menores estabelecimentos, com mudanças significativas na estrutura fundiária, no sentido da maior concentração de terras. Essa atividade expandiu-se com a entrada de grandes empresas na região. Tal como ocorreu com o café, a sua exploração deu-se com base na mão-de-obra assalariada.

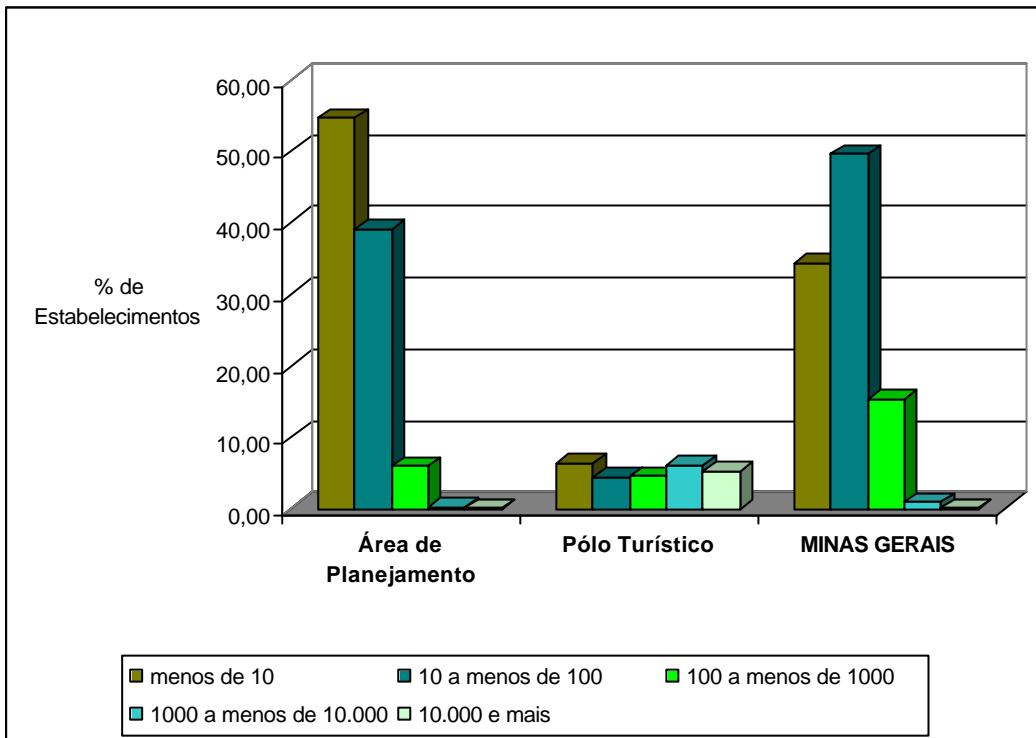


GRÁFICO 1.10 – Distribuição de estabelecimentos rurais segundo os estratos de terras na Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996.

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Demográfico de Minas Gerais, 1995-1996.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

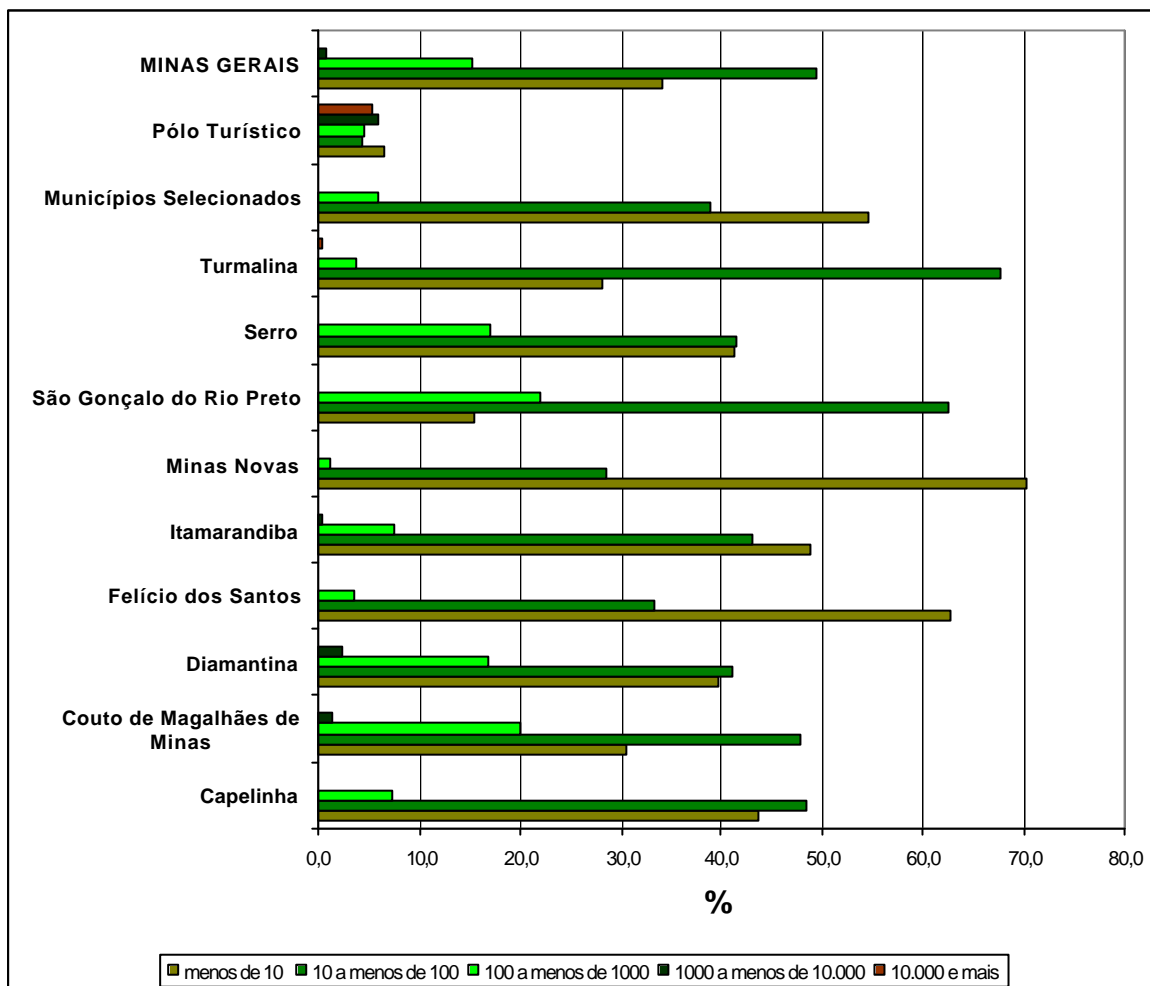


GRÁFICO 1.11 – Distribuição de estabelecimentos rurais segundo os estratos de terras nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Demográfico de Minas Gerais, 1995- 1996.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Nos municípios da Área de Planejamento, os estabelecimentos rurais estão concentrados na faixa até 10 hectares, representando uma percentagem maior do total, simultaneamente a uma apropriação de terras proporcionalmente menor, com destaque para Minas Novas e Itamarandiba. Essa situação detectada no censo de 1995-1996 pode também ser confirmada pelos dados da EMATER-MG de 2003, apresentados na TAB.1.12. Capelinha é destaque quanto ao número de pequenos produtores concentrados entre os nove municípios pesquisados ligados à produção de

café com base na exploração familiar. Apesar do número expressivo de pequenos produtores nos municípios de Capelinha, Minas Novas e Itamarandiba, cerca de 81%, em relação ao total dos pequenos produtores nos municípios pesquisados, ocorreu também um significativo aumento da área reflorestada, e certamente estão ligados ao grande produtor.

TABELA 1.12  
 Número de pequenos produtores nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais – 2003

SEGMENTO	NÚMERO DE PRODUTORES	
	Absoluto	%
Capelinha	1.600	12,1
Couto de Magalhães de Minas	230	1,7
Diamantina	340	2,6
Felício dos Santos	667	5,0
Itamarandiba	3.702	27,9
Minas Novas	4.500	33,9
São Gonçalo do Rio Preto	390	2,9
Serro	603	4,5
Turmalina	1.240	9,3
Área de Planejamento	13.272	100
Minas Gerais	621.537	

Fonte: Sistema de Safra e Escritórios Locais da EMATER-MG, 2003.

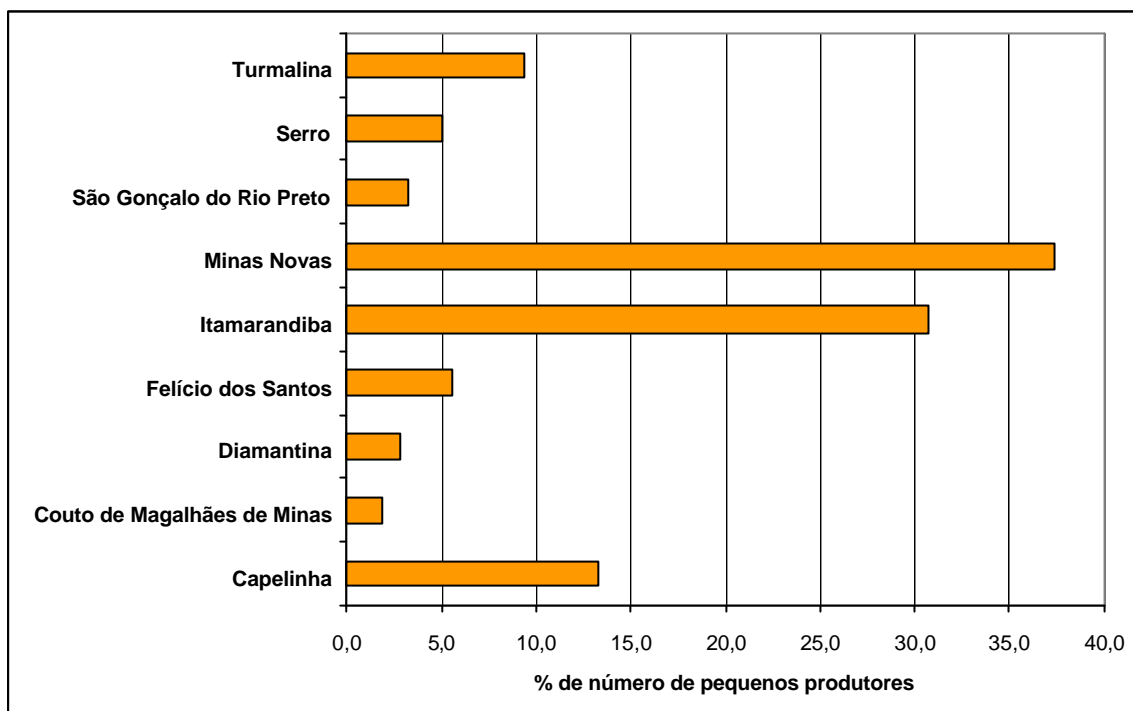


GRÁFICO 1.12 – Número de pequenos produtores nos municípios da Área de Planejamento – 2003  
 Fonte: Sistema de Safra e Escritórios Locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), 2003.

No período censitário: 1985 e 1995-1996 (TAB.1.14 e 1.15), no que se refere às atividades produtivas, a principal característica observada na região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha prende-se à diminuição do número de estabelecimentos ligados à agricultura e ao acréscimo mais significativo nas atividades de agropecuária e de silvicultura.

Em termos de variações relativas, na composição percentual de cada atividade em cada censo, podemos dizer que a agricultura em Minas Gerais perdeu 9,6% dos estabelecimentos entre os períodos de 1985 a 1995-1996; a pecuária, 6,6%; e o extrativismo vegetal, 1,7%. Na agropecuária ocorreu um aumento da sua participação relativa em 17% no período. A silvicultura e a horticultura experimentam cerca de 1% de aumento na participação relativa.

Em números absolutos, houve redução no número de estabelecimentos dedicados à agricultura e à pecuária em todo o estado. Os que se dedicam à agropecuária, ainda em números absolutos, atingiram 547%, a maior taxa dentre as atividades

econômicas. Também a silvicultura alcançou 358% no período, aumentando a quantidade de estabelecimentos. A horticultura cresceu 96% em número de estabelecimentos em todo o estado, enquanto diminuíram-se os estabelecimentos dedicados ao extrativismo vegetal.

TABELA 1.13

Variação percentual do número de estabelecimentos, por classe de atividades, no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996

SEGMENTO	ATIVIDADE					
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Silvicultura	Extração Vegetal	Horticultura e Floricultura
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	(21,5)	(0,4)	18,8	3,6	(0,7)	1,3
Minas Gerais	(9,6)	(6,6)	17,2	0,9	(1,7)	0,9

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985, 1995/96.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA 1.14

Uso da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985

SEGMENTO	USO DA TERRA					
	Área (ha)	Lavoura				Total (%)
		Permanente		Temporária		
	Área	(%)	Área	(%)		
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.898.957	84.385	1,7	262.876	5,4	7,1
Minas Gerais	45.840.757	1.291.559	2,8	4.014.833	8,8	11,6
	Área (ha)	Pastagem				Total (%)
		Natural		Plantada		
		Área	(%)	Área	(%)	
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.898.957	2.965.739	60,5	427.023	8,7	69,3
Minas Gerais	45.840.757	20.619.303	45,0	8.299.146	18,1	63,1
	Área (ha)	Mata e Floresta				Total (%)
		Natural		Plantada		
		Área	(%)	Área	(%)	
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.898.957	603.261	12,3	106.948	2,2	14,5
Minas Gerais	45.840.757	5.478.200	12,0	1.767.557	3,9	15,8

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA 1.15  
 Uso da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996

SEGMENTO	USO DA TERRA					
	Área (ha)	Lavoura				
		Permanente		Temporária		Total
		Área	(%)	Área	(%)	(%)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.263.799	64.097	1,5	119.401	2,8	4,3
Minas Gerais	40.811.662	1.188.053	2,9	2.984.082	7,3	10,2
	Pastagem					
	Área (ha)	Natural		Plantada		Total
		Área	(%)	Área	(%)	(%)
		Área	(%)	Área	(%)	(%)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.263.799	2.027.664	4,6	803.695	18,8	66,4
Minas Gerais	40.811.662	13.654.415	33,5	11.694.188	28,7	62,1
	Mata e Floresta					
	Área (ha)	Natural		Plantada		Total
		Área	(%)	Área	(%)	(%)
		Área	(%)	Área	(%)	(%)
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	4.263.799	707.946	16,6	153.241	3,59	20,2
Minas Gerais	40.811.662	5.670.306	13,89	1.707.782	4,18	18,08

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1995/96.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

Em 1995, a maior parte do estado sofreu queda da área de lavouras temporárias (em valores absolutos e relativos).

As pastagens naturais sofreram uma redução muito maior de área, tanto absoluta quanto relativa, passando de 20,6 milhões de hectares em 1985 para 13,6 milhões de hectares em 1995-1996, ou de uma participação de 45,0% da área em 1985 para 33,5% da área usada na agropecuária em 1995. A região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha sofreu redução nas participações relativas entre os dois censos, cerca de 13%.

Em contrapartida, as pastagens plantadas experimentaram aumento, tanto absoluto quanto relativo, de área em todo o estado, passando de 8,3 milhões de hectares, ou 18% do total do estado em 1985, para 11,7 milhões de hectares, ou 28,6% da área ocupada em 1995-1996. Essa categoria, no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, acompanhou os índices do estado.

As Matas e Florestas Naturais experimentaram, em todo o estado, incrementos absolutos e relativos, passando de uma área de 5,478 milhões de hectares em 1985, ou 11,9% do total, para 5,670 milhões de hectares em 1995, ou 13,9% de toda área ocupada. A região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha conseguiu um acréscimo percentual de 4,3%.

A categoria de Matas e Florestas Plantadas sofreu pequena redução em termos absolutos e em termos relativos: de uma área de 1,767 milhão de hectares, ou 3,9%, em 1985, passou para 1,708 milhão de hectares, ou 4,2%, em 1995-1996, no estado. A região de estudo experimentou variação percentual no período de 1,4%. Merece destaque a atividade de reflorestamento, responsável pela utilização de cerca de 20% das terras regionais. O reflorestamento, ou florestas plantadas, foi a atividade que mais cresceu em termos relativos no período. Em 1985, as matas e florestas respondiam por cerca de 14% das terras e em 1995-1996 passaram a ocupar o percentual próximo de 21%. No estado, esses índices foram, pela mesma ordem, de 15,8% e 18%.

O uso da terra no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha vem passando por modificações expressivas, o que inclui culturas comerciais, como o café.

Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, a implantação da cafeicultura regional constitui-se fundamentalmente da ação de empresários de outras regiões do estado e do País, caracterizando-se como uma atividade concentrada, tanto do ponto de vista geográfico como da propriedade dos empreendimentos. Entretanto, à medida que passou a se evidenciar sua viabilidade econômica, os produtores locais foram se incorporando à atividade. Com o declínio das cotações do preço do café, houve estabilização do efetivo cafeeiro, embora a produção mantenha-se ainda em expansão.

Outro aspecto relevante numa análise comparativa do desempenho da agricultura é o emprego de insumos, ao focalizarmos o percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcários, defensivos e silos.

A região onde está inserido o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha é uma das que apresentam maior desequilíbrio, com emprego acentuado de defensivos (desmedido

na relação com fertilizantes, por exemplo). Apesar das deficiências hídricas e da fertilidade do solo, além das restrições ocasionais por relevo acidentado, sobretudo ao leste e ao sul da região, a agricultura representa uma das principais alternativas para garantir melhor desempenho regional no setor primário.

O Ambulatório de Doenças Profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais vêm apontando o aumento de doenças decorrentes do uso abusivo e inadequado de defensivos na produção agrícola mineira. A Agenda 21, elaborada pelo país no primeiro semestre de 2000, sustenta a adoção de controles de pragas por instrumentos mais racionais, mais equilibrados ecologicamente e menos agressivos.<sup>10</sup>

A TAB.1.16 e o GRAF.1.13 revelam que justamente as áreas que apresentam menores investimentos produtivos e que concentram maior número de estabelecimentos marcados pela agricultura familiar são aquelas que demonstram maior índice de propriedades que empregam defensivos, com grande desequilíbrio em relação ao uso de fertilizantes e silos (embora seja natural da agricultura familiar a combinação de culturas com criações).

TABELA 1.16

Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1985

SEGMENTO	INSUMO			
	Fertilizante	Calcário	Defensivo	Silos
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	11,1	1,5	36,9	0,4
Minas Gerais	56,8	10,1	53,4	4,4

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

<sup>10</sup> Identificação e análise das transformações do setor agropecuário, 1985-1996, com ênfase em Minas Gerais – BH: Fundação João Pinheiro, 2001.

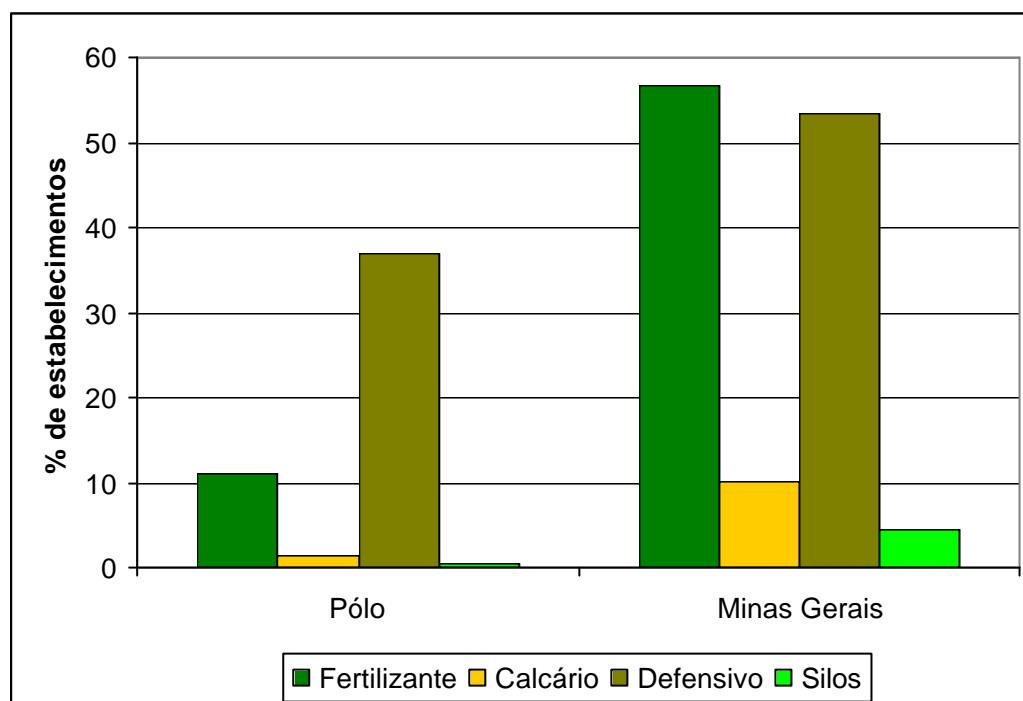


GRÁFICO 1.13 – Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1985

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA 1.17

Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996

SEGMENTO	INSUMO			
	Fertilizante	Calcário	Defensivo	Silos
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	22,9	2,7	67,5	0,4
Minas Gerais	61,8	20,1	81,8	10,2

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1995/96.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

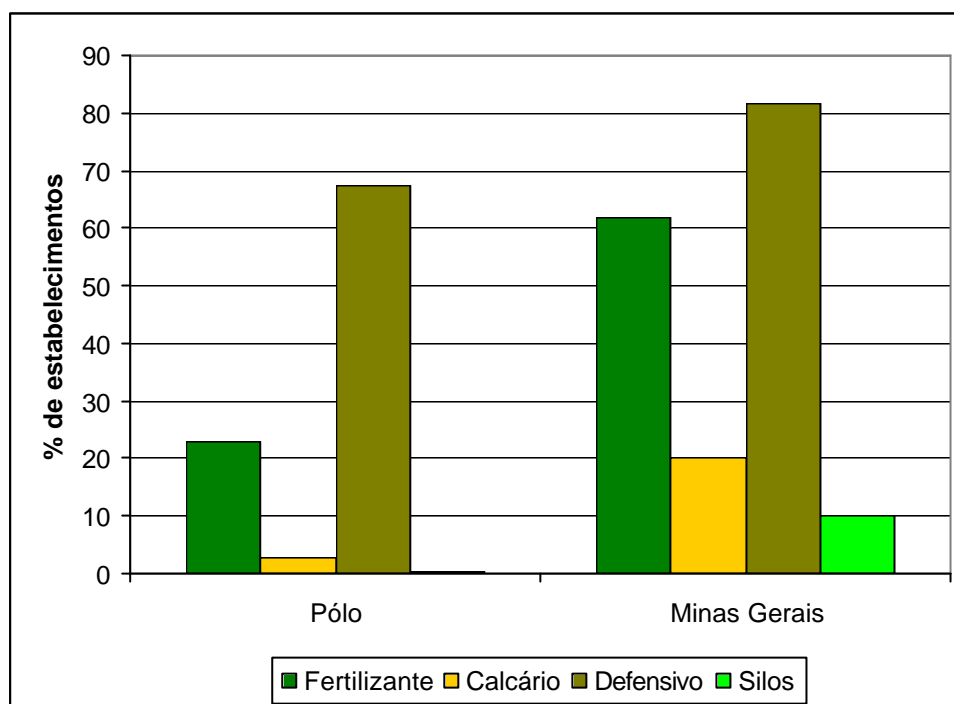


GRÁFICO 1.14 – Percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, calcário, defensivos e silos no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996

Dados básicos: FIBGE: Censo Agropecuário de MG, 1985, 1995-1996.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

As informações sobre as práticas de adubação, química ou orgânica, e de correção da acidez do solo contribuem também para evidenciar o reduzido nível relativo de capitalização da agricultura regional.

As TAB. 1.16 e 1.17 dizem respeito ao percentual de estabelecimentos que utilizam insumos na região onde está inserido o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha no período 1995-1996. Desse modo, em 1985, 11,1% de estabelecimentos utilizaram fertilizantes. Já em 1995, essa região apresentou um percentual de 22,9% de estabelecimentos utilizando esse mesmo insumo. Assim, ocorre com os outros insumos, com a agravante do aumento do uso de defensivos.

A extensão das áreas passíveis de aproveitamento, com manejo desenvolvido e de baixo nível tecnológico, é limitada. A maior parte de terras agricultáveis envolve manejos mais tecnificados, exigindo correção de acidez e de fertilidade pouco

compatível com o tipo modal de agricultor da região, o pequeno produtor descapitalizado (FJP, 1994).

Como consequência desse uso diferenciado de tecnologia, a agricultura na região mostra-se pouco dinâmica, com baixos índices de produção, produtividade e de uso da terra, quando comparado com a de Minas Gerais.

A região onde está inserido geograficamente o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha apresentou taxas negativas de crescimento da produtividade da mão-de-obra, pessoal ocupado e área com lavoura no período 1985/1995-96 (TAB.1.18).

TABELA 1.18

Taxa de crescimento da produtividade de mão-de-obra no Pólo e em Minas Gerais – 1985, 1995-1996

SEGMENTO	EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO				
	Área por pessoal ocupado (ha/homem)		Taxa de crescimento (B) / (A) %		
	1985 (A)	1995-1996 (B)	Produtividade mão-de-obra	Pessoal ocupado	Área de lavoura
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	1,3	0,9	(28,9)	(25,6)	(47,2)
Minas Gerais	2,0	2,1	1,73	(22,7)	(21,4)

Fonte: Dados básicos: IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal, MG, 1997, 2001.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais – CEES.

Apesar de expressivo em termos regionais, o setor primário tem-se mostrado incapaz de responder pela geração de ocupação para a força de trabalho requerido pela dinâmica populacional da região, o que se revela em seus elevados índices de emigração.<sup>11</sup>

As condições climáticas pouco favoráveis e a baixa fertilidade natural do solo compõem um quadro em que a agricultura regional constitui uma atividade de baixo retorno e rentabilidade. Neste contexto, o agricultor é normalmente compelido a utilizar a força de trabalho familiar, o que lhe possibilita produzir a custo reduzido e, muitas vezes, fortalecer uma economia de subsistência.

<sup>11</sup> PDITS – Vale do Jequitinhonha, Aspectos socioeconômicos.

Na década de 80, a Fundação de João Pinheiro delineava a mesma situação de agora: a agricultura familiar foi sempre marginalizada pelas políticas públicas.

O modelo excludente de desenvolvimento da agricultura originou graves conseqüências sociais e econômicas como o êxodo rural, expulsando cerca de 28 milhões de pessoas do campo nos últimos 30 anos, e o inchaço das cidades com miséria e desemprego. Para os trabalhadores urbanos a conseqüência foi o encarecimento dos alimentos, fruto da prioridade às culturas de exportação, e aumento dos preços dos insumos agrícolas (principalmente na década de 80, quando subiram acima da inflação), afetando a renda dos trabalhadores urbanos, que gastam grande parcela dos seus proventos na compra de alimentos.<sup>12</sup>

Esse processo tende a manter os agricultores que produzem alimentos básicos em áreas deprimidas, como o Vale do Jequitinhonha, muito aquém das possibilidades de acesso às técnicas modernas. Como decorrência da sua relativa ineficácia produtiva, o produtor passa a buscar no trabalho assalariado fora de sua propriedade alternativas de renda complementar. Em diversas situações, essa renda complementar configura-se de fato na renda familiar básica, sobretudo em termos monetários, e representa sua estratégia de sobrevivência. Os centros urbanos de maior porte fora da região estão atraindo a população da região do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, que muitas vezes, é em vendedores ambulantes.

TABELA 1.19

Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985

SEGMENTO	ESTABELECIDAMENTOS E ÁREAS OCUPADAS							
	Total		Próprias %		Arrendadas %		Ocupadas %	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	55.449	4.898.957	83,14	95,15	4,19	0,86	10,62	2,79
Minas Gerais	551.488	45.840.757	80,98	88,85	6,68	3,74	7,25	2,46

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Agropecuário, Minas Gerais, 1985.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais.

<sup>12</sup> IPEA, 2002.

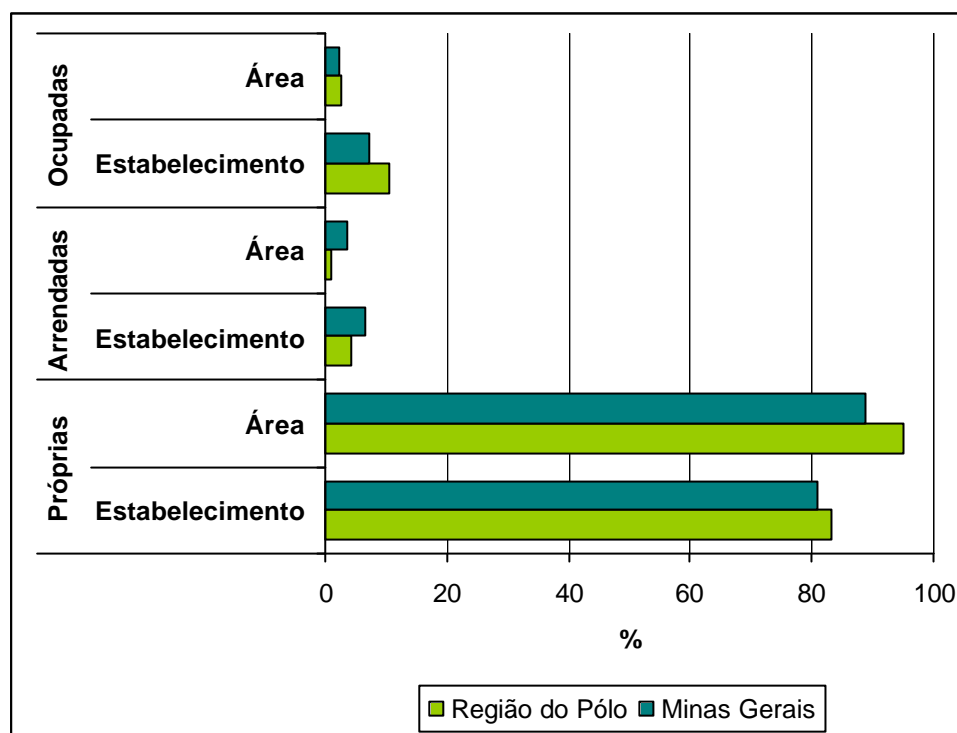


GRÁFICO 1.15 – Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1985  
 Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Agropecuário, Minas Gerais, 1985.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais.

TABELA 1.20

Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais – 1995-1996

SEGMENTO	ESTABELECIMENTOS E ÁREAS OCUPADAS							
	Total		Próprias %		Arrendadas %		Ocupadas %	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha	47.480	4.263.799	93,75	96,85	0,40	1,05	4,50	1,81
Minas Gerais	496.677	40.811.662	88,45	94,70	3,16	2,77	5,16	1,86

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Agropecuário, Minas Gerais, 1995-1996.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais.

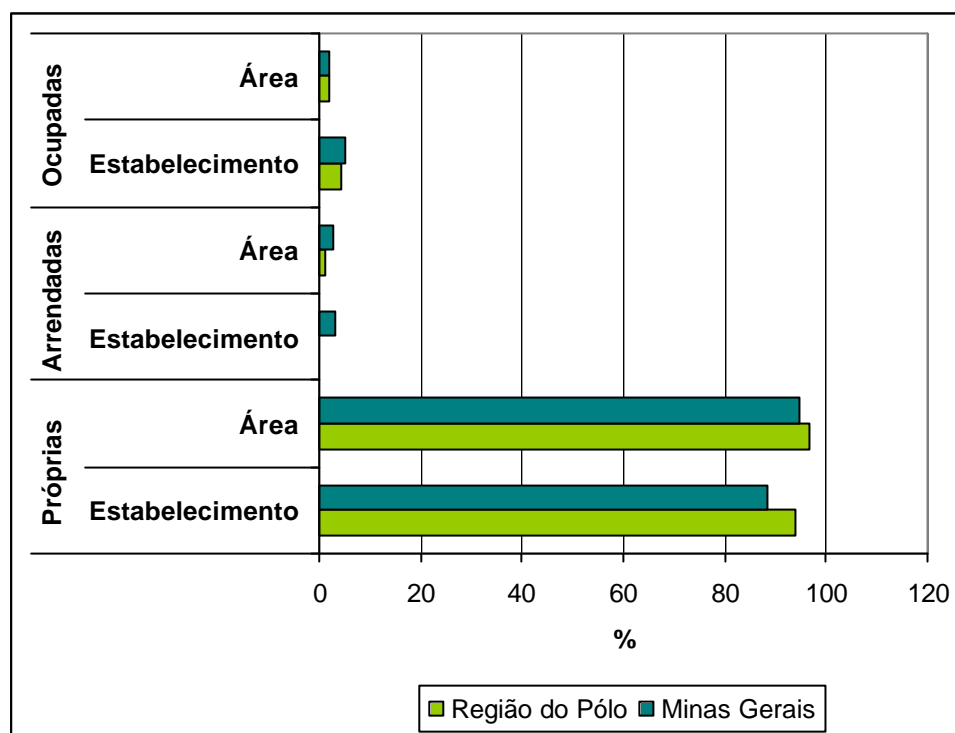


GRÁFICO 1.16 – Estabelecimentos e área ocupada da posse da terra no Pólo e em Minas Gerais –1995-1996.

Fonte: Dados básicos: IBGE: Censo Agropecuário, Minas Gerais, 1995-1996.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais.

Pode-se perceber pelos dados censitários apresentados na TAB.1.20 que aumentou a participação de terras próprias entre 1985 e 1995-1996 no estado. Assim, terras próprias ocupavam 80,98% da área no estado em 1985, passando a ocupar 94,70% da área em 1995/96. Da mesma forma em relação ao número de estabelecimentos próprios, passou de 80,9% em 1985 para 88,45% em 1995-1996. Enquanto que terras arrendadas e ocupadas reduziram suas participações relativas em número de estabelecimentos. A região do Pólo experimentou aumento relativo em percentagem da área de terras arrendadas.

A presença marcante da agricultura no Pólo leva necessariamente à sua priorização como setor que apresenta maior possibilidade ou potencial de proporcionar retorno em termos de seu quadro socioeconômico atual. Ficaram evidenciadas as seguintes características do setor: médio dinamismo de seu sistema produtivo, representado

pela cafeicultura e o reflorestamento; e baixos níveis de produtividade e, mesmo, de ocupação da força de trabalho.

Segundo estudo da Fundação João Pinheiro, a região do Pólo apresenta, em graus variados, restrições à agricultura, associadas a deficiências de fertilidade e hídricas, susceptibilidade a erosão e dificuldades de mecanização, entre outras. Mas essas constatações podem ser amenizadas, seja mediante ações de caráter corretivo ou convivência ou adaptação a elas mesmas. De qualquer modo, requer-se uma participação efetiva da instância pública, com uma intervenção qualificada, e diferenciada de acordo com especificidade intra-regionais. O objetivo é o crescimento agrícola em extensão, via alargamento de sua fronteira produtiva, com intensificação ou capitalização das práticas produtivas, processos não excludentes, mas complementares.

### 1.3.2 Atividade industrial

A análise da atividade industrial tem como principal limitação a ausência de dados censitários permitindo uma avaliação mais detalhada do comportamento do setor. Neste relatório as observações serão feitas, essencialmente, a partir das informações relativas às “saídas” do Valor Adicionado Fiscal (VAF)<sup>13</sup> de 2000, que dão uma idéia um pouco mais aproximada do comportamento espacial por gênero de indústria, qualificando um pouco mais os dados do PIB.

A atividade industrial no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha envolve 19 gêneros com muito baixa representatividade no conjunto do estado e valores muito modestos do VAF (TAB.1.21). Os melhores resultados registrados são os da indústria têxtil (0,71%) e de extração mineral (0,50%).

---

<sup>13</sup> O VAF é um indicador econômico-contábil utilizado pelo Estado para calcular o repasse de ICMS e do IPI aos municípios. Corresponde, portanto, ao valor que se acrescenta nas operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços realizadas num município, em determinado ano civil. É o valor que, somado ao valor de compra, resulta no valor de venda das mercadorias e serviços. O valor das saídas de mercadorias e serviços tributáveis pelo ICMS menos o valor das entradas de mercadorias e serviços tributados pelo ICMS corresponde ao VAF.

No Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha pelo menos três municípios não registraram nenhuma atividade industrial (Aricanduva, Berilo e Ponto dos Volantes). Nos demais, a atividade tem padrão diferenciado, conforme o gênero, formando algumas concentrações mais ou menos, claras. Ao se estabelecer um critério um pouco mais rigoroso – representatividade no estado e concentração acima de 10% em relação ao Pólo –, pode-se limitar o universo a nove gêneros (inclusive “indústrias diversas”), concentrados em 14 municípios. Neste critério, destacam-se Diamantina (seis gêneros), Turmalina (três gêneros), Almenara e Itamarandiba (dois gêneros).

Outro critério pode ser dado pela representatividade alcançada pelos nove municípios da Área de Planejamento em 16 gêneros industriais (foram excluídos: extração mineral, borracha e bebidas), concentrando, com percentuais acima de 80%, mecânica (100%), madeira (86,79%), química (99,34%), materiais plásticos (100%), têxtil (100%) e vestuário e calçados (72,33%) (GRAF.1.17). Apesar dos baixos valores gerados, fica claro que a atividade está sendo exercida nos municípios da Área de Planejamento.

TABELA 1.21

Valor Adicionado Fiscal (Saídas) por gênero industrial nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 2000

(Continua)

SEGMENTO	GÊNERO INDUSTRIAL									
	Extração mineral		Minerais não metálicos		Metalúrgica		Mecânica		Material de transporte	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	–	–	145007,00	4,28	103379,00	9,79	35302,00	10,08	3862,00	100,00
Couto de Magalhães de Minas	–	–	–	–	44899,00	4,25	–	–	–	–
Diamantina	1171444,00	3,84	535412,00	15,80	143525,00	13,60	314845,00	89,92	–	–
Felício dos Santos	–	–	4565,00	0,13	–	–	–	–	–	–
Itamarandiba	–	–	56640,00	1,67	106786,00	10,12	–	–	–	–
Minas Novas	–	–	92049,00	2,72	51196,00	4,85	–	–	–	–
São Gonçalo do Rio Preto	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Serro	–	–	44176,00	1,30	14306,00	1,36	–	–	–	–
Turmalina	–	–	1235173,00	36,44	261414,00	24,76	–	–	–	–
Municípios pesquisados	1171444,00	3,84	2113022,00	62,35	725505,00	68,72	350147,00	100,00	3862,00	100,00
Pólo Vale do Jequitinhonha	30470397,00	100,00	3389149,00	100,00	1055711,00	100,00	350147,00	100,00	3862,00	100,00
Minas Gerais	6095320264,00		3010441041,00		15609658156,00		1476131952,00		12060611575,00	
Mun. pesquisados/ Minas Gerais (%)	0,0192		0,0702		0,0046		0,0237		0,0000	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,4999		0,1126		0,0068		0,0237		0,0000	

(Continua)

SEGMENTO	GÊNERO INDUSTRIAL									
	Madeira		Mobiliário		Borracha		Couros, peles e assem.		Química	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	23407,00	5,12	52867,00	6,95	-	-	2862,00	3,11	-	-
Couto de Magalhães de Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diamantina	50591,00	11,07	57888,00	7,61	-	-	-	-	-	-
Felício dos Santos	8207,00	1,80	-	-	-	-	-	-	-	-
Itamarandiba	-	-	109253,00	14,37	-	-	33502,00	36,37	-	-
Minas Novas	90561,00	19,82	-	-	-	-	-	-	192239,00	99,34
São Gonçalo do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serro	42879,00	9,39	3352,00	0,44	-	-	-	-	-	-
Turmalina	180859,00	39,59	120271,00	15,82	-	-	-	-	-	-
Municípios pesquisados	396504,00	86,79	343631,00	45,20	-	-	36364,00	39,48	192239,00	99,34
Pólo Vale do Jequitinhonha	456869,00	100,00	760267,00	100,00	28835,00	100,00	92111,00	100,00	193514,00	100,00
Minas Gerais	213464888,00		710680346,00		138533703,00		286251500,00		9339654870,00	
Munic.pesquisados/Minas Gerais (%)	0,1857		0,0484		-	-	0,0127		0,0021	
Pólo/Minas Gerais	0,2140		0,1070		0,0208		0,0322		0,0021	

(Continua)

SEGMENTO	GÊNERO INDUSTRIAL									
	Produtos farmacêuticos		Perfumaria, sabões e velas		Materiais plásticos		Têxtil		Vestuário e calçados	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	44294,00	15,47
Couto de Magalhães de Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diamantina	67690,00	16,97	10203,00	16,05	20234,00	100,00	17342420,00	100,00	59019,00	20,62
Felício dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itamarandiba	-	-	12494,00	19,65	-	-	-	-	41241,00	14,41
Minas Novas	-	-	-	-	-	-	-	-	32159,00	11,23
São Gonçalo do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serro	-	-	-	-	-	-	-	-	22722,00	7,94
Turmalina	-	-	-	-	-	-	-	-	7618,00	2,66
Municípios pesquisados	67690,00	16,97	22697,00	35,69	20234,00	100,00	17342420,00	100,00	207053,00	72,33
Pólo Vale do Jequitinhonha	398957,00	100,00	63587,00	100,00	20234,00	100,00	17342420,00	100,00	286272,00	100,00
Minas Gerais	283464556,00		655680213,00		815089147,00		2452369584,00		1728141300,00	
Munic.pesquisados/Minas Gerais	0,0239		0,0035		0,0025		0,7072		0,0120	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,1407		0,0097		0,0025		0,7072		0,0166	

(Conclusão)

SEGMENTO	GÊNERO INDUSTRIAL							
	Produtos alimentares		Bebidas		Editorial e gráfica		Indústrias diversas	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	258834,00	2,79	2082,00	4,72	61383,00	9,37	-	-
Couto de Magalhães de Minas	65310,00	0,70	-	-	-	-	-	-
Diamantina	7833,00	0,08	-	-	248115,00	37,89	118048,00	25,35
Felício dos Santos	53949,00	0,58	-	-	-	-	-	-
Itamarandiba	516900,00	5,57	-	-	58436,00	8,92	-	-
Minas Novas	-	-	-	-	40936,00	6,25	-	-
São Gonçalo do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-
Serro	2936295,00	31,62	-	-	-	-	-	-
Turmalina	218120,00	2,35	-	-	4449,00	0,68	-	-
Municípios pesquisados	4057241,00	43,69	2082,00	4,72	413319,00	63,12	118048,00	25,35
Pólo Vale do Jequitinhonha	9286540,00	100,00	44131,00	100,00	654809,00	100,00	465623,00	100,00
Minas Gerais	13734670369,00		1002803914,00		358661073,00		604267546,00	
Munic.pesquisados/Minas Gerais (%)	0,0295		0,0002		0,1152		0,0195	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,0676		0,0044		0,1826		0,0771	

Fonte: Dados básicos Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

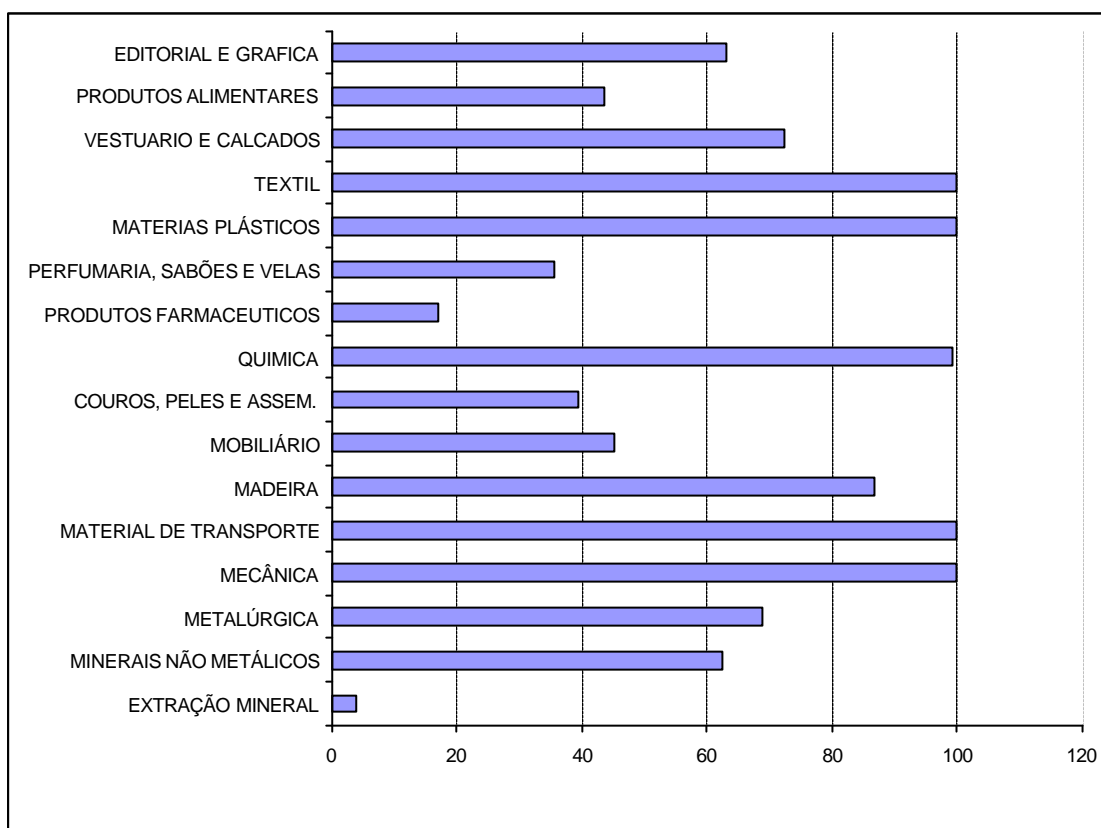


GRÁFICO 1.17 – Participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) da indústria do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2000

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF-MG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A concentração dos gêneros industriais nos nove municípios em relação ao Pólo permite definir alguns padrões espaciais:

- Alta concentração (acima de 80%): têxtil (Diamantina); material de transporte (Capelinha); materiais plásticos (Diamantina); química (Minas Novas) com concentrações superiores a 99%; e mecânica (Diamantina, com 89,92%).
- Média concentração (entre 30 e 40%): gêneros minerais não metálicos (Turmalina, com 36,44%); madeira (Turmalina, com 39,59%); couros, peles e semelhantes

(Itamarandiba, com 36,37%); produtos alimentares (Serro, com 31,62%); editorial e gráfica (Diamantina, com 37,89%).

- Baixa concentração (entre 10 e 25%); metalurgia (Turmalina, Diamantina e Itamarandiba); vestuário e calçados (Diamantina, Capelinha, Itamarandiba e Minas Novas); mobiliário (Turmalina e Itamarandiba); produtos farmacêuticos (Diamantina); perfumes, sabões e velas (Itamarandiba e Diamantina).

Estes padrões são meramente estatísticos uma vez não corresponderem, na prática, a uma intensidade econômica característica de um setor industrial moderno e competitivo. São estabelecimentos de pequeno porte, de pequeno volume de negócios, voltados ao atendimento imediato da população local, sem qualquer representatividade em termos estaduais.

Assim, dos seis municípios que apresentaram certo grau de concentração industrial, destaca-se pela maior diversidade o município de Diamantina (11 gêneros), seguido por Itamarandiba (5 gêneros), Turmalina (4 gêneros), Capelinha (3 gêneros), Minas Novas (3 gêneros) e Serro (1 gênero).

Na distribuição do VAF, a extração mineral – mesmo não se destacando nos municípios da Área de Planejamento – aparece como atividade importante no Pólo e com certa representatividade em relação ao estado. Dada esta distribuição, a potencialidade mineral<sup>14</sup> do Pólo merece referência, podendo ser objeto de exploração em algum momento futuro.

A mineração foi a justificativa econômica para a ocupação da região – particularmente no Alto Jequitinhonha, onde se encontram os municípios da Área de Planejamento –, e a sua decadência levou consigo a região e a fez voltar-se para as atividades de auto-consumo.

Entretanto, a região do Jequitinhonha é propícia à ocorrência de inúmeras substâncias minerais de interesse econômico, muitas das quais já conhecidas e em exploração. Nos aluviões do alto curso do Jequitinhonha, há várias minas e garimpos de diamante,

---

<sup>14</sup> Fundação Rural Mineira (Ruralminas), Programa de Recursos Hídricos do Vale do Jequitinhonha – PRODEVALE, 1997.

que também extraem ouro como subproduto, além de muitas lavras clandestinas. No nordeste, são extraídas pedras preciosas, em uma grande concentração de garimpos e minas, que exploram, também, minerais industriais, como caulim, feldspato, quartzo, mica, columbita, tantalita, pentalita e cassiterita. Assinalam-se, também, as jazidas de grafita da região de Pedra Azul e Salto da Divisa. (TAB. 1.22)

O diamante ocorre em extensas faixas aluviais ao longo do rio Jequitinhonha e também em alguns dos seus afluentes, como o Itacambiruçu, desde a região de Diamantina e Capelinha até as proximidades de Virgem da Lapa. Existem várias minas em atividade, que extraem também ouro como subproduto, e inúmeros garimpos. Além dos depósitos tipo “placer”, o diamante ocorre em rochas quartzíticas, nos níveis conglomeráticos do supergrupo Espinhaço, consideradas de baixa potencialidade.

Informações atualizadas sobre a produção de diamantes na região não estão disponíveis. A obtenção de dados é dificultada pela existência de muitas lavras clandestinas e pelo grande número de garimpos.

Afora as áreas de garimpo que utilizam métodos rudimentares de lavra, o diamante é extraído dos aluviões, com utilização de desmonte hidráulico ou de dragas.

A maioria dos corpos de pegmatitos produtores localiza-se nas rochas xistosas do grupo Macaúbas, mas podem ocorrer também em rochas do arqueano. As áreas de maior concentração de garimpos e minas localizam-se em Virgem da Lapa e Araçuaí. As minas existentes exploram, principalmente, caulim, feldspato, mica e outros minerais industriais, tendo as pedras semipreciosas como subproduto. O número de garimpos na região é grande, alguns abandonados ou paralisados, sendo o berilo, água marinha e turmalina os minerais mais procurados. As dificuldades para controle dos garimpos não permitem a quantificação exata da produção de gemas.

No município de Pedra Azul, na localidade denominada Boqueirão da Salvação, a grafita é minerada pela Companhia Nacional de Grafita. As reservas medidas são da ordem de 9.187.140t.

Outros jazimentos ou ocorrências minerais já foram registrados na área do Pólo:

- o ouro em aluviões do rio Araçuaí, córrego das Cabras, ribeirão Soledade e rio Setúbal, considerados de potencialidade média. Ocorre, também, em rochas quartzíticas, com níveis conglomeráticos do supergrupo Espinhaço;
- o manganês ocorre na forma de bolsões ou lentes, associados aos filitos e quartzitos do grupo Macaúbas. Várias áreas localizadas no flanco oriental da serra do Espinhaço estão em fase de pesquisa;
- a fluorita ocorre em material eluvionar e é disseminada em delgados veios de quartzo, preenchendo fraturas em gnaisses e xistos, nas imediações de granitos, na área de Salto da Divisa.

Os dados apresentados devem ser assim interpretados:

- a) a atividade industrial é incipiente, gerando baixos valores agregados, conforme atestam os dados do VAF. A diversificação se faz a partir de pequenos estabelecimentos sem grande complexidade tecnológica. A “concentração” dos gêneros industriais em alguns dos municípios da Área de Planejamento apenas confirma um fator locacional, não significando intensidade econômica. O potencial industrial do Pólo e dos municípios da Área de Planejamento, ainda está restrito à atividade minerária, exercida em moldes tradicionais, dificultando o registro de estatísticas de produção e a consolidação da atividade empresarial;
- b) as taxas de crescimento observadas no PIB industrial, conforme afirmado anteriormente, não se ligam ao incremento da produção mas, tão somente, aos baixos valores registrados para o ano base;
- c) estudos recentes mostram que a atividade industrial no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha não forma nenhuma aglomeração produtiva local com certo grau de representatividade em nível de estado.<sup>15</sup> São estabelecimentos com baixa incorporação de tecnologia e agregação de valor.

---

<sup>15</sup> Ver CROCO, M. A. Aglomerações Produtivas Locais. In BDMG, Minas Gerais do Século XXI, vol. VI, Belo Horizonte, 2002.

TABELA 1.22

Reservas minerais, por substância e municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 1999

SUBSTÂNCIA	MUNICÍPIO	QUANTIDADE (t)			
		Medida		Indicada	Inferida
		Minério	Contida		
Berílio (Berilo)	Araçuaí	407	40	592	630
	Itinga	1.133	116	611	
Caulim	Datas	242.729			
	Diamantina	78.740		41.389	
Cianita e outros minerais refratários	Capelinha	469.957		11.887	
	Itamarandiba	71.164		6.109	
	Minas Novas	377.413		5.359	
Diamante (1)	Couto de Magalhães de Minas	48.206	12.534		
	Diamantina	368.499.534	3.341.418	43.397.447	31.552.498
	Serro	26.724.353	796.734	1.769.019	1.808.535
	Virgem da Lapa	1.956.509	1.262.963		
Estanho (cassiterita) (1)	Araçuaí	192.888	86.800		
	Itinga	131.000	86.460		
Feldspato	Araçuaí	858.291		1.008.244	628.480
	Itinga	4.214.504		7.329.415	247.220
	Jequitinhonha	34.453			
	Joáima			877.000	
	Minas Novas	34.576		59.364	28.404
	Virgem da Lapa	2.048.117		2.132.886	8.687.409
Gemas (2)	Almenara	1.220.258.000		825.000.000	990.000.000
	Araçuaí	32.985			42.875
	Itinga	922.450		172.470	1.640.400
Grafita	Pedra Azul	9.187.140	621.923	12.623.249	19.066.006
	Salto da Divisa	63.748.540	3.319.626	7.158.886	
Amblygonita	Araçuaí	384	123.305	1.341	
	Itinga	1.369.753	123.305	1.341	
Espodumênio	Araçuaí	575.600	7.310	637.234	944.290
Lepidolita	Araçuaí	4.368	349		
Petalita	Araçuaí	154	6	295	
	Itinga	597	27	167	
Manganês	Couto de Magalhães de Minas	16.985	4.989	17.349	8.362
	Diamantina	59.913	18.117	46.325	45.423
Mica	Araçuaí	22.387		22.851	
Columbita-tantalita	Araçuaí	1.939	4	4.168	10
Ouro	Couto de Magalhães de Minas	48.206	26.513		
	Diamantina	214.500.506	50.192.827	16.855.819	163.770
	Virgem da Lapa	1.626.208	1.419.237		
Granitos	Diamantina	11.931		6.769	
	Jequitinhonha	12.948			
	Pedra Azul	3.125			
Mármore (1)	Diamantina	49.403		70.000	100.000
Quartzo (cristal)	Araçuaí	105.407		125.887	14.667
	Itinga	25.572		65.423	82.491
Quartzo	Diamantina	722.209		247.774	
	Virgem da Lapa	42.224		755.920	622.285

Fonte: DNPM Anuário Mineral Brasileiro, edição 2000. Parte II Estatística Mineral por Substância.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).  
 Nota: (1) quantidade em m<sup>3</sup>; (2) quantidade em kg.

### 1.3.3 Atividades de comércio e serviços

Atividades de comércio e serviços formam a base econômica essencial dos centros urbanos. Na área do Pólo a designação “centro urbano” é meramente administrativa, e não de local de concentração de atividades mais complexas para o atendimento e bem estar da população. As “cidades” agregam um pequeno volume populacional que, aliado às baixas condições de renda, definem um padrão urbano lastimável e sem perspectivas de melhoria no curto e médio prazo. Entre os nove municípios da Área de Planejamento seis apresentavam, em 2000, menos de 10 mil habitantes na sede, sendo que dois – Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto – a possuíam inferior a dois mil habitantes.

São aglomerações urbanas – a exceção de Diamantina que exerce uma certa atração em nível microrregional e, talvez Capelinha – sem um mercado mínimo para o estabelecimento de atividades mais diversificadas e um com certo grau de sofisticação, ficando limitadas ao atendimento das necessidades imediatas da população.

Nesse quadro de precariedade serão examinadas as atividades de comércio e serviços, atividades que mais se prestam à informalidade. Este fato se reflete nas estatísticas disponíveis, restritas às atividades formais. Esta é uma grande limitação, particularmente em regiões de baixa complexidade econômica. Neste caso, é mais sensato tratar os dados estatísticos como amostra.

Aqui também serão utilizadas as informações do VAF (saídas) como *proxy* do setor comércio e serviços, de forma a detalhar um pouco mais as conclusões sobre a distribuição espacial dessas atividades.

O comércio forma dois padrões já consagrados: o varejista, de mais de larga difusão; e o atacadista, com tendência à concentração.

Em termos de atividade comercial, reproduzem-se as mesmas conclusões das análises anteriores: o Pólo e os municípios da Área de Planejamento têm representatividade em nível estadual muito baixa (TAB.1.23).

Entretanto, se se restringe a análise aos limites do Pólo, verifica-se que a atividade, além da sua inegável contribuição às condições de vida da população – apesar de seus baixos valores monetários –, tem uma concentração de cerca de 50% nos municípios da Área de Planejamento, com destaque para Diamantina (20,21%), seguindo-se-lhe Capelinha (9,96%), Itamarandiba (5,81%) e Serro (4,75%).

O comércio atacadista, presente em cinco dos municípios da Área de Planejamento, concentra-se nos municípios de Diamantina (14,54%) e, secundariamente, Capelinha (6,65%) e Serro (4,33%).

Entretanto, a agregação dos dados não permite maiores inferências sobre a atividade comercial ligada ao turismo. Este tipo de informação foi obtido a partir de levantamentos de campo e constam do item 3.9 do diagnóstico do PDITS, onde se faz uma constatação óbvia da existência de maior número de estabelecimentos em Diamantina, principal centro de comercialização de produtos artesanais do Vale do Jequitinhonha.

TABELA 1.23

Valor e participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) do comércio do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2000

SEGMENTO	COMÉRCIO			
	Varejista		Atacadista	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	25.605.413,00	9,96	3.867.022,00	6,65
Couto de Magalhães de Minas	2.154.669,00	0,84	–	–
Diamantina	52.235.503,00	20,31	8.446.546,00	14,54
Felício dos Santos	397.388,00	0,15	–	–
Itamarandiba	14.947.435,00	5,81	1.143.062,00	1,97
Minas Novas	10.431.277,00	4,06	40.168,00	0,07
São Gonçalo do Rio Preto	678.661,00	0,26	–	–
Serro	12.220.040,00	4,75	2.518.327,00	4,33
Turmalina	9.079.692,00	3,53	–	–
Municípios pesquisados	127.750.078,00	49,68	16.015.125,00	27,56
Pólo Vale do Jequitinhonha	257.148.788,00	100,00	58.110.638,00	100,00
Minas Gerais	31.799.065.091,00		29.346.872.107,00	
Munic.pesquisados/pólo (%)	49,68		27,56	
Munic.pesquisados/MG (%)	0,40		0,05	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,81		0,20	

Fonte: Dados básicos Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Para os serviços,<sup>16</sup> são registrados no Pólo apenas cinco subsetores (TAB.1.24), e aqui a representatividade dos municípios da Área de Planejamento é bastante elevada: reparação, manutenção e instalação (72,46%), radiodifusão, televisão e diversões (89,51%), alojamento e alimentação (63,88%) e transporte (49,08%). Em cada um desses subsetores há concentrações variadas, como a do transporte em Itamarandiba (35,56%), alojamento e alimentação em Diamantina (34,84%) e radiodifusão, televisão e diversões em Itamarandiba (89,51%).

Convencionalmente, consideram-se dois tipos de serviço como essenciais à atividade turística: alojamento e alimentação, e transportes, apesar de para este último os dados sempre ficarem superestimados, por não discriminarem o tipo de transporte (carga e passageiro) e o usuário.

Os serviços de alojamento e alimentação são os de maior contribuição no VAF serviços (GRAF.1.18) do conjunto dos municípios da Área de Planejamento e do Pólo, situação inversa à de Minas Gerais. A participação é de 100% em Serro, São Gonçalo do Rio Preto e Couto de Magalhães de Minas e superior a 50% em Turmalina, Minas Novas e Diamantina.

Por outro lado, os serviços de transporte só têm um significado mais intenso para Itamarandiba, Minas Novas e Capelinha.

Também para o setor serviços, os dados são muito agregados e a sua qualificação e localização em função do turismo só se viabilizam com os resultados dos levantamentos de campo, descritos e analisados no item 3.9 do diagnóstico do PDITS. Novamente se constata a presença de maior número de estabelecimentos ligados aos setores de alojamento e alimentação naquelas cidades onde há maior intensidade de fluxos turísticos: Diamantina, Serro e Capelinha. Essa distribuição não guarda correlação muito estreita com os dados do VAF, conforme pode ser observado na TAB.1.24.

---

<sup>16</sup> O VAF para o estado de Minas Gerais discrimina os seguintes serviços: instituições financeiras; seguros, capitalização; transporte; comunicação; alojamento e alimentação; reparação e manutenção; pessoais, de higiene e de estética; radiodifusão, televisão e diversões; serviços auxiliares; serviços de compra, venda, administração; serviços comunitários; serviços médicos, odontológicos e veterinários e ensino.

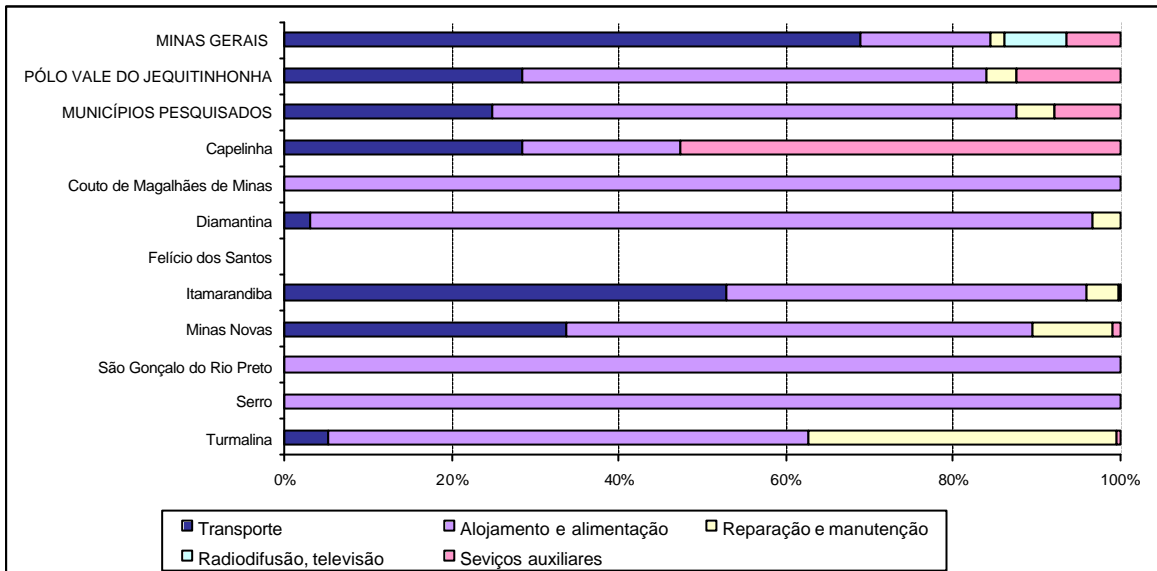


GRÁFICO 1.18 – Participação dos tipos de serviços no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) dos serviços nos municípios da Área de Planejamento, no Pólo e em Minas Gerais – 2000.

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG)

Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Nota: não há dados registrados para o município de Felício dos Santos

TABELA 1.24

Valor e participação dos municípios da Área de Planejamento no Valor Adicionado Fiscal (Saídas) dos serviços por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	SERVIÇOS									
	Transporte		Alojamento e Alimentação		Reparação e manutenção		Radiodifusão televisão		SeRviços auxiliares	
	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)	(Valor)	(%)
Capelinha	424.604,00	8,43	286.057,00	2,91	-	-	-	-	786.850,00	35,63
Couto de Magalhães de Minas	-	-	119.829,00	1,22	-	-	-	-	-	-
Diamantina	114.383,00	2,27	3.426.609,00	34,84	121.534,00	19,94	-	-	-	-
Felício dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itamarandiba	1.791.376,00	35,56	1.458.689,00	14,83	128.601,00	21,10	6.091,00	89,51	1.621,00	0,07
Minas Novas	119.567,00	2,37	198.863,00	2,02	33.545,00	5,50	-	-	3.609,00	0,16
São Gonçalo do Rio Preto	-	-	183.760,00	1,87	-	-	-	-	-	-
Serro	-	-	362.431,00	3,69	-	-	-	-	-	-
Turmalina	22.429,00	0,45	246.562,00	2,51	157.982,00	25,92	-	-	1.745,00	0,08
Municípios pesquisados	2.472.359,00	49,08	6.282.800,00	63,88	441.662,00	72,46	6.091,00	89,51	793.825,00	35,95
Pólo Vale do Jequitinhonha	5.037.174,00	100,00	9.835.018,00	100,00	609.546,00	100,00	6.805,00	100,00	2.208.121,00	100,00
Minas Gerais	4.069.462.562,00		927.980.307,00		100.531.693,00		432.471.983,00		381.171.718,00	
Munic.pesquisados/Pólo (%)	49,08		63,88		72,46		89,51		35,95	
Munic.pesquisados/MG (%)	0,06		0,68		0,44		0,00		0,21	
Pólo/Minas Gerais (%)	0,12		1,06		0,61		0,00		0,58	

Fonte: Dados básicos Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

## **2 ANÁLISE SOCIAL**

Este capítulo agrega à caracterização econômica do Pólo e dos municípios pesquisados uma visão mais crítica, representada pelas condições de vida da população residente.

Como no capítulo anterior, tem-se uma abordagem geral, atendo-se a alguns aspectos da dinâmica populacional e das condições de vida da população. Privilegiou-se nesta abordagem a base de dados do Índice de Desenvolvimento Humano (1998 e 2003), dela selecionando algumas variáveis com maior poder explicativo. Por se tratar de uma abordagem seletiva, não se esgotam todos os aspectos que uma análise social por certo requer.

### **2.1 População**

A região do Jequitinhonha é reconhecida na literatura como de emigração e de transição demográfica incompleta. Estas questões podem ser percebidas quando se examinam a evolução da população, a expectativa de vida e a urbanização. No exame dessas questões são utilizados os Censos Demográficos e da base de dados do IDH, complementados com outras fontes, quando necessário.

#### **2.1.1 Evolução da população**

O padrão demográfico de uma comunidade depende, em síntese, dos níveis de fecundidade, mortalidade e migração.

Os municípios em análise têm baixos estoques populacionais e a sua participação na população total do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha permanece relativamente constante, variando de 35% em 1970 a 38,45% em 2000. Entretanto, é importante apontar que tanto o conjunto dos municípios da Área de Planejamento como o Pólo vêm perdendo representatividade relativa em termos populacionais no total do estado. São municípios que crescem abaixo da média estadual nos períodos 1970/1980 e 1991/2000, sendo o último o período mais crítico, quando apenas dois municípios – Capelinha e Serro – têm taxas positivas de crescimento. Para os demais e para o Pólo, as taxas são sempre negativas.

A década de 1980 é o período em que parece ter ocorrido a menor expulsão populacional, quando o conjunto dos municípios da Área de Planejamento cresce um pouco acima da média estadual (TAB.2.1).

A ocorrência de taxas negativas de crescimento na década de 1990 está, no caso dos municípios de Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, diretamente ligada à emancipação de distritos, assim como o pequeno incremento registrado em Capelinha, município que vinha com uma trajetória mais acentuada de crescimento demográfico, imputado a um padrão diferenciado de ocupação do solo. Entretanto, para os demais municípios e para o Pólo a justificativa não procede.

TABELA 2.1

População total e taxas anuais de crescimento dos municípios da Área de Planejamento, do Pólo e de Minas Gerais nos períodos intercensitários

SEGMENTO	POPULAÇÃO TOTAL				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00
Capelinha	19.896	23.719	30.338	31.231	1,77	2,49	0,32
Couto de Magalhães de Minas	3.381	3.119	4.012	4.007	(0,80)	2,55	(0,01)
Diamantina	36.308	35.925	44.299	44.259	(0,11)	2,12	(0,01)
Felício dos Santos	4.805	4.600	5.802	5.729	(0,44)	2,35	(0,14)
Itamarandiba	27.282	28.907	32.506	29.400	0,58	1,18	(1,11)
Minas Novas	25.225	27.506	33.631	30.646	0,87	2,03	(1,03)
São Gonçalo do Rio Preto	2.852	2.809	2.996	2.963	(0,15)	0,65	(0,12)
Serro	17.814	17.369	19.341	21.012	(0,25)	1,08	0,92
Turmalina	16.797	17.339	19.409	15.655	0,32	1,13	(2,36)
Municípios pesquisados	154.360	161.293	192.334	184.902	0,44	1,78	(0,44)
Pólo Vale do Jequitinhonha	441.008	446.955	492.916	480.871	0,13	0,98	(0,27)
Minas Gerais	11.635.564	13.380.105	15.743.530	17.891.494	1,41	1,64	1,43
Municípios pesquisados/Pólo (%)	35,00	36,09	39,02	38,45			
Municípios pesquisados/MG (%)	1,33	1,21	1,22	1,03			
Pólo/Minas Gerais (%)	3,79	3,34	3,13	2,69			

Fonte: Dados Básicos IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaboração Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Este desempenho demográfico decorre, ainda, de dois fatores: migração – comportamento tradicional da região, determinado por elevados índices de pobreza e, por certo, fator preponderante no caso –; e queda na taxa de fecundidade,<sup>17</sup> que varia, em 1991, de 4,13 (Couto de Magalhães de Minas e São Gonçalo do Rio Preto) a 5,82 (Turmalina) e se situa muito acima da média estadual: 2,69 filhos.

Em 2000, essas taxas caem substancialmente, variando de 2,59 (Turmalina) a 4,84 (Minas Novas), mas permanecem sempre acima da média estadual. Chama a atenção o comportamento de Turmalina, Diamantina e São Gonçalo do Rio Preto, que reduzem suas taxas pela metade. (TAB 2.2)

TABELA 2.2

Taxas de fecundidade por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.

SEGMENTO	TAXAS DE FECUNDIDADE	
	1991	2000
Capelinha	5,48	4,74
Couto de Magalhães de Minas	4,13	3,69
Diamantina	4,60	2,61
Felício dos Santos	4,89	3,86
Itamarandiba	5,11	4,07
Minas Novas	4,93	4,84
São Gonçalo do Rio Preto	4,13	2,74
Serro	4,27	3,52
Turmalina	5,82	2,59
Minas Gerais	2,69	2,23
Brasil	2,88	2,37

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil, 2003.

Com taxas de fecundidade de tal magnitude, era de se esperar variações mais intensas nos estoques populacionais. Se tal não ocorre, significa a presença também de altas taxas de mortalidade, particularmente infantil, e de um processo migratório intenso, afetando diferentemente, faixas etárias e sexo, o que pode ser constatado pela simples observação da distribuição populacional por grupos de idade e sexo.

<sup>17</sup> Número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo.

A esperança de vida ao nascer evolui de forma peculiar para os municípios da Área de Planejamento: em 1970, havia cinco municípios acima da média estadual (50,61 anos), sendo Capelinha o de melhor número (55,57 anos), e quatro municípios abaixo da média, sendo Felício dos Santos o de pior resultado (42,12 anos). Em 2000, apenas Turmalina (70,94 anos) apresenta resultado superior à média estadual (70,55 anos). Apesar dessa limitação, os ganhos são apreciáveis no período considerado, significando redução das taxas de mortalidade, que poderia ser explicada, em parte, pela melhoria nas condições de acesso ao saneamento e à saúde, principalmente na infância.

A mortalidade infantil é um indicador bastante sensível a estas condições de melhoria de acesso à infra-estrutura. As taxas evoluem de forma bastante interessante, se considerados o ano inicial (1970) e o final (2000) da série. Mas os resultados ainda não acompanham o desempenho de Minas Gerais e do Brasil, ficando os municípios acima da média estadual – exceto Turmalina, que, aliás, sempre tem resultados um pouco melhores que a média estadual (TAB.2.3).

Comparando-se os resultados de 1991 e 2000, verifica-se que cinco municípios – Diamantina, Felício dos Santos, Minas Novas, Serro e São Gonçalo do Rio Preto – têm pequena variação nas taxas de mortalidade infantil, enquanto os demais apresentam ganhos apreciáveis.

Os resultados observados para as taxas de fecundidade, a expectativa de vida e a mortalidade infantil indicam que nestes municípios a transição demográfica ainda está em andamento.

TABELA 2.3

Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

SEGMENTO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (em anos)				TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (por mil nascidos vivos)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Capelinha	55,57	58,29	59,32	66,60	74,23	59,66	59,06	39,97
Couto de Magalhães de Minas	42,86	56,25	62,29	68,70	167,54	70,41	47,59	32,75
Diamantina	48,68	56,25	66,17	68,70	119,15	70,41	34,76	32,75
Felício dos Santos	42,12	56,25	65,76	66,70	174,35	70,41	39,99	39,59
Itamarandiba	51,79	57,63	61,81	66,77	97,36	63,05	49,33	39,34
Minas Novas	55,14	57,63	64,95	67,11	76,72	63,05	38,54	38,14
São Gonçalo do Rio Preto	49,14	56,25	56,26	59,41	115,78	70,41	72,52	71,09
Serro	51,52	56,14	64,42	65,35	99,17	71,04	45,08	44,63
Turmalina	55,25	57,63	64,59	70,94	76,07	63,05	39,72	25,90
Minas Gerais	50,61	57,27	66,36	70,55	105,33	64,90	35,39	27,75
Brasil	51,43	56,87	64,73	68,61	123,19	85,20	44,68	30,57

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998 e 2003

## 2.1.2 Distribuição da população

### 2.1.2.1 Densidade populacional

A baixa densidade populacional dos municípios da Área de Planejamento e do Pólo pode ser explicada pelos fatores intervenientes – pequenos volumes populacionais, resultantes do significativo fluxo migratório, e extensão territorial – e por uma ocupação econômica rarefeita. A mais baixa densidade é encontrada em Couto de Magalhães de Minas (8,25 hab/km<sup>2</sup>), o segundo menor município em extensão territorial, e a mais elevada, em Capelinha (32,33 hab/km<sup>2</sup>), único com densidade acima da média de Minas Gerais, de 30,50 hab/km<sup>2</sup>, explicada pela maior concentração da atividade agrícola neste município (TAB.2.4).

Dados os resultados observados no período 1991/2000, é certo que a ocupação territorial nesses municípios tem se tornado cada vez mais rarefeita, estabelecendo,

muitas vezes, o que se convencionou denominar de *vazios demográficos*, independentemente da ocorrência dos desmembramentos.

TABELA 2.4

Densidade demográfica por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO 2000	DENSIDADE (hab/km <sup>2</sup> )
Capelinha	966,05	31.231	32,33
Couto de Magalhães de Minas	485,96	4.007	8,25
Diamantina	3.880,50	44.259	11,41
Felício dos Santos	356,84	5.729	16,05
Itamarandiba	2.735,56	29.400	10,75
Minas Novas	1.817,37	30.646	16,86
São Gonçalo do Rio Preto	314,49	2.963	9,42
Serro	1.214,94	21.012	17,29
Turmalina	1.151,19	15.655	13,60
Municípios pesquisados	12.922,90	184.902	14,31
Pólo Vale do Jequitinhonha	36.585,93	480.871	13,14
Minas Gerais	586.648,69	17.891.494	30,50
Municípios pesquisados/Pólo (%)	35,32	38,45	
Municípios pesquisados/MG (%)	2,20	1,03	
Pólo/Minas Gerais (%)	6,24	2,69	

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA); IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

### 2.1.2.2 Distribuição por faixa etária e sexo

A estrutura etária da população em 2000 mostra, em todas as unidades territoriais de análise, elevado percentual de crianças e adolescentes. Em todos os municípios da Área de Planejamento mais de um terço da população é composta de crianças entre 0 e 14 anos, chegando a 40,10% no município de Minas Novas. Esse grupo etário, somado ao dos adolescentes, representa praticamente a metade da população total dos municípios. Tal fato pode ser explicado, fundamentalmente, por dois fatores: primeiro, a permanência de altas taxas de fecundidade, apesar da tendência de queda registrada; e, segundo, os fluxos emigratórios presentes na região, que se concentram mais nas idades dos chamados jovens adultos e adultos.

Desta forma, o percentual de jovens adultos e adultos é sempre inferior à média estadual, remetendo à falta de perspectivas de emprego e melhoria das condições de vida (TAB. 2.5).

A migração pode ser também constatada em termos de sexo (TAB.2.5). Nas faixas etárias de 0 a 14 anos, o comportamento dos municípios é o usual em termos demográficos. Nas faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, começam a aparecer oscilações indicando saídas mais ou menos intensas de jovens, conforme o sexo e as situações específicas dos municípios.

Entre os adultos – quando normalmente já começa a aparecer uma certa predominância do sexo feminino –, há resultados bastante diferenciados: municípios muito abaixo da média estadual (Couto de Magalhães de Minas, Diamantina e Minas Novas), indicando maior emigração para o sexo masculino, até aqueles em que a razão de sexo é superior a 1 (Itamarandiba e Turmalina).

Para os velhos, entretanto, há uma indiscutível predominância do sexo feminino, efeito tanto dos intensos fluxos migratórios em décadas passadas como dos níveis de mortalidade mais elevados para o sexo masculino.

TABELA 2.5

Distribuição da população por grupos de faixas etárias, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO										
	Total	Crianças		Adolescentes		Jovens adultos		Adultos		Velhos	
		0 a 14	%	15 a 19	%	20 a 24	%	25 a 64	%	65 e mais	%
Capelinha	31.231	11.731	37,56	3.794	12,15	2.807	8,99	11.540	36,95	1.359	4,35
Couto de Magalhães de Minas	4.007	1.386	34,59	445	11,11	336	8,39	1.564	39,03	276	6,89
Diamantina	44.259	14.579	32,94	5.204	11,76	4.027	9,10	17.776	40,16	2.673	6,04
Felício dos Santos	5.729	2.094	36,55	682	11,90	421	7,35	2.105	36,74	427	7,45
Itamarandiba	29.400	10.736	36,52	3.616	12,30	2.565	8,72	10.833	36,85	1.650	5,61
Minas Novas	30.646	12.290	40,10	4.098	13,37	2.875	9,38	10.139	33,08	1.244	4,06
São Gonçalo do Rio Preto	2.963	1.035	34,93	328	11,07	256	8,64	1.173	39,59	171	5,77
Serro	21.012	7.742	36,85	2.404	11,44	1.722	8,20	7.650	36,41	1.494	7,11
Turmalina	15.655	5.498	35,12	2.027	12,95	1.349	8,62	5.904	37,71	877	5,60
Municípios pesquisados	184.902	67.091	36,28	22.598	12,22	16.358	8,85	68.684	37,15	10.171	5,50
Pólo Vale do Jequitinhonha	480.871	166.630	34,65	58.501	12,17	42.018	8,74	183.147	38,09	30.575	6,36
Minas Gerais	17.891.494	5.075.513	28,37	1.867.256	10,44	1.685.892	9,42	8.152.450	45,57	1.110.383	6,21
Municípios pesquisados/Pólo (%)	38,45	40,26		38,63		38,93		37,50		33,27	
Municípios pesquisados/MG (%)	1,03	1,32		1,21		0,97		0,84		0,92	
Pólo/Minas Gerais (%)	2,69	3,28		3,13		2,49		2,25		2,75	

Fonte: Dados Básicos IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA 2.6

Razão de sexo por faixa etária, município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	RAZÃO DE SEXO					
	TOTAL	Crianças (0 a 14 anos)	Adolescentes (15 a 19 anos)	Jovens adultos (20 a 24 anos)	Adultos (25 a 64 anos)	Velhos (65 e mais)
Capelinha	0,99	1,04	0,98	1,10	0,95	0,73
Couto de Magalhães de Minas	0,99	1,07	1,06	1,04	0,92	0,79
Diamantina	0,96	1,04	1,01	0,99	0,91	0,73
Felício dos Santos	0,98	1,01	1,03	0,94	0,97	0,82
Itamarandiba	1,00	1,02	0,99	1,10	1,01	0,74
Minas Novas	0,98	1,00	1,06	1,19	0,92	0,63
São Gonçalo do Rio Preto	0,97	1,03	1,17	0,92	0,90	0,88
Serro	1,00	1,03	1,14	1,08	0,97	0,78
Turmalina	1,06	1,03	1,25	1,21	1,04	0,74
Municípios pesquisados	0,99	1,03	1,04	1,08	0,96	0,73
Pólo Vale do Jequitinhonha	1,00	1,03	1,07	1,10	0,97	0,80
Minas Gerais	0,98	1,03	1,02	1,02	0,96	0,79

Fonte: Dados básicos: IBGE Censo Demográfico 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

### 2.1.2.3 População urbana e rural

A população sofreu, a partir de 1970, um intenso processo de urbanização, motivado pelas mudanças das relações de trabalho no campo e pela formação dos grandes maciços florestais, notadamente em Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina. Na década de 70, a população concentrava-se na zona rural, com percentuais muito elevados, à exceção de Couto de Magalhães de Minas e Diamantina (45,80% e 31,50%, respectivamente). São estes os municípios que chegaram em 2000 com taxas superiores à média estadual.

O município de menor taxa é Minas Novas (25,22%), vindo em seguida Felício dos Santos (34,81%), predominantemente ainda rurais. O processo de urbanização foi mais crítico em Itamarandiba e Turmalina, relacionado ao reflorestamento. (TAB.2.7)

A definição rural/urbano na região tem um caráter administrativo/legal, não se correlacionando a um conceito mais restrito de cidade como local de prestação de

serviços de maior amplitude e sofisticação e/ou de localização preferencial de estabelecimentos industriais, como visto no capítulo anterior.

TABELA 2.7

População urbana dos municípios da Área de Planejamento e de Minas Gerais – 1970, 1980, 1991 e 2000

SEGMENTO	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM ÁREA URBANA			
	1970	1980	1991	2000
Capelinha	22,80	44,30	54,70	64,25
Couto de Magalhães de Minas	54,20	65,40	80,40	90,37
Diamantina	68,50	73,60	77,90	85,35
Felício dos Santos	13,00	15,40	24,00	34,81
Itamarandiba	13,90	27,70	44,70	60,26
Minas Novas	9,10	15,50	19,10	25,22
São Gonçalo do Rio Preto	28,40	34,60	44,90	58,18
Serro	35,40	44,30	50,00	56,12
Turmalina	16,10	29,30	43,90	64,89
Minas Gerais	52,50	67,20	74,90	82,00

Fontes: PNUD/FJP/IPEA Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998; IBGE Censo Demográfico 2000.

Os dados apresentados apenas confirmam as conclusões de outros trabalhos: a região ainda não concluiu o processo de transição demográfica e continua com os problemas de emigração. A persistirem os índices de pobreza, o baixo dinamismo econômico e, conseqüentemente, a falta de perspectivas de emprego, a emigração terá continuidade, influenciando decisivamente as taxas de crescimento da população que foram, na última década, negativas no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e em grande parte dos municípios da Área de Planejamento, independentemente de ter ocorrido desmembramento de municípios.

## 2.2 Condições de vida

### 2.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano

As condições de vida prevaletentes em determinada comunidade resultam de uma série de fatores que, sintetizados em alguns índices, permitem avaliações de desempenho e orientam projetos mais adequados à realidade.

O IDHM<sup>18</sup> (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) desenvolvido pelo PNUD/ FJP/IPEA, conforma duas séries de resultados: a primeira, com base nos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998); e a segunda, nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003). Esta última introduz mudanças metodológicas importantes e a reconstituição da base municipal para os municípios não existentes em 1991. Dadas essas diferenças as séries devem ser analisadas separadamente e os resultados, para o ano 1991 presente nas duas séries, não são diretamente comparáveis.

Nas duas séries do IDHM demonstra-se, de forma inquestionável, as precárias condições de vida e que os ganhos obtidos não foram suficientes para alterar o padrão histórico de baixo desenvolvimento humano.

Em 1970, 1980 e 1991, os nove municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha apresentaram índices muito inferiores ao da média estadual, situando-se, no ordenamento geral dos municípios mineiros,<sup>19</sup> em níveis bem baixos,

---

<sup>18</sup> O cálculo do IDHM segue a metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adaptada à unidade de análise, o município. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM – Longevidade), Educação (IDHM – Educação) e Renda (IDHM – Renda). O IDHM – Longevidade é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer; o IDHM – Educação é a média dos índices taxa de alfabetização (peso 2) e taxa bruta de frequência à escola (peso 1); o IDHM – Renda é construído a partir do nível de renda. O IDH classifica, dentro dos intervalos estabelecidos, os seguintes níveis de desenvolvimento humano: até 0,5 – Baixo Desenvolvimento Humano; de 0,5 a 0,8 – Médio Desenvolvimento Humano; acima de 0,8 – Alto Desenvolvimento Humano.

<sup>19</sup> A série 1970/1980/1991 trabalha com 722 municípios nos anos 1970 e 1980 e com 723 municípios em 1991.

enquadrando-se – à exceção de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, em 1991 – como de Baixo Desenvolvimento Humano (TAB.2.8).

TABELA2.8

Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980 e 1991

SEGMENTO	IDH-M					
	1970	<i>Ordem</i>	1980	<i>Ordem</i>	1991	<i>Ordem</i>
Capelinha	0,258	661	0,434	589	0,465	610
Couto de Magalhães de Minas	0,285	622	0,491	506	0,548	425
Diamantina	0,392	244	0,577	293	0,616	257
Felício dos Santos	0,221	705	0,390	665	0,419	686
Itamarandiba	0,234	694	0,380	678	0,448	649
Minas Novas	0,238	690	0,360	696	0,405	695
São Gonçalo do Rio Preto	0,295	597	0,446	566	0,462	623
Serro	0,329	514	0,470	539	0,483	571
Turmalina	0,249	679	0,401	655	0,463	622
Pior valor em MG	0,191	722	0,289	722	0,363	723
Melhor valor em MG	0,648	1	0,746	1	0,805	1
Minas Gerais	0,412		0,675		0,699	
Brasil	0,462		0,685		0,742	

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Observa-se que os resultados nestes municípios estão um pouco acima dos piores resultados observados para Minas Gerais ficando, entretanto, muito distantes da média estadual e, principalmente, daqueles para municípios com melhores condições de vida. Os ganhos no IDHM foram relativamente maiores para a década de 1970, comparativamente à de 1980 (GRAF. 2.1).

Em 1970, todos os municípios estavam classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano sendo o pior índice o de Felício dos Santos (0,221) e o melhor o de Diamantina (0,392). Em 1980 e 1991, a situação de Baixo Desenvolvimento Humano se mantém como regra geral, ficando o pior resultado com Minas Novas (0,360 e 0,405, respectivamente) e o melhor com Diamantina (0,577 e 0,616, respectivamente), que passa a ser classificado como de Médio Desenvolvimento Humano acompanhado, em 1991, por Couto de Magalhães de Minas (0,548).

Esses últimos resultados são insuficientes para descaracterizar o conjunto dos municípios da Área de Planejamento como representativos de precárias situações de desenvolvimento humano.

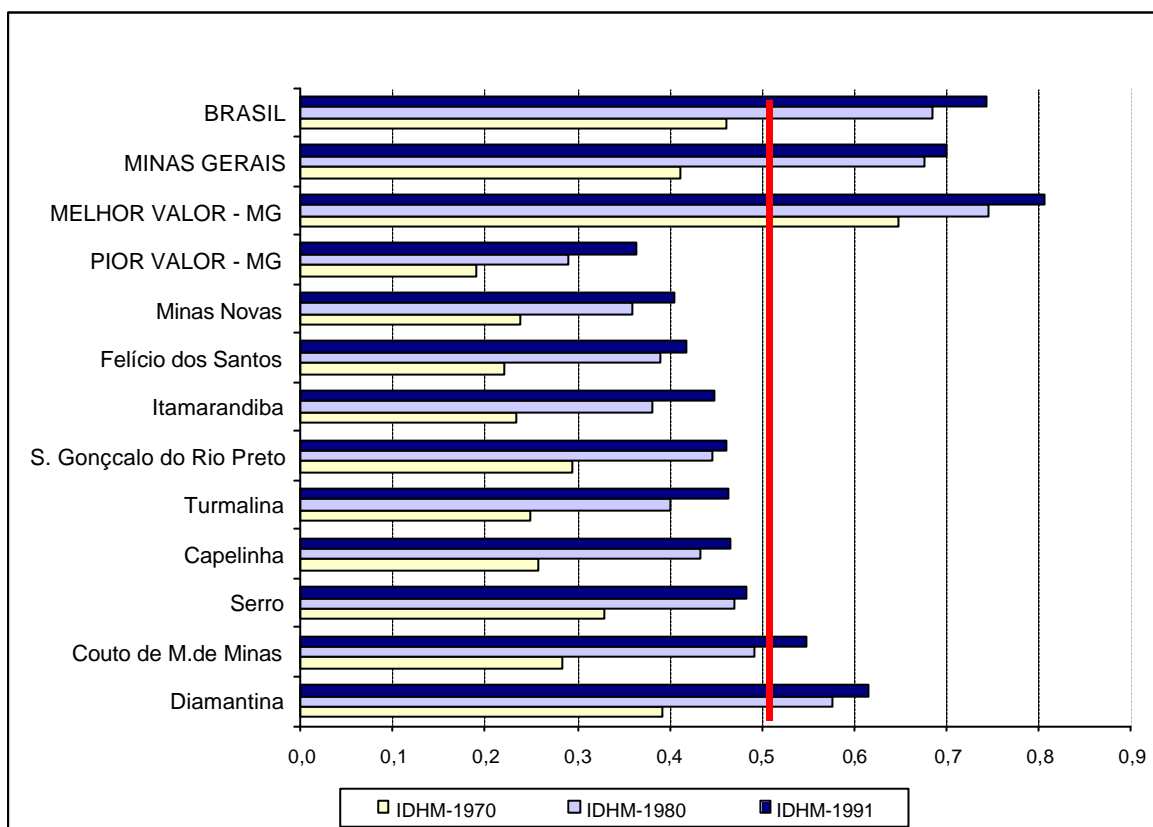


GRÁFICO 2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980 e 1991

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A segunda série, referente à década de 90, é mais interessante para análise: primeiro por reproduzir, para o ano de 1991, a malha municipal de 2000, o que assegura a comparabilidade dos dados nos dois momentos; e, segundo por disponibilizar 125 indicadores que permitem um diagnóstico bem mais acurado da realidade em nível municipal, além do IDHM e índices componentes.

Nesta série não mais existem, em Minas Gerais, municípios classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano. O enquadramento de 95,55% dos municípios mineiros na faixa de Médio Desenvolvimento Humano determina a necessidade de uma distinção interna para mais bem caracterizar os municípios.<sup>20</sup>

Adotado este procedimento, três municípios se enquadram na faixa Médio–Alto Desenvolvimento Humano (Couto de Magalhães de Minas, Diamantina e Turmalina) e, os demais, na faixa Médio–Médio Desenvolvimento Humano. Os municípios, entretanto, continuam com índices abaixo da média estadual e ocupando baixas posições no ordenamento dos municípios mineiros. Minas Novas aparece com os piores índices (0,525 e 0,633) e os de mais baixa ordem entre os municípios da Área de Planejamento, ao passo que Diamantina aparece com os melhores (0,674 e 0,748), apesar de ter perdido algumas posições no ordenamento dos índices no estado de Minas Gerais (GRAF. 2.2 e TAB.2.9).

A série 1991-2000 mostra um rápido crescimento do IDHM, decorrente do impacto positivo da educação e, secundariamente, da longevidade, e não da renda.

---

<sup>20</sup> Para efeito de análise a Fundação João Pinheiro vem subdividindo a faixa de Médio Desenvolvimento Humano em Médio–Alto (IDHM entre 0,7 a 0,79); Médio–Médio (IDHM entre 0,6 a 0,69) e Médio–Baixo (IDHM entre 0,5 a 0,59)

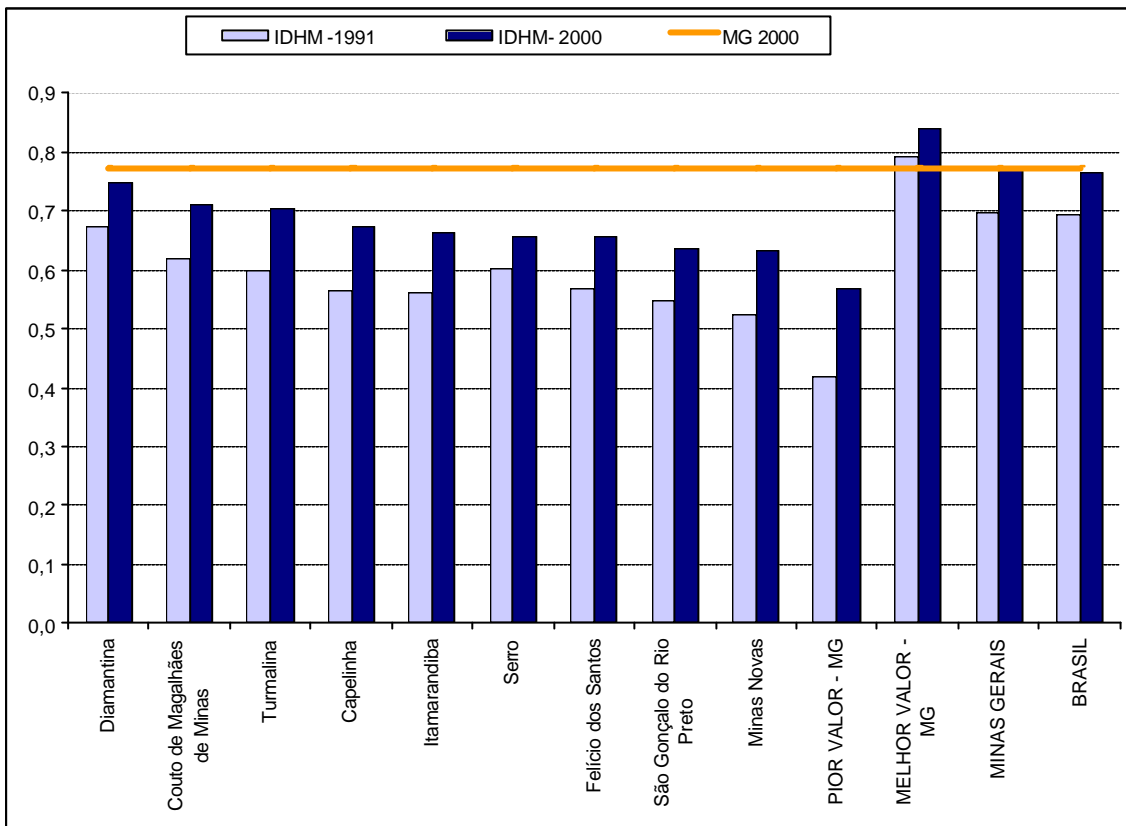


GRÁFICO 2.2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

O IDHM é, dada a sua construção, um índice ainda bastante geral e deve ser considerado como ponto de partida para uma reflexão mais abrangente sobre as condições de vida em nível de município. Há necessidade de desdobrá-lo, observando o comportamento dos índices componentes. Neste relatório adota-se este procedimento, agregando-se algumas variáveis consideradas como mais significativas para a descrição das condições de vida.

Nesta análise um pouco mais desagregada ficam demonstradas as deficiências amplamente descritas na literatura disponível sobre a região e colocadas de forma mais detalhada nos levantamentos de campo realizados para a elaboração do PDITS.

TABELA2.9

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHR-M), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Longevidade (IDHL-M), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação (IDHE-M) dos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.

SEGMENTO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – RENDA				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – LONGEVIDADE				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – EDUCAÇÃO			
	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem
	Capelinha	0,564	718	0,673	658	0,536	508	0,603	543	0,572	798	0,693	690	0,584	708	0,724
Couto de Magalhães de Minas	0,620	508	0,712	488	0,559	420	0,589	589	0,621	682	0,728	532	0,680	450	0,819	296
Diamantina	0,674	255	0,748	299	0,594	278	0,668	243	0,686	369	0,728	533	0,742	192	0,848	130
Felício dos Santos	0,567	709	0,657	722	0,437	816	0,504	804	0,679	405	0,695	681	0,584	709	0,771	568
Itamarandiba	0,563	724	0,663	698	0,510	609	0,556	688	0,614	713	0,696	676	0,566	737	0,736	691
Minas Novas	0,525	797	0,633	785	0,435	819	0,508	800	0,666	490	0,702	647	0,474	823	0,690	801
São Gonçalo do Rio Preto	0,548	758	0,635	781	0,492	681	0,571	642	0,521	844	0,573	851	0,631	606	0,761	814
Serro	0,602	575	0,658	717	0,534	524	0,569	652	0,657	537	0,672	759	0,615	658	0,734	701
Turmalina	0,599	590	0,705	523	0,511	608	0,579	618	0,660	520	0,766	313	0,626	623	0,769	575
Pior valor em MG	0,419	853	0,568	853	0,377	853	0,423	853	0,467	853	0,571	853	0,348	853	0,573	853
Melhor valor em MG	0,791	1	0,841	1	0,779	1	0,828	1	0,775	1	0,865	1	0,866	1	0,929	1
Minas Gerais	0,697		0,773		0,652		0,711		0,689		0,759		0,751		0,850	
Brasil	0,696		0,766		0,681		0,723		0,662		0,727		0,745		0,849	

Fonte: PNUD/FJP/IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano 2000.

Dados Básicos: IBGE. Censos Demográficos 1991/2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

O IDHM – Renda aparece como o índice mais problemático, mesmo não tendo nenhum caso de decréscimo. Entretanto, todos os municípios situam-se abaixo da média estadual: em Minas Novas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto os índices situam-se abaixo de 0,5 e, nos demais, os valores estão bastante próximos de 0,5.

Várias considerações são essenciais, além daquelas mais óbvias de uma situação inferior à média estadual, baixa posição no ordenamento no Estado e poucos ganhos no período (GRAF. 2.3).

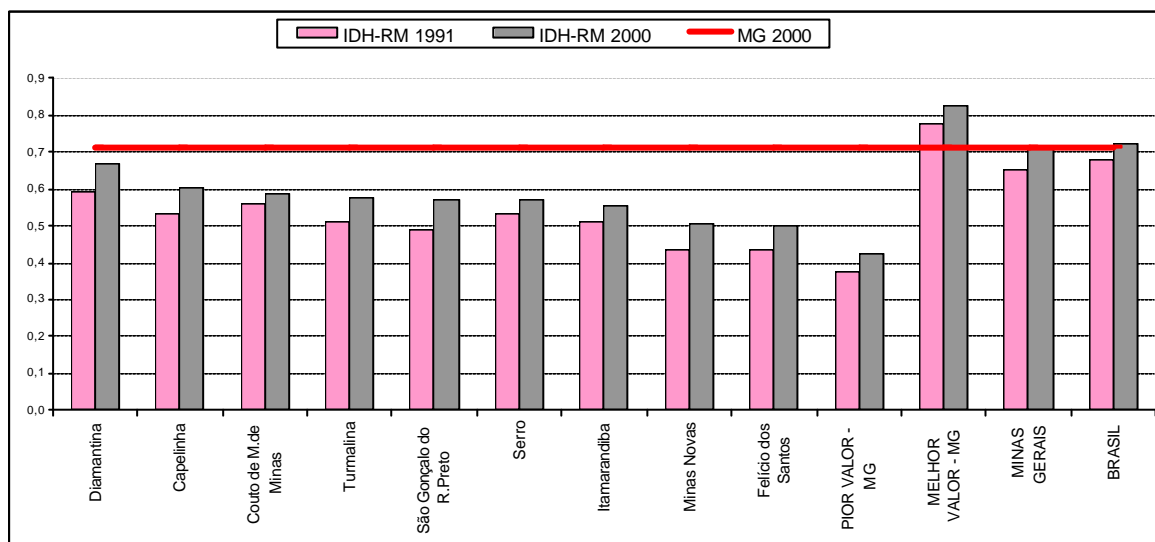


GRÁFICO 2.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda (IDHM-Renda) por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A primeira refere-se ao comportamento da renda *per capita*<sup>21</sup> (GRAF. 2.4). A relação com a média estadual (Minas Gerais = 100) mostra oito municípios com renda inferior a 53%, sendo desastrosa em oito municípios, particularmente Felício dos Santos

<sup>21</sup> Razão entre o somatório da renda *per capita* de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda *per capita* de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. A média estadual era 193,57 (1991) e 276,56 (2000). Os valores são expressos em reais de agosto de 2000. Considerações sobre o PIB/hab foram feitas no item Evolução Recente da Área de Planejamento.

(27,66% em 1991 e 26,50% em 2000) e Minas Novas (27,22% em 1991 e 29,57% em 2000). Esse é o indicador incontestável de medida da pobreza regional. Tudo o mais que se possa dizer sobre o Pólo, ou municípios da Área de Planejamento, decorre desse fator.

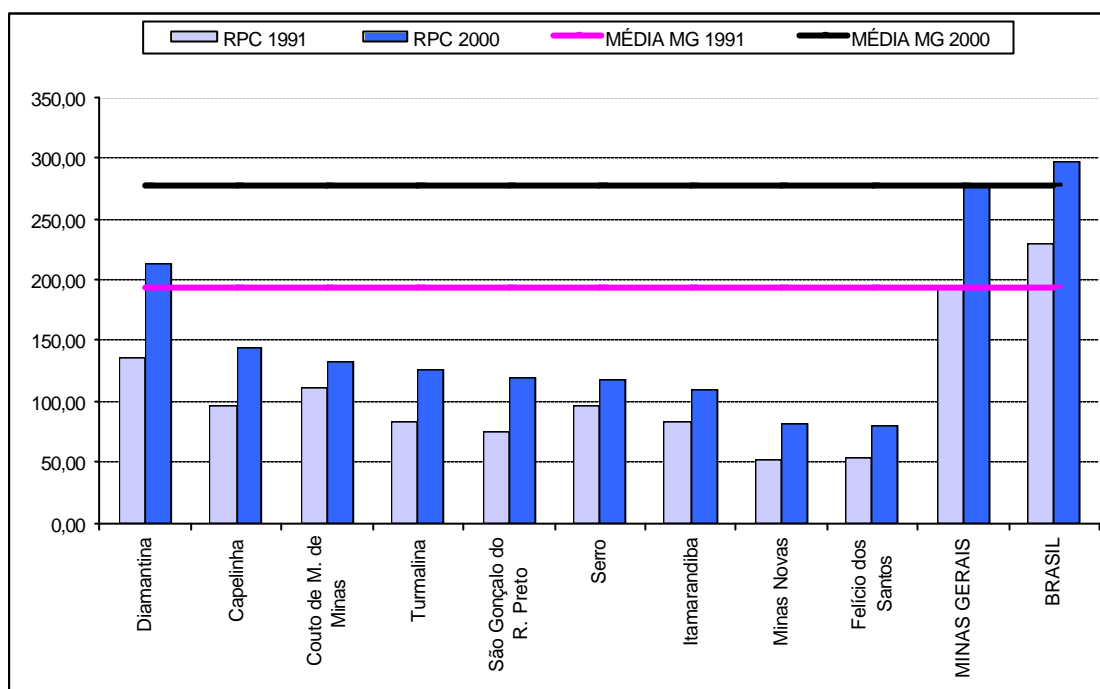


GRÁFICO 2.4 – Renda *per capita* por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000  
 Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.  
 Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

As baixas condições de renda explicam o elevado percentual de pobres<sup>22</sup> e de indigentes,<sup>23</sup> muito acima da média registrada para Minas Gerais (GRAF.2.5), mesmo que os percentuais tenham se reduzido em 2000.

Nesta perspectiva, todos os municípios têm proporção de pobres acima de 50% – exceto Diamantina em 2000 (40,21) –, com maior concentração em Felício dos Santos

<sup>22</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 equivalente a 1/2 salário mínimo vigente em agosto de 2000. O número de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Os valores para Minas Gerais são 43,27 (1991) e 29,77 (2000).

<sup>23</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75 equivalente a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O número de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Os valores para Minas Gerais são 19,72 (1991) e 12,57 (2000).

(82,57 e 70,14). A proporção de indigentes é maior em Felício dos Santos (57,76 em 1991) e Serro (44,51 em 2000). É um quadro deprimente.

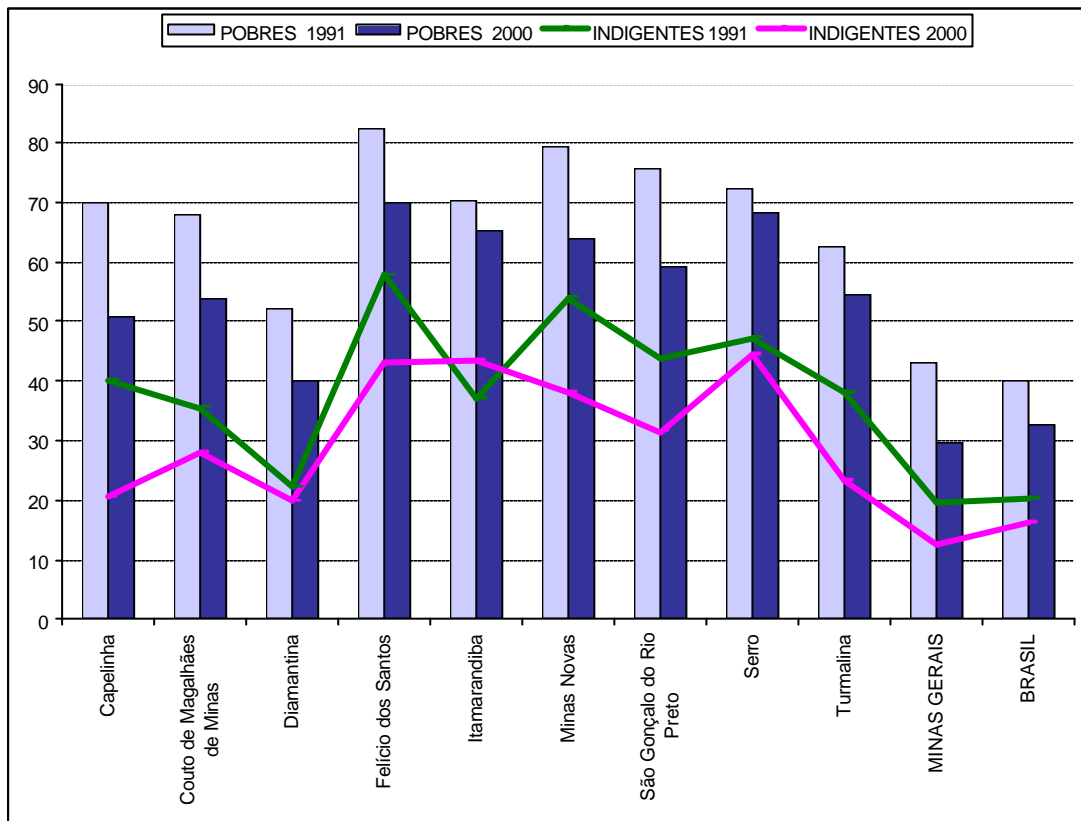


GRÁFICO 2.5 – Proporção de pobres e indigentes por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A segunda consideração refere-se à importância da participação das transferências governamentais<sup>24</sup> na renda total do município e na renda familiar, numa área caracterizada como de graves problemas de renda.

A participação das transferências na renda total dos municípios sempre está acima da média estadual nos dois anos considerados. Em 1991, apenas dois municípios –

<sup>24</sup> Aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio como renda mínima, bolsa-escola e seguro desemprego.

Capelinha (6,94) e Itamarandiba (10,72) – estavam abaixo da média estadual (10,96). A participação variava de 6,94 (Capelinha) a 15,99 (Couto de Magalhães de Minas).

Em 2000, ocorre uma elevação considerável na participação das transferências governamentais em todos os municípios da Área de Planejamento, que permanecem bem acima da média estadual (16,30), à exceção de Capelinha (12,83). Os valores extremos estão em Capelinha (12,83) e Serro (23,68).

A importância das transferências governamentais na renda familiar é dada pelo indicador “percentual de pessoas com mais de 50% da renda familiar originada de transferências governamentais”, que tem seus valores aumentados, para os dois anos, nos municípios da Área de Planejamento, em Minas Gerais e no Brasil.

Em 1991, a média estadual era de 7,83, e apenas o município de Capelinha apresentava valores inferiores (4,26). Os demais estavam todos acima da média, com um valor máximo em Couto de Magalhães de Minas (13,04).

Em 2000, a média estadual era de 13,95. Os municípios da Área de Planejamento atingem um percentual entre 10 e 20%, com pontos máximos em Serro (20,96), Felício dos Santos (20,68) e São Gonçalo do Rio Preto (20,67), ficando o menor valor com Capelinha (13,04).

A medida do grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda familiar *per capita* pode ser apreendida numa relação bastante simples: renda média dos 10% mais ricos/renda média dos 40% mais pobres.<sup>25</sup> Observa-se que esta relação aumenta em 2000 em sete municípios (permanece estável em Capelinha e diminui em Couto de Magalhães de Minas). Em 2000, cinco municípios apresentam o valor desta relação superior à média estadual (25,40) – Diamantina (28,82), Felício dos Santos (26,48), Itamarandiba (44,22), São Gonçalo do Rio Preto (27,89) e Serro (36,03). A razão varia entre 17,61 (Minas Novas) e 44,22 (Itamarandiba). Ou seja, em Minas Novas uma pessoa entre as 10% mais ricas ganha, em média, 17,61 vezes a mais que uma pessoa entre as 40% mais pobres e, em Itamarandiba a relação é de 44,22 vezes

---

<sup>25</sup> Esta é apenas uma das muitas relações possíveis (20/40, 10/50, 20/50 entre outras) que se pode extrair da base de dados do IDHM

(GRAF.2.6). Significa, portanto, que a maior desigualdade de renda é encontrada em Itamarandiba e a menor em Minas Novas.

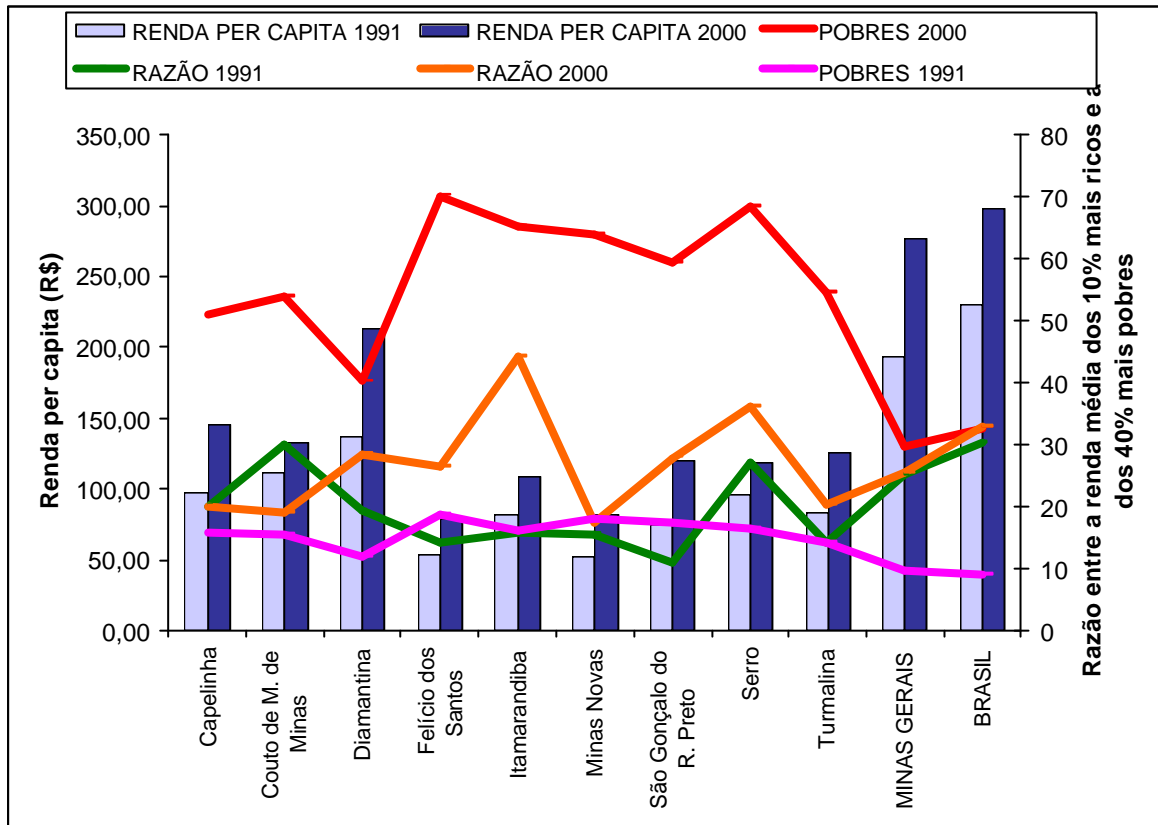


GRÁFICO 2.6 – Renda *per capita*, proporção de pobres e razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Os problemas em relação à renda podem ser assim sintetizados:

- a renda *per capita* dos municípios da Área de Planejamento era, em 2000, inferior a 53% da média estadual, podendo chegar a 28,50% (Felício dos Santos);
- uma proporção de pobres superior a 50% em todos os municípios da Área de Planejamento.

- com base nesses números, compreende-se o papel cada vez mais importante das transferências governamentais na renda total dos municípios – sempre acima da média estadual, com valores máximos em Serro (23,68) – e na renda familiar – com valores máximos em Serro (20,96), Felício dos Santos (20,68) e São Gonçalo do Rio Preto (20,67).

Dado esse rápido diagnóstico e lembrando a baixa capacidade de geração de riquezas em todos os municípios da Área de Planejamento e no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, compreende-se melhor a designação da região como “bolsão de pobreza”. Todos os demais indicadores sociais apenas constatarem *ad nauseam* esta afirmativa e qualificam um pouco mais o conceito.

### **2.2.2 Educação**

Alcançar adequados níveis educacionais da população é considerado condição *sine qua non* do processo de desenvolvimento de qualquer comunidade, indicando as perspectivas de formação de indivíduos em condições de inserção num mercado de trabalho cada vez mais restritivo e exigente.

O setor Educação, analisado como integrante das condições de vida da população, exige alguma reflexão além das rotineiras informações sobre a infra-estrutura física. Neste diagnóstico serão apontados alguns indicadores e variáveis integrantes do IDHM – Educação e informações sobre a rede física (INEP, Cadastro Escolar 2001) e matrículas (INEP, Censo Escolar 2002) têm caráter apenas informativo. Acrescentam-se, também, algumas informações de campo apropriadas por equipe da Fundação João Pinheiro e detalhadas no *relatório Capacidade Institucional dos Municípios*.

O IDHM – Educação é formado por dois indicadores: taxa bruta de freqüência à escola<sup>26</sup> e taxa de alfabetização.<sup>27</sup> São duas taxas interessantes e dão uma primeira avaliação da situação do município. E, como tal, devem ser consideradas.

A taxa bruta de freqüência à escola em Minas Gerais era de 61,72 (1991) e 78,93 (2000). Nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha fica abaixo da média estadual em 1991 (exceto em Diamantina) e, apesar dos progressos, permanece nessa condição em seis municípios no ano de 2000, apesar dos esforços das administrações municipais.

O indicador taxa de alfabetização segue também uma tendência positiva, mas nenhum dos municípios da Área de Planejamento supera a média estadual nos dois anos analisados<sup>28</sup> (GRAF. 2.7 e TAB.2.10), revelando a enorme defasagem dos níveis de escolaridade da população acima de 15 anos – 13,84% em Diamantina e 27,51% em Itamarandiba, no ano 2000.

Esses indicadores de parâmetros relativamente pouco exigentes fornecem a imagem de um conjunto de municípios com sérios problemas na área educacional.

---

<sup>26</sup> Indicador componente do IDHM – Educação no qual entra com peso 1/3. A taxa bruta de matrícula é a razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o segundo grau e o nível superior e a população de 7 a 22 anos.

<sup>27</sup> Indicador componente do IDHM – Educação no qual entra com peso 2/3. É o percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

<sup>28</sup> As taxas de alfabetização da população com idade superior a 15 anos em Minas Gerais são de 81,81 (1991) e 88,04 (2000).

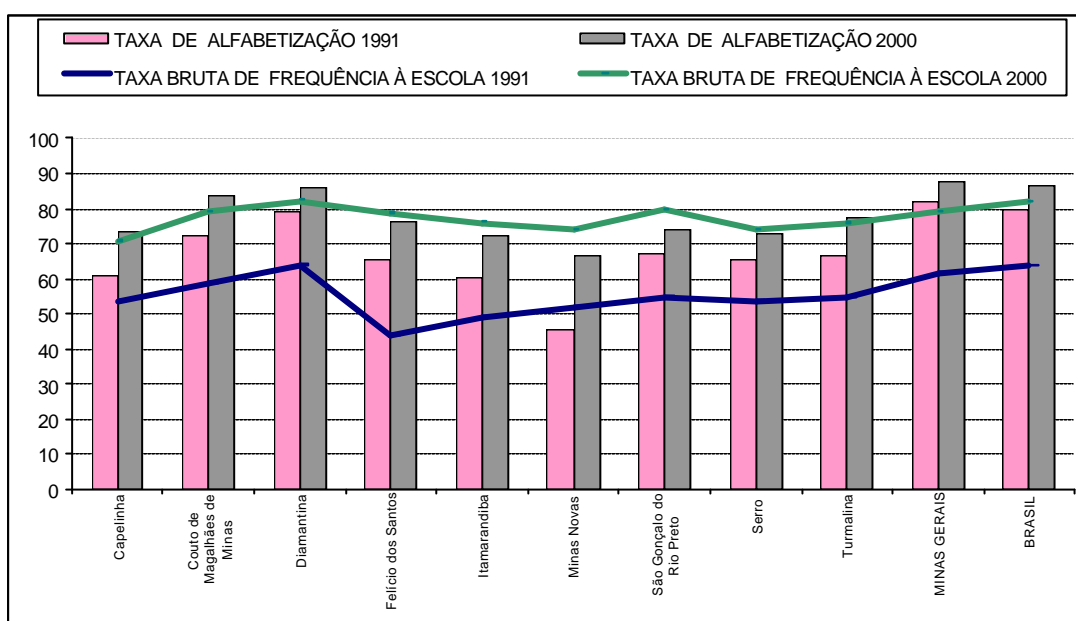


GRÁFICO 2.7 – Taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola nos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000.

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Essa afirmativa pode ser mais bem entendida tomando-se, resumidamente, dois conjuntos de informações: um formado pelas variáveis “percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas” e “percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola”, que se restringem a uma faixa etária em que a inserção na escola ainda é uma possibilidade; e outro, pelas variáveis referentes à população com mais de 25 anos, em que esta possibilidade é mais remota (TAB.2.10).

No primeiro conjunto, há que se registrar o enorme esforço empreendido a partir de 1991, mas ainda permanecem situações de risco: os percentuais de crianças analfabetas são superiores à média estadual – que ainda é alta (6,60) –, variando de 6,11 (Diamantina) a 15,62 (Minas Novas) e 18,14 (Serro); para a segundo, quatro municípios – Capelinha (9,98), Felício dos Santos (5,48), Serro (7,73) e Turmalina (5,24) – superam a média estadual (4,77)

A persistir esta situação, se não forem adotadas medidas mais rigorosas, delineia-se uma tendência de formação de adultos sem condições mínimas de competir no mercado de trabalho.

O segundo conjunto de variáveis é inerente à população adulta (25 anos e mais). Nesse caso, a situação é, no mínimo, delicada: elevadíssimas taxas de analfabetismo, de analfabetismo funcional (menos de 4 anos de estudo) e de analfabetismo fundamental (população com menos de 8 anos de estudo). Se adotado o parâmetro de 8 anos de estudo – como o indicador de condições mínimas de acesso ao mercado de trabalho – a situação torna-se crítica. Em sete municípios o percentual é superior a 80% e, em Couto de Magalhães de Minas se aproxima desse valor (79,74). Apenas Diamantina foge à regra (66,97). O percentual dessa faixa etária com acesso ao ensino superior é irrisório.

Tal quadro irá se constituir num fator restritivo à melhoria da produtividade e competitividade das atividades produtivas, mostrando, também, alta correlação com o percentual de pobres (GRAF. 2.8).

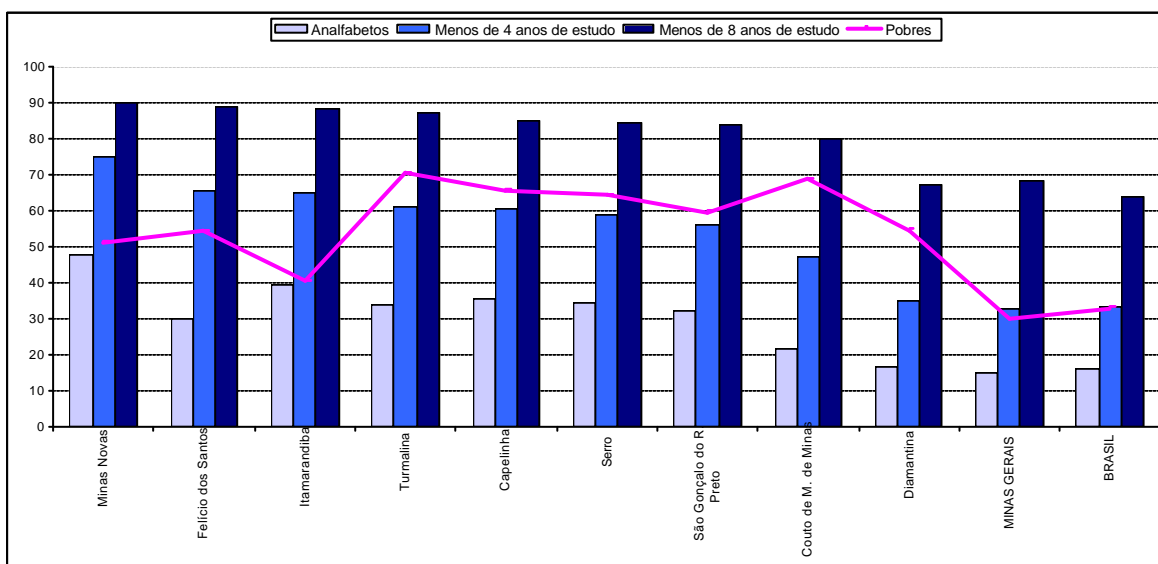


GRÁFICO 2.8 – Percentual de população com 25 anos e mais analfabeta, com menos de 4 anos de estudo, menos de 8 anos de estudo e percentual de pobres nos municípios da Área de Planejamento, Minas Gerais e Brasil – 2000

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Os dados sobre a rede física e matrícula têm um caráter apenas informativo e não permitem maiores conclusões sobre a qualidade da infra-estrutura existente nos estabelecimentos de ensino, a qualificação dos docentes e a qualidade/adequação do ensino ministrado. A matrícula inicial também não informa sobre a evasão e o atraso escolar.

A rede física existente nos municípios e no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha tende, dados os resultados vistos anteriormente, a privilegiar o ensino fundamental. O ensino médio, presente em todos os municípios – o que já é um avanço substantivo – necessita, como na quase totalidade dos municípios de Minas Gerais, ser ampliado, em função das atuais exigências do mercado (TAB.2.11). O ensino superior só está presente em Diamantina.

Na TAB. 2.12, referente à matrícula inicial registrada em 2002, chama a atenção o número de alunos em creches e na pré-escola em municípios que no ano de 2000 apresentaram elevados percentuais de crianças de 7 a 14 anos analfabetas – Minas Novas e Serro –, o que é, no mínimo, alentador.

Os levantamentos de campo realizados pela equipe de Capacidade Institucional dos Municípios<sup>29</sup> informam sobre o foco no ensino fundamental e qualificam algumas questões de interesse para o setor educacional, que já está fortemente municipalizado.

Os resultados mostraram uma forte presença da escola pública – municipal e estadual – na formação das crianças e jovens, não sendo significativa a participação da rede privada de ensino nesses municípios. Quanto aos níveis de ensino, aquele de 1ª a 4ª série é o mais significativo nos nove municípios, o que pode significar índices de evasão ou falta de oportunidade em classes subseqüentes. Revela-se também a fraca presença do ensino médio na região, induzindo à falta de oportunidades para a formação educacional e profissional do adolescente, com reflexos na falta de capacitação, de geração de emprego e de renda, e, conseqüentemente, na marginalização e exclusão sociais.

---

<sup>29</sup> Dada a característica dos levantamentos, as informações deles resultantes estão basicamente ligadas a questões sob responsabilidade/supervisão da administração municipal.

A formação profissional, o treinamento e a capacitação dos docentes são fatores determinantes para o alcance dos resultados das políticas públicas. O quadro de pessoal, conforme os levantamentos de campo, tem passado por capacitação profissional nos nove municípios da Área de Planejamento, embora haja fragilidade na formação da carreira, a exceção de Turmalina. A inexistência de planos de carreira pode ser relacionada com um elevado número de pessoal contratado em oito municípios. Profissionais de curso superior e com pós-graduação estão presentes, mesmo que em pequeno número, em sete municípios.

Os Conselhos ligados à execução da política educacional – Merenda Escolar, FUNDEF e Conselho Municipal de Educação – são deliberativos e consultivos e não foram bem avaliados pelos entrevistados, revelando dificuldades no seu funcionamento e efetiva contribuição à execução das políticas educacionais.

Foi ressaltado, nos levantamentos, o papel do Conselho da Merenda Escolar, e os resultados satisfatórios da merenda em si são evidenciados nos locais onde a Prefeitura e a AMAJE exercem seu papel de agente integrador na busca da qualidade.

O transporte escolar carece de investimentos maiores para sua efetividade, conforme ressaltado por sete municípios, a exceção de Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto.

Os programas especiais e as creches são relatados por todos os municípios, e é pequena a incidência de população em idade escolar fora da escola – contrastando com os dados censitários – assinalando-se que Capelinha, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto registraram não possuir população em idade escolar fora da escola.

Seis dos municípios da Área de Planejamento – Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto e Serro – informaram dispor de cursos de alfabetização para jovens e adultos. Enfatizou-se, também, a grande participação no apoio aos estudantes de curso superior (transporte escolar e bolsas) em todos os municípios, a exceção de Diamantina.

Dado o processo de municipalização do ensino as Prefeituras vêm concentrando os seus esforços no Ensino Fundamental, com impactos positivos no IDHM-Educação. Entretanto, o ensino médio não é objeto de uma ação mais decisiva, como também não o é a questão da alfabetização dos jovens e adultos, conforme comprovado pelos dados censitários, estatísticas educacionais e levantamentos de campo. Considerando-se que mudanças no perfil educacional são um processo de longo prazo, fica a população com uma certa predisposição à dificuldade de competir no mercado de trabalho pela exigência, cada vez mais freqüente, de 11 anos e mais de estudo.

Por outro lado, a estagnação econômica não pressiona para a melhoria dos níveis de escolaridade visando atender demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, continua limitado e pouco exigente. O resultado geral é muito pouco alentador: há, de um lado, necessidade de capacitação maciça da população (ensino médio e profissionalizante) e, de outro, muito baixa percepção por parte da população, ou dos empresários em particular, quanto à importância e premência de um trabalho de tal envergadura. Esses aspectos estão detalhados nos itens 3.10.1 e 3.10.2 do diagnóstico do PDITS.

A simples incorporação da população em diferentes níveis educacionais não garante a qualidade do ensino. Considerando-se as deficiências de formação profissional nas administrações de municípios economicamente periféricos há necessidade de atenção especial à formação continuada de funcionários das Prefeituras para melhor garantir a gestão dos recursos e o cumprimento adequado das normas legais.

TABELA 2.10

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação. Variáveis por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1991 e 2000

(Continua)

SEGMENTO	VARIÁVEL									
	Taxa bruta de frequência à escola		Taxa de alfabetização		Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas		Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola		Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Capelinha	53,587	70,641	60,867	73,297	30,061	11,988	34,967	9,979	39,133	26,703
Couto de Magalhães de Minas	58,896	78,950	72,543	83,403	22,801	8,380	23,771	3,636	27,457	16,597
Diamantina	63,849	82,177	79,449	86,159	25,521	6,110	19,612	2,775	20,551	13,841
Felício dos Santos	44,044	78,524	65,599	76,451	32,317	14,205	38,231	5,478	34,401	23,549
Itamarandiba	49,192	75,848	60,374	72,487	34,313	10,791	34,265	4,667	39,626	27,513
Minas Novas	51,724	73,928	45,280	66,469	49,574	15,616	27,352	4,621	54,720	33,531
São Gonçalo do Rio Preto	54,757	79,660	67,325	74,274	36,004	11,645	24,933	3,286	32,675	25,726
Serro	53,510	73,891	65,527	73,105	42,831	18,142	28,229	7,733	34,473	26,895
Turmalina	54,680	75,772	66,553	77,474	25,136	8,678	22,446	5,239	33,447	22,526
Minas Gerais	61,721	78,927	81,814	88,036	18,633	6,600	18,655	4,774	18,186	11,466
Brasil	63,627	81,893	79,930	86,370	25,069	12,357	19,763	5,353	20,070	12,937

(Continua)

SEGMENTO	VARIÁVEL					
	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Capelinha	63,965	49,328	46,785	35,233	70,809	60,464
Couto de Magalhães de Minas	52,790	37,661	35,985	21,633	60,350	47,113
Diamantina	41,217	28,559	25,473	16,607	48,395	34,924
Felício dos Santos	66,667	52,321	44,074	29,603	78,086	65,368
Itamarandiba	66,392	50,923	47,200	39,140	73,520	64,642
Minas Novas	77,885	58,586	61,152	47,766	81,592	75,018
São Gonçalo do Rio Preto	61,373	45,962	39,279	31,925	68,435	55,918
Serro	62,110	51,982	41,037	34,243	68,872	58,978
Turmalina	66,263	46,496	43,145	33,546	73,816	61,113
Minas Gerais	37,252	26,943	21,897	14,789	43,304	32,800
Brasil	37,634	28,202	22,798	16,039	42,272	33,022

(Conclusão)

SEGMENTO	VARIÁVEL			
	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com Acesso ao curso superior	
	1991	2000	1991	2000
Capelinha	87,863	84,636	0,100	1,131
Couto de Magalhães de Minas	86,863	79,740	0,430	0,129
Diamantina	78,123	66,972	1,142	1,863
Felício dos Santos	95,879	88,483	0,034	0,132
Itamarandiba	92,614	87,817	0,042	0,450
Minas Novas	93,243	89,706	0,227	0,760
São Gonçalo do Rio Preto	92,417	83,415	0,143	0,770
Serro	87,150	83,923	0,985	0,914
Turmalina	91,835	86,956	0,113	1,170
Minas Gerais	76,024	67,925	2,511	3,483
Brasil	72,126	63,696	2,812	3,980

Fonte: PNUD/FJP/IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano 2000  
 Dados Básicos: IBGE. Censos Demográficos 1991/2000

TABELA2.11

Estabelecimentos escolares segundo níveis de ensino, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	TIPO DE ESTABELECIMENTO E DE NÍVEL DE ENSINO						Educação jovens/ adultos
	Creches	Pré-escola	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação especial		
Capelinha	1	4	49	2	1	1	
Couto de Magalhães de Minas	2	2	10	1	1	2	
Diamantina	2	21	57	10	2	2	
Felício dos Santos	2	1	14	1	–	2	
Itamarandiba	8	7	66	1	1	8	
Minas Novas	14	8	76	1	–	14	
São Gonçalo do Rio Preto	1	1	5	1	–	1	
Serro	2	23	38	3	2	2	
Turmalina	3	1	25	3	1	3	
Municípios pesquisados	35	68	340	23	8	35	
Pólo Vale do Jequitinhonha	55	161	870	56	17	55	
Minas Gerais	2966	6697	13735	2210	461	821	
Municípios pesquisados/Pólo (%)	63,64	42,24	39,08	41,07	47,06	63,64	
Municípios pesquisados/MG (%)	1,18	1,02	2,48	1,04	1,74	4,26	
Pólo/Minas Gerais (%)	1,85	2,40	6,33	2,53	3,69	6,70	

Fonte: INEP, Cadastro Escolar, 2001

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA 2.12

Matrícula inicial por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – Resultados finais do Censo Escolar – 2002

SEGMENTO	MATRÍCULA INICIAL										
	Creche	Pré-escola	Classe de alfabetização	Fundamental (1º grau regular)			Ensino Médio (2º grau regular) Curso normal	Ed. especial		Ed. jovens e adultos (Supletivo presencial)	
				Total	1ª a 4ª	5ª a 8ª		Total	Fundam.	Total	Fundam.
Capelinha	178	437	0	7.958	4.406	3.552	1.110	130	0	354	354
Couto de Magalhães de Minas	80	164	0	1.197	611	586	323	10	10	52	52
Diamantina	690	1.754	0	10.977	5.389	5.588	2.740	145	145	344	344
Felício dos Santos	0	136	0	1.612	841	771	234	0	0	70	70
Itamarandiba	212	671	0	7.139	3.850	3.289	1.178	14	14	430	430
Minas Novas	440	515	0	8.904	5.178	3.726	952	0	0	934	898
São Gonçalo do Rio Preto	46	42	0	812	384	428	115	0	0	67	67
Serro	172	1.013	0	5.108	2.929	2.179	670	70	3	187	187
Turmalina	0	453	0	3.964	1.893	2.071	695	12	12	217	217
Municípios pesquisados	1.818	5.185	0	47.671	25.481	22.190	8.017	381	184	2.655	2.619
Pólo Vale do Jequitinhonha	3.686	13.266	0	125.513	69.737	55.776	20.194	858	398	4.312	3.676
Minas Gerais	100.021	501.065	0	3.520.975	1.805.741	1.715.234	914.943	52.935	30.343	69.132	45.971
Municípios pesquisados/Pólo (%)	49,32	39,08		37,98	36,54	39,78	39,70	44,41	46,23	61,57	71,25
Municípios pesquisados/MG (%)	1,82	1,03		1,35	1,41	1,29	0,88	0,72	0,61	3,84	5,70
Pólo/Minas Gerais (%)	3,69	2,65		3,56	3,86	3,25	2,21	1,62	1,31	6,24	8,00

Fonte: INEP, Censo Escolar 2002.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Nota 1. Os resultados referem-se à matrícula inicial na Creche, na Pré-Escola, na Classe de Alfabetização, no Ensino Fundamental (1º Grau/Ensino Regular), no Ensino Médio (2º Grau/Ensino Regular) e Curso Normal, na Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos presencial, segundo a Dependência Administrativa.

### 2.2.3 Saúde

Neste item, procura-se traçar uma abordagem mais qualitativa das condições de saúde na região do Jequitinhonha, incorporando algumas conclusões de trabalhos disponíveis, particularmente avaliações decorrentes dos levantamentos de campo realizados pela equipe de Capacidade Institucional dos Municípios, aliadas às informações quantitativas dos *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil* e do sistema DATASUS.

Os diagnósticos de condições de saúde normalmente utilizam como parâmetros de aferição os coeficientes de mortalidade e de morbidade, ambos diretamente afetados pelas condições socioeconômicas prevalentes numa comunidade. Segundo a literatura,

uma conjugação de fatores atua na determinação de melhores condições de saúde, entre os quais as mudanças nos padrões econômicos e a intensificação de políticas sociais, especialmente as relacionadas ao saneamento e ao incremento do estado nutricional da população. Estas repercutem positivamente nas condições de saúde, mais do que as políticas de ampliação da rede de serviços de assistência à saúde que, embora importantes na recuperação, prevenção e promoção da saúde, sozinhas, não têm capacidade de alterar o perfil de morbi-mortalidade de determinadas populações.<sup>30</sup>

Conforme este trabalho, a mesorregião<sup>31</sup> do Jequitinhonha se insere no denominado conglomerado 2 – qualidade da informação pouco confiável –, dado o caráter de precariedade das informações de mortalidade. Os resultados dele extraídos permitem considerar, guardadas as limitações, as doenças infecciosas e parasitárias como uma das principais causas de mortalidade em todas as faixas etárias, incremento nos coeficientes de mortalidade por neoplasmas, doenças do aparelho circulatório e respiratório e causas mal definidas.

---

<sup>30</sup> FJP/CEES Perfil de Morbi-Mortalidade do Estado de Minas Gerais, 1999, p. 3.

<sup>31</sup> A publicação acima referida trabalha com as categorias espaciais do IBGE – mesorregião, microrregião geográfica e estado – não descendo em nível de município.

Outra avaliação das condições de saúde pode ser dada pela taxa de mortalidade infantil, um dos principais indicadores das condições de vida da população infantil e das condições de saúde da população em geral. O monitoramento dos coeficientes de mortalidade infantil pode ser bastante útil no planejamento, execução e avaliação de políticas e ações de saúde.

Em situações de melhor qualidade dos registros, as taxas são calculadas para os dois grupos principais: neonatal<sup>32</sup> – de causas predominantemente endógenas, determinadas por fatores congênitos e condições socioeconômicas ligadas ao parto –; e pós-neonatal<sup>33</sup> – predominantemente exógenas e dependentes de ações no âmbito epidemiológico e de saneamento.

Para análises menos complexas, é usual o cálculo dos coeficientes para o primeiro ano de vida, sendo esses classificados em função de sua posição relativa aos valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas: baixos – inferiores a 20 por mil nascidos vivos; médios – entre 20 e 40; e altos – iguais ou superiores a 50.

As taxas apresentadas a seguir foram extraídas do componente Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (TAB.2.13).

TABELA 2.13

Taxa de mortalidade infantil por município pesquisado, Minas Gerais e Brasil – 1970, 1980, 1991 e 2000

SEGMENTO	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (por mil nascidos vivos)			
	1970	1980	1991	2000
Capelinha	74,23	59,66	59,06	39,97
Couto de Magalhães de Minas	167,54	70,41	47,59	32,75
Diamantina	119,15	70,41	34,76	32,75
Felício dos Santos	174,35	70,41	39,99	39,59
Itamarandiba	97,36	63,05	49,33	39,34
Minas Novas	76,72	63,05	38,54	38,14
São Gonçalo do Rio Preto	115,78	70,41	72,52	71,09
Serro	99,17	71,04	45,08	44,63
Turmalina	76,07	63,05	39,72	25,90
Minas Gerais	105,33	64,90	35,39	27,75
Brasil	123,19	85,20	44,68	30,57

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998 e 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Nota: os dados não são diretamente comparáveis para municípios que sofreram variações territoriais.

<sup>32</sup> Quatro primeiras semanas de vida,

<sup>33</sup> Compreendido entre o 28º dia de vida até 1 ano.

Tais taxas têm seguido um padrão de queda, mas não no mesmo ritmo verificado para Minas Gerais e Brasil, e os municípios se enquadram, em 2000, como de nível II (taxas médias) exceto o município de São Gonçalo do Rio Preto.

Um dos trabalhos consultados<sup>34</sup> – que se detém no estudo das causas da mortalidade infantil para os períodos neonatal e pós-neonatal, entre 1980 a 1997 – aponta como principal causa da mortalidade no primeiro ano de vida as afecções perinatais, as doenças infecciosas e parasitárias e as causas mal definidas como mais representativas dentro do total de óbitos no Vale do Jequitinhonha.

As afecções perinatais, predominantes no período neonatal, e bastante significativas no pós-neonatal, têm ampla relação com a inadequação da atenção médico-hospitalar no parto e durante o pré-natal. O aumento da proporção de óbitos associados às causas mal definidas sugere problemas na qualidade da informação e cobertura médico-hospitalar. O item “doenças infecciosas e parasitárias”, principal causa no período pós-neonatal, sofreu pouca redução. Concluem as autoras que a transição epidemiológica ainda não se processou no Jequitinhonha, pois ainda é elevado o número de óbitos relacionados às doenças infecciosas e parasitárias, às afecções perinatais e, sobretudo, às causas mal definidas, tanto no período neonatal, quanto no pós-neonatal.

A morbidade é definida como o comportamento das doenças e dos agravos à saúde em uma população exposta. As estatísticas de morbidade são utilizadas para identificar necessidades e para auxiliar o controle de doenças e de agravos, a fim de orientar decisões e apoiar ações específicas no planejamento e administração dos serviços de saúde. Entretanto, as estatísticas pecam pela insuficiência da base de dados disponível – Sistema de Notificação das Doenças –, pela não realização rotineira de inquéritos epidemiológicos periódicos e pela pequena abrangência da maioria dos estudos de prevalência/incidência que enfocam áreas geográficas restritas.

O sistema de informações hospitalares (SIH/SUS) se configura, hoje, como uma das bases mais abrangentes para a análise da morbidade. Por se referir apenas a

---

<sup>34</sup> QUIROGA, J e RESENDE, S. A mortalidade infantil por causas de morte no Vale do Jequitinhonha – MG. Trabalho apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina.

internações hospitalares, oferece limitações para uma análise mais global, pois está relacionado com a oferta de serviços e com estados mórbidos mais graves. Tal oferta, porém, responde a uma demanda da população gerada, em grande parte, por necessidades não satisfeitas de cuidados preventivos ou ambulatoriais.<sup>35</sup>

A distribuição de freqüência dos grupos de causas de internação da população de ambos os sexos em 1996<sup>36</sup> aponta, por ordem de importância, doenças do aparelho respiratório (26,28%); complicações de gravidez, parto e puerpério (25,36%); doenças do aparelho circulatório (13,48%); doenças infecciosas e parasitárias (8,88%); doenças do aparelho digestivo (5,50%); doenças do aparelho geniturinário (5,15%); e natureza da lesão (4,35%). A situação geral de pobreza e a falta de investimentos em ações de saúde sugerem que o quadro diagnosticado em 1996 não tenha sofrido alterações substanciais.

As principais endemias verificadas nos municípios da Área de Planejamento, conforme levantamentos de campo, ainda estão relacionadas às condições de saneamento – verminose, esquistossomose –, às condições de habitação – doença de chagas – ou ao combate por meio do controle de zoonoses, como a leishmaniose (QUADRO 2.1).

---

<sup>35</sup> CARVALHO, D.M. Sistemas de informação e alocação de recursos. Rio de Janeiro, 1998 citado em FJP/CEES Perfil de Morbi-Mortalidade no Estado de Minas Gerais, 1999.

<sup>36</sup> FJP/CEES, *Op. cit.*

QUADRO 2.1

Principais endemias nos municípios da Área de Planejamento do  
Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – 2003

SEGMENTO	PRINCIPAIS ENDEMIAS	ORGANIZAÇÃO DO COMBATE A ENDEMIAS NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE
Capelinha	Verminose: esquistossomose, necatus americanos, lombrigóides, estoamebas.	Via programa de combate à esquistossomose, com mapeamento nosológico anual da área e identificação de ponto crítico a ser trabalhado.
Couto de Magalhães de Minas	Doença de Chagas, dengue, leishmaniose, verminose e esquistossomose.	Servidor da FUNASA e 01 agente municipal
Diamantina	Leishmaniose, hanseníase, tuberculose, diarreia	Há uma equipe de controle
Felício dos Santos	Verminose	Servidor da FUNASA coordenando servidores municipais
Itamarandiba	Verminose	Têm realizado trabalhos de prevenção e construção de fossas secas.
Minas Novas	Leishmaniose, esquistossomose, Doença de Chagas na zona rural.	2 servidores da FUNASA e 04 agentes da dengue (servidores municipais)
São Gonçalo do Rio Preto	Infecções respiratórias, diarreias e verminose.	Orientações básicas à população (por parte da equipe do PSF) e distribuição de hipoclorito de sódio para esterilização da água.
Serro	Doença de Chagas e esquistossomose	Via trabalho das equipes de PSF e PACS, com o apoio da DADS de Diamantina.
Turmalina	Doença de Chagas, leishmaniose e dengue.	1 servidor da FUNASA para o controle da Doença de Chagas e 10 servidores municipais para o controle da dengue

Fonte: Prefeituras Municipais

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA).

Nota: FUNASA= Fundação Nacional de Saúde. PSF= Programa de Saúde da Família. PACS= Programa de Agentes Comunitários de Saúde. DADS= Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

A rede física no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha e, em particular, nos municípios da Área de Planejamento revela-se insuficiente e problemática na atenção básica, como demonstram os gastos com internações hospitalares.

Os dados sobre a rede física, utilizados neste relatório, são aqueles disponíveis no sistema DATASUS, compreendendo a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (1999) – médicos, hospitais e leitos hospitalares da rede conveniada e não conveniada – e os do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo informações sobre a rede ambulatorial (dez. 2000), hospitais e leitos da rede hospitalar (março 2003) e o

movimento de autorização de internação hospitalar, via AIHs, pagas aos hospitais, conforme o município de residência do paciente (jan./dez. 2000).

Os municípios da Área de Planejamento, conforme dados da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, concentravam em 1999 a metade dos médicos, 35% dos hospitais e 40% dos leitos hospitalares do Pólo Vale do Jequitinhonha, cujo principal destaque é Diamantina (16,17% dos médicos e 12,41% dos leitos hospitalares do Pólo). No conjunto dos municípios da Área de Planejamento, dois se destacam: Diamantina (32,48% dos médicos, 25% dos hospitais e 30,87% dos leitos hospitalares) e Itamarandiba (11,97% dos médicos, 25% dos hospitais e 24,41% dos leitos hospitalares) (TAB.2.14).

Não estão registrados hospitais em Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto.

TABELA 2.14

Médicos, hospitais e leitos hospitalares por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1999

SEGMENTO	ATENDIMENTO		
	Médicos (1)	Hospitais	Leitos hospitalares
Capelinha	47	1	70
Couto de Magalhães de Minas	1	0	0
Diamantina	76	2	184
Felício dos Santos	2	0	0
Itamarandiba	28	2	146
Minas Novas	20	1	68
São Gonçalo do Rio Preto	3	0	0
Serro	28	1	60
Turmalina	29	1	70
Municípios pesquisados	234	8	598
Pólo Vale do Jequitinhonha	470	23	1483
Minas Gerais	48272	790	50068
Municípios pesquisados/pólo (%)	49,79	34,78	40,32
Municípios pesquisados/MG (%)	0,48	1,01	1,19
Pólo/Minas Gerais (%)	0,97	2,91	2,96

Fonte: DATASUS. Pesquisa Assistência Médico-Sanitária – Minas Gerais – Internações

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

1 – Cirurgião, Clínico Geral, Gineco-obstetra, Médico de família, Pediatra, Psiquiatra, Radiologista, Residente, Outras especialidades médicas.

Todos os hospitais são conveniados ao SUS, e os leitos, conforme dados de março de 2003, são basicamente destinados a clínica médica (51,92%), obstetrícia (22,47%) e cirurgia (16,72%) (TAB.2.15).

Neste sistema, três municípios concentram mais de 70% dos leitos dos municípios analisados – Diamantina (35,02%), Itamarandiba (20,21%) e Capelinha (16,38%) – e mais de 30% dos leitos existentes no Pólo.

A rede ambulatorial do SUS em dezembro de 2000 (TAB.2.16) representa quase 48% das unidades existentes no Pólo e tem duas características: em primeiro lugar, é relativamente pouco diversificada e complexa, o que é demonstrado pelo fato de cerca de 82% das unidades serem clínicas especializadas (23,63%), postos de saúde (34,65%), centros de saúde (11,81%) e unidades de saúde da família (11,81%); em segundo lugar, por concentrar 68,50% das unidades em três cidades – Diamantina (42,52%), Itamarandiba (14,17%) e Capelinha (11,81%).

À distribuição espacial dos equipamentos agregam-se alguns resultados dos levantamentos de campo como forma melhor qualificar o seu funcionamento nos municípios da Área de Planejamento.

A política de saúde, conforme o relatório sobre a Capacidade Institucional dos Municípios, encontra-se institucionalizada em todos os municípios, conforme a legislação e/ou regulamentação do SUS. Todos dispõem de Conselhos Municipais de Saúde atuantes, com funcionamento regular e encontram-se enquadrados conforme os dispositivos da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS) na condição de gestão plena da atenção básica. A rede privada não conveniada com o SUS é incipiente e só existe nos municípios de Couto de Magalhães de Minas e Diamantina.

As atividades de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de controle de zoonoses – relevantes do ponto de vista do controle da proliferação de doenças em locais de fluxos maiores de população, como são os casos de municípios pólos turísticos – estão em funcionamento, mas merecem reforços no sentido de revisão ou elaboração da legislação local e de implementarem ações articuladas com o desenvolvimento do turismo, como, por exemplo, a fiscalização de feiras, mercados, açougues, pousadas, hotéis, restaurantes entre outros.

A atenção ambulatorial básica está presente em todos os municípios, mas, segundo o relatório, apresenta-se com problemas quanto ao número dos equipamentos e de pessoal especializado. A eles se agrega a situação ainda mais precária no que se refere à atenção ambulatorial especializada, inexistente em cinco dos nove municípios.

As deficiências na assistência básica à saúde ficam patentes quando se analisam os dados de internações via AIHs pagas aos hospitais por município de residência do paciente de janeiro a dezembro de 2000 (TAB 2.17). Chama a atenção o elevado percentual da variável “condições sensíveis à atuação ambulatorial”, sempre superior à média estadual e à do Pólo. Isto significa que 38,50% das internações registradas para os municípios da Área de Planejamento poderiam ter sido evitadas, gerando considerável redução de custos (35,87%) e com melhoramentos na atenção básica.

Serviços mais complexos apenas são encontrados na sede do município de Diamantina, onde a rede privada conveniada com o SUS é constituída por serviços de ultra-sonografia, mamografia, endoscopia, tomografia, otorrinolaringologia e os hospitais Santa Casa de Misericórdia e Nossa Senhora da Saúde.

A pressão sobre a rede existente é grande tornando Diamantina o centro de referência para outros 28 municípios; Capelinha, centro de referência, tanto na atenção ambulatorial quanto na hospitalar, para os municípios de Angelândia, Aricanduva, Água Boa, Minas Novas, Setubinha e Veredinha; e Itamarandiba, centro de referência para a atenção hospitalar para os municípios de Carbonita, Veredinha, Aricanduva e Coluna, e referência para Diamantina e Belo Horizonte apenas os casos de alta complexidade.

No que se refere à atenção individual à saúde, apenas o município de Diamantina desenvolve ações voltadas para a atenção ao turista, mediante a terceirização de serviços de urgência e emergência e de ortopedia. A maior parte dos municípios integra o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE). Os municípios de Belo Horizonte, Diamantina e Curvelo, principalmente os dois primeiros, são os centros de referência para a atenção hospitalar desses municípios.

As articulações intergovernamentais ocorrem conforme os mecanismos institucionalizados pelo SUS ou com o estado, por intermédio da Diretoria de Ações

Descentralizadas de Saúde (DADS) da Secretaria de Estado da Saúde (SES.MG) e através da Fundação Ezequiel Dias (FUNED).<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> A maior parte dos municípios citou o fato de estar ocorrendo grande atraso na entrega dos medicamentos da farmácia básica.

TABELA 2.15

Hospitais e leitos da rede hospitalar do SUS por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – Março 2003

SEGMENTO	HOSPITAIS	LEITOS							
		Hospitalares	Cirúrgicos	Obstétricos	Clínica médica	Cuidados prolongados	Psiquiátricos	Pediatria	
Capelinha	1	94	22	12	40	0	0	20	
Diamantina	2	201	40	54	101	2	2	2	
Itamarandiba	2	115	14	23	61	1	0	16	
Minas Novas	1	67	5	8	51	1	1	1	
Serro	1	60	10	20	27	1	1	1	
Turmalina	1	37	5	12	18	1	0	1	
Municípios pesquisados	8	574	96	129	298	6	4	41	
Pólo Vale do Jequitinhonha	22	1319	191	324	701	18	8	77	
Minas Gerais	628	47396	8682	7344	17604	1894	5440	5867	
Municípios pesquisados/pólo (%)	36,36	43,52	50,26	39,81	42,51	33,33	50,00	53,25	
Municípios pesquisados/MG (%)	1,27	1,21	1,11	1,76	1,69	0,32	0,07	0,70	
Pólo/Minas Gerais (%)	3,50	2,78	2,20	4,41	3,98	0,95	0,15	1,31	

Fonte: DATASUS. Ministério da Saúde, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA2.16

Unidades da rede ambulatorial do SUS por tipo de unidade, nos municípios da Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais – Dezembro 2000

(Continua)

SEGMENTO	Posto de saúde	Centro de saúde	Policlínica	Ambulatório de unidade hospitalar geral	Ambulatório de unidade hospitalar especializada	Unidade mista	Pronto socorro especializado	Consultório	Clínica especializada
Capelinha	7	2	0	1	0	0	0	0	1
Couto de Magalhães de Minas	0	0	0	0	0	2	0	1	1
Diamantina	13	8	1	1	1	0	0	4	18
Felício dos Santos	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Itamarandiba	12	1	0	1	0	0	1	1	0
Minas Novas	4	1	2	1	0	0	0	0	0
São Gonçalo do Rio Preto	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Serro	4	1	1	0	1	0	0	2	1
Turmalina	4	1	0	1	0	0	0	1	0
Municípios pesquisados	44	15	4	5	2	3	1	9	24
Pólo Vale do Jequitinhonha	99	42	5	18	2	4	1	21	30
Minas Gerais	1457	1781	172	501	57	138	31	1277	240
Municípios pesquisados/pólo (%)	44,44	35,71	80,00	27,78	100,00	75,00	100,00	42,86	80,00
Municípios pesquisados/MG (%)	3,02	0,84	2,33	1,00	3,51	2,17	3,23	0,70	10,00
Pólo/Minas Gerais (%)	6,79	2,36	2,91	3,59	3,51	2,90	3,23	1,64	12,50

(Conclusão)

SEGMENTO	Centro/Núcleo de atenção psicossocial	Centro/Núcleo de reabilitação	Outros serviços auxiliares de diagnose e terapia	Unidade móvel terrestre p/atend. médico/odontológico	Unidade de saúde da família	Unidades de vigilância sanitária	Unidades não especificadas	Total
Capelinha	0	0	0	0	4	0	0	15
Couto de Magalhães de Minas	0	0	0	0	0	0	0	4
Diamantina	0	0	2	0	5	1	0	54
Felício dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	3
Itamarandiba	0	0	0	0	2	0	0	18
Minas Novas	0	0	1	0	1	0	0	10
São Gonçalo do Rio Preto	0	0	0	0	1	0	0	3
Serro	0	1	0	0	1	0	0	12
Turmalina	0	0	0	0	1	0	0	8
Municípios pesquisados	0	1	3	0	15	1	0	127
Pólo Vale do Jequitinhonha	1	1	5	2	31	2	1	265
Minas Gerais	55	58	550	61	1209	171	309	8126
Municípios pesquisados/pólo (%)	0,00	100,00	60,00	0,00	48,39	50,00	0,00	47,92
Municípios pesquisados/MG (%)	0,00	1,72	0,55	0,00	1,24	0,58	0,00	1,56
Pólo/Minas Gerais (%)	1,82	1,72	0,91	3,28	2,56	1,17	0,32	3,26

Fonte: DATASUS. Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA - SUS) 2000

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

TABELA2.17

Número de internações e de recursos pagos aos hospitais por município de residência do paciente, segundo os grupos de diagnóstico: condições sensíveis à atenção ambulatorial, parto e todos os outros diagnósticos, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – AIHs pagas de janeiro a dezembro de 2000

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DO PACIENTE	NÚMERO DE INTERNAÇÕES							RECURSOS PAGOS (R\$1,00)						
	Condições sensíveis à atenção ambulatorial		Parto		Todos os outros diagnósticos		Total	Condições sensíveis à atenção ambulatorial		Parto		Todos os outros Diagnósticos		Total
	N °	%	N °	%	N °	%	Nº	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Capelinha	669	30,44	718	32,67	811	36,90	2.198	237.699	29,56	164.478	20,45	401.920	49,98	804.097
Couto de Magalhães de Minas	54	24,77	41	18,81	123	56,42	218	17.225	18,34	10.987	11,70	65.727	69,97	93.939
Diamantina	1.047	30,92	580	17,13	1.759	51,95	3.386	329.342	26,53	149.323	12,03	762.647	61,44	1.241.312
Felício dos Santos	91	28,80	84	26,58	141	44,62	316	29.762	25,16	21.795	18,42	66.755	56,42	118.312
Itamarandiba	927	39,23	627	26,53	809	34,24	2.363	304.607	37,47	153.449	18,87	354.945	43,66	813.000
Minas Novas	1.108	47,45	530	22,70	697	29,85	2.335	368.920	49,09	110.054	14,64	272.509	36,26	751.482
São Gonçalo do Rio Preto	55	31,07	46	25,99	76	42,94	177	15.902	25,17	11.598	18,36	35.674	56,47	63.173
Serro	755	47,25	338	21,15	505	31,60	1.598	212.774	44,58	73.016	15,30	191.451	40,12	477.241
Turmalina	674	48,73	313	22,63	396	28,63	1.383	198.118	47,58	74.898	17,99	143.413	34,44	416.429
Municípios pesquisados	5.380	38,50	3.277	23,45	5.317	38,05	13.974	1.714.347	35,87	769.597	16,10	2.295.041	48,02	4.778.985
Pólo Vale do Jequitinhonha	12.832	36,37	8.527	24,17	13.921	39,46	35.280	3.843.611	33,68	1.959.277	17,17	5.610.064	49,16	11.412.953
Minas Gerais	375.596	29,89	235.876	18,77	645.289	51,35	1.256.761	119.208.337	23,70	61.838.501	12,29	321.951.692	64,01	502.998.529
Municípios pesquisados/pólo (%)	41,93		38,43		38,19		39,61	44,60		39,28		40,91		41,87
Municípios pesquisados/MG (%)	1,43		1,39		0,82		1,11	1,44		1,24		0,71		0,95
Pólo/Minas Gerais (%)	3,42		3,62		2,16		2,81	3,22		3,17		1,74		2,27

Fonte: DATASUS Ministério da Saúde Movimento de Autorização de Internação Hospitalar 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA).

Nota: Total de internações ocorridas em MG em 2000: 1.263.131; Total de recursos pagos R\$ 507.456.642. Retiradas 6364 internações de pacientes residentes em outras Ufs.

## 2.2.4 Criminalidade

O monitoramento das taxas de criminalidade começa a atingir o topo da escala das preocupações da população, cada vez mais afetada pelos problemas de violência, e dos governantes, cada vez mais pressionados para a definição de políticas e de projetos visando minimizá-los/solucioná-los. As questões ligadas à criminalidade assumem um caráter particular em municípios para os quais se pretende a intensificação das atividades turísticas.

Com esse objetivo, examinou-se a evolução das taxas de criminalidade – crimes violentos (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão armada), com detalhamento para roubo à mão armada e homicídio – para os municípios da Área de Planejamento.

A série estatística da criminalidade baseia-se nos Boletins de Ocorrência da Polícia Militar e tem início em 1986. Esta série foi recentemente trabalhada na Fundação João Pinheiro,<sup>38</sup> e dela se extraem as taxas para diferentes tipos de crime, expressas sempre como ocorrências para 100.000 habitantes.

Neste diagnóstico do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha estão sendo considerados apenas três anos da série: 1986 (ano inicial), 1997 e 2002 (último dado consolidado). O ano de 1997 é crucial para os estudos, uma vez que marca a ruptura de uma linha de tendência pela aceleração do crescimento das taxas de criminalidade.<sup>39</sup> O Alto Jequitinhonha, nomeado nos gráficos, refere-se à Região Administrativa Alto Jequitinhonha e pode ser adotada como referência mais próxima em substituição ao Pólo Turístico, para o qual não se tem calculadas as taxas agregadas.

As taxas para crimes violentos, adotadas como referência agregada para a análise de problemas e das propostas de medidas de segurança, têm apresentado uma trajetória ascendente no estado. Na região e municípios da Área de Planejamento ocorre o

---

<sup>38</sup> BATITUCCI, E.C e RIBEIRO, L.M.L Diagnóstico da Criminalidade Violenta em Minas Gerais, 2003.

<sup>39</sup> A taxa para o estado é a real; a dos municípios, corrigida pela taxa estadual; e a da mesorregião é a média das taxas municipais.

mesmo fenômeno no período 1997/2002 (à exceção de Turmalina), mesmo que em alguns casos sejam inferiores àquelas registradas em 1986 (São Gonçalo do Rio Preto, Diamantina e região). Em termos bem simplificados, pode-se descrever o conjunto dos municípios da Área de Planejamento e a região como detentores de taxas para crimes violentos muito abaixo da média estadual<sup>40</sup> (GRAF. 2.9).

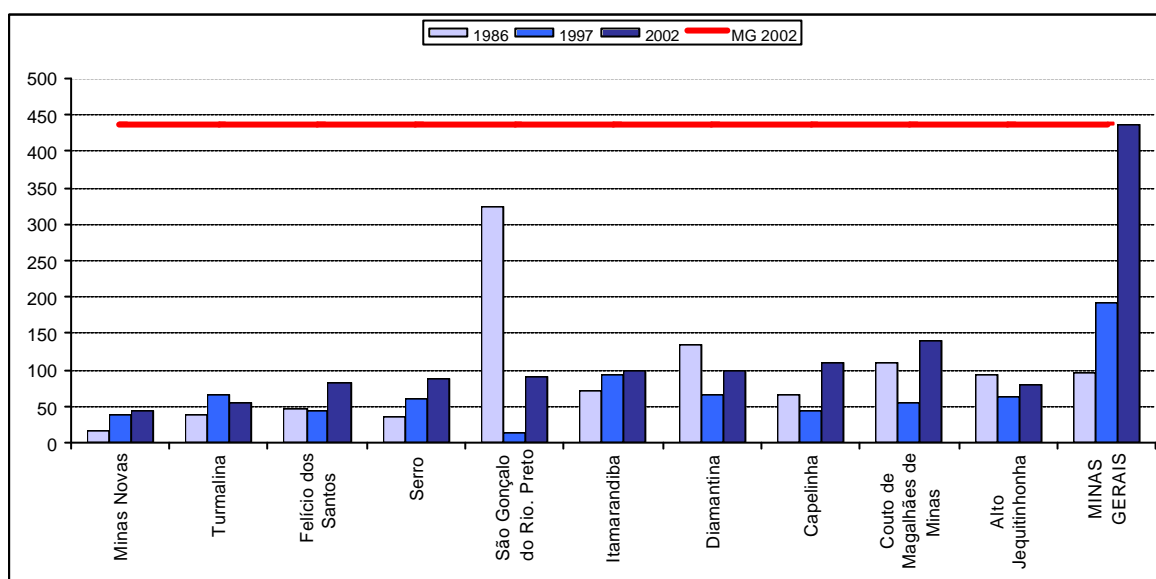


GRÁFICO 2.9 – Taxa de crimes violentos por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1986, 1997 e 2002

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade Violenta em Minas Gerais, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A taxa de crimes violentos, dado o seu grau de agregação, deve ser decomposta para proporcionar melhor diagnóstico da situação de criminalidade. Dentre os crimes violentos, chama a atenção, pela magnitude, as taxas de homicídio (GRAF. 2.10).

A trajetória dessas taxas varia conforme a unidade territorial analisada, chegando, em 2002, com acréscimos substantivos em Minas Gerais, Região Administrativa do Alto Jequitinhonha e municípios da Área de Planejamento, à exceção de Serro.

<sup>40</sup> Para uma análise em nível de município não existem parâmetros consagrados que permitam dizer se o nível de criminalidade é alto, médio ou baixo. Apenas se pode observar a trajetória no município em análise e adotar uma referência que, neste caso, é a média estadual.

Os municípios têm comportamento diferenciado. Alguns chegam em 2002 com taxas superiores à média estadual, sendo o mais característico Capelinha, vindo a seguir Turmalina, Itamarandiba e Minas Novas. Os demais ficam abaixo da média estadual.

O segundo caso é o de municípios com trajetória de queda, como Serro, Diamantina e, de certa forma, São Gonçalo do Rio Preto, em contraposição àqueles com um aumento constante nas taxas (Turmalina, Itamarandiba, Felício dos Santos e Minas Novas). E, finalmente, Couto de Magalhães de Minas – taxas constantes em 1986 e 1997 e ligeiro aumento em 2002 – e Capelinha o de mais alta taxa em 2002, apesar da queda registrada em 1997.

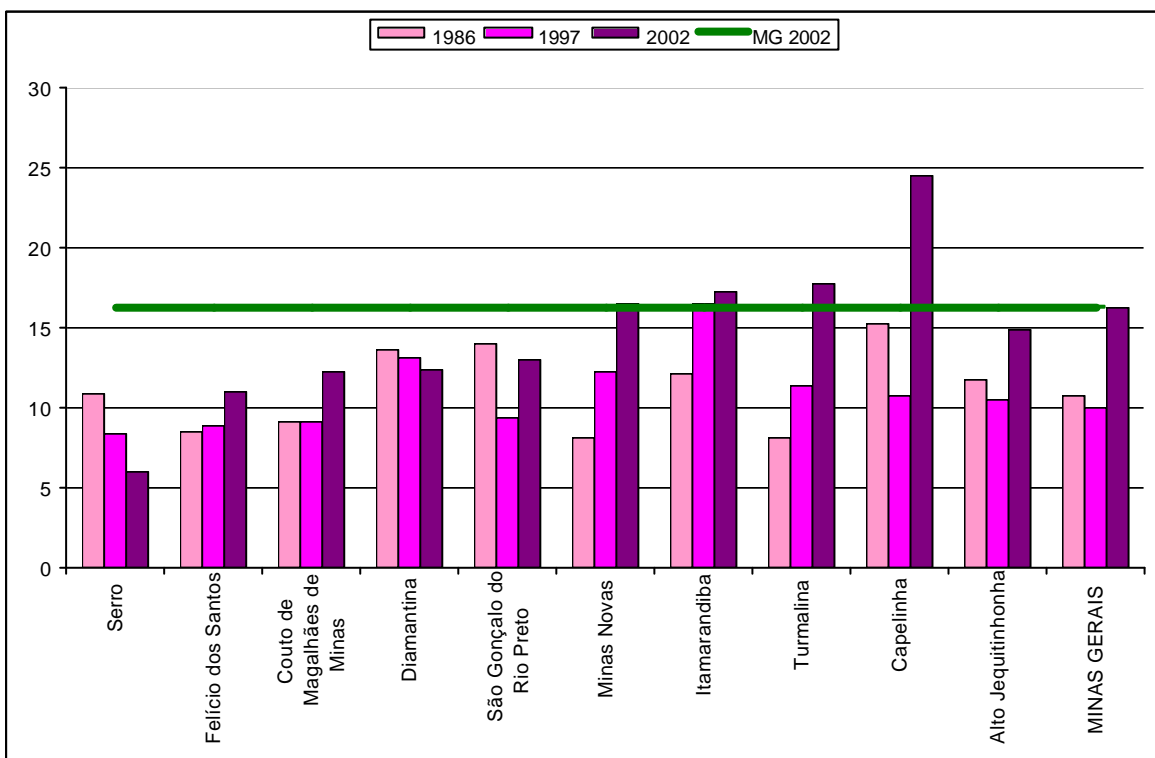


GRÁFICO 2.10 – Taxas de homicídio por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1986, 1997 e 2002

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade Violenta em Minas Gerais, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

As taxas para roubo à mão armada, mesmo sendo elevadas em dois municípios – Felício dos Santos e Couto de Magalhães de Minas –, estão muito aquém da média estadual. Em municípios como Serro, Turmalina, Itamarandiba, Capelinha e Minas Novas as taxas são inferiores a 10 por 100.000 habitantes. Apesar disso, a tendência ao crescimento das taxas é comum a todos os municípios da Área de Planejamento (GRAF. 2.11).

Com base nestes dados, pode-se concluir que entre os municípios da Área de Planejamento a criminalidade ainda não atingiu os níveis observados para o estado como um todo e que está mais ligada à aceleração das taxas de homicídio do que às de roubo à mão armada.

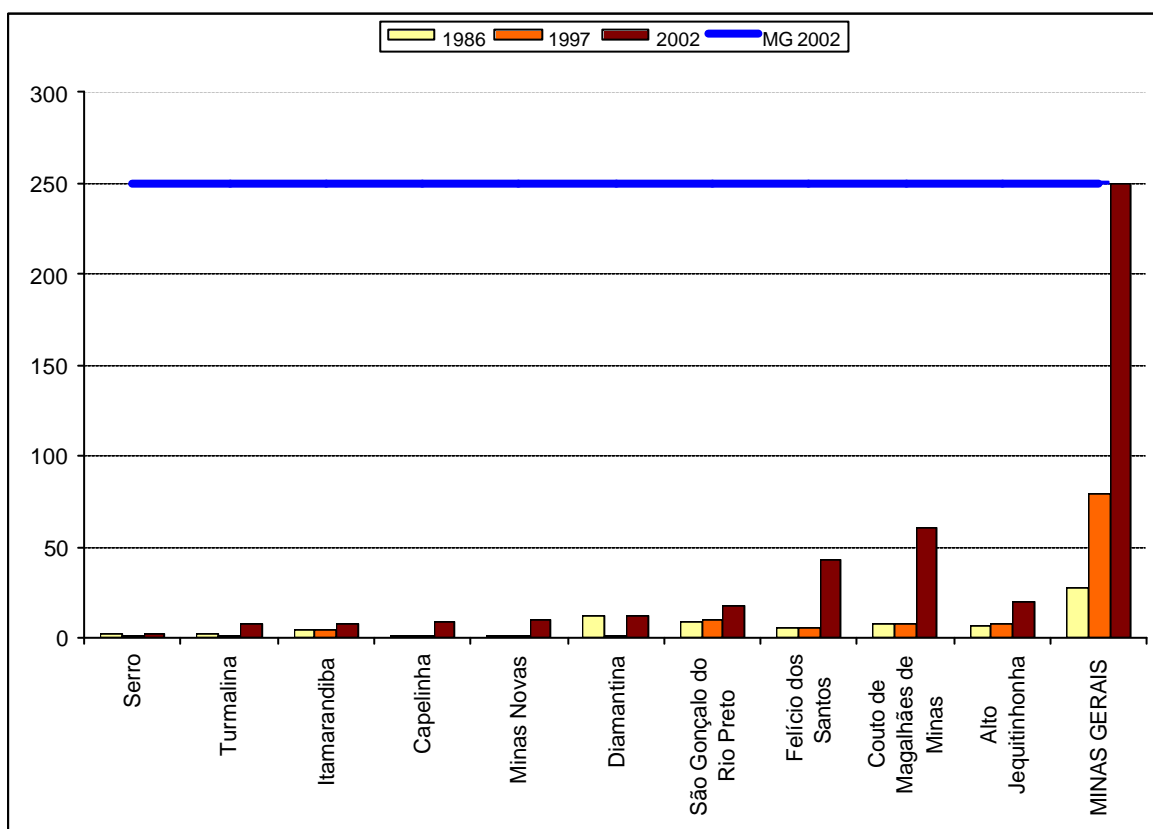


GRÁFICO 2.11 – Taxas de roubo à mão armada por município pesquisado, Alto Jequitinhonha e Minas Gerais – 1987, 1997 e 2003

Fonte: Diagnóstico da Criminalidade Violenta em Minas Gerais, 2003.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Estas taxas, ainda consideradas pouco preocupantes, podem sofrer uma reversão com o aumento do fluxo de turistas. O despreparo das comunidades e da polícia local também podem contribuir para acelerar resultados negativos, especialmente quando do aproveitamento de atrativos naturais, localizados distantes das áreas urbanas, como foi apontado nas reuniões de definição do marco lógico para o desenvolvimento do turismo no Pólo do Vale do Jequitinhonha.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jequitinhonha é uma das regiões do estado de Minas Gerais onde o processo de ocupação foi determinado pela extração de minerais de alto valor econômico (diamante e ouro). A decadência dessa exploração, entretanto, não se fez acompanhar pela implantação de atividades econômicas que permitissem a região continuar competitiva no novo sistema de relações comerciais que iria se instaurava no país. Toda a vasta literatura disponível sobre a região produzida a partir da década de 1970 – quando se consolida a preocupação com as desigualdades regionais no estado de Minas Gerais – sempre apresenta o mesmo diagnóstico, definindo-a como uma região periférica/marginal ao sistema de mercado, um “bolsão de pobreza” marcado por evasão populacional, baixa intensidade econômica e de condições de vida.

Resta do período áureo da mineração um apreciável acervo arquitetônico e artístico, particularmente em Diamantina e Serro que, complementado pelos atrativos naturais, irá determinar o potencial de atração de fluxos turísticos para o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, em especial, para os municípios da Área de Planejamento.

O Pólo, entretanto, não tem nenhuma representatividade econômica em nível estadual e o grupamento formado pelos municípios da Área de Planejamento – apesar de sua heterogeneidade e precariedade – é muitas vezes referido como a porção “rica” do Jequitinhonha, sendo capaz de gerar 37,14% e 41,56%, em 1990 e 2000, respectivamente, do PIB total do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.

Apesar dessa vantagem relativa, analisar a dinâmica socioeconômica dos municípios da Área de Planejamento é, em síntese, analisar indicadores de pobreza sob óticas diferenciadas.

Os dados dos agregados setoriais do PIB registram uma queda na participação do setor Agropecuário na formação do PIB bem como o seu baixo desempenho, com taxas negativas em Diamantina e Turmalina, configurando as dificuldades crescentes de uma agricultura exercida em moldes tradicionais, numa região marcada, em graus variados, por baixos níveis de produtividade e, mesmo, de ocupação da força de

trabalho, associados a deficiências de fertilidade e hídricas, susceptibilidade à erosão e dificuldades de mecanização. Foge, a esta regra geral o médio dinamismo representado pela cafeicultura e o reflorestamento.

O setor Industrial entra na composição do PIB de 2000 de forma modesta, com valores monetários quase desprezíveis, onde as taxas de crescimento são determinadas pelos baixos valores registrados no ano inicial da série e não pelo desempenho do setor limitado, na sua expansão, pela debilidade da infra-estrutura e pela concorrência de outras localidades melhor posicionadas em relação ao mercado.

A análise do agregado serviços revela, como não poderia deixar de ser, a sua alta participação na composição do PIB municipal. Aqui também cabe ressaltar uma outra grande limitação: seis entre as nove sedes municipais têm população inferior a 10 mil habitantes, estando duas – Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto – com população inferior a dois mil habitantes. O maior centro urbano é Diamantina com população, em 2000, de 29.565 habitantes. Tecnicamente isto significa a inexistência de um mercado mínimo para a instalação de atividades diversificadas e com maior grau de sofisticação.

O detalhamento dos setores Comércio e Serviços a partir dos dados do Valor Adicionado Fiscal (saídas) de 2000 registram resultados monetários quase inexpressivos, apontando um alto grau de informalidade das atividades exercidas.

Esta dinâmica, observada a partir de indicadores agregados, é incapaz de oferecer resultados mais acurados sobre a atividade turística: não se tem, no estado de Minas Gerais, a tradição de tratar a atividade turística de forma desagregada nas estatísticas. Assim, o não registro formal das receitas auferidas, aliado à forma de agregação na apresentação dos dados estatísticos tornam informações cruciais como impacto das atividades turísticas na geração do PIB apenas passíveis de serem calculadas de forma indireta como detalhado no item 3.12 do diagnóstico do PDITS.

Os resultados econômicos observados, mesmo que sem grandes detalhamentos, são suficientes para apontar uma tendência de graves problemas nas condições de vida da população ali residente. O baixo desempenho da economia tem reflexos diretos na

dinâmica populacional e, particularmente, sobre a educação e a saúde, como se verá a seguir.

A falta de perspectivas econômicas e as baixas condições de vida determinam altas taxas de evasão populacional, chegando o Pólo e a maioria dos municípios da Área de Planejamento, em 2000, a taxas negativas de crescimento populacional, independentemente dos desmembramentos territoriais

As condições de vida – medidas pelo IDHM – colocam três municípios na faixa Médio–Alto Desenvolvimento Humano (Couto de Magalhães de Minas, Diamantina e Turmalina, com IDH entre 0,7 e 0,79) e, os demais, na faixa Médio–Médio Desenvolvimento Humano (entre 0,6 e 0,69). Estes valores são muito inferiores à média estadual, comprovado pela baixa posição ocupada pelos municípios no ordenamento do IDHM no estado e, principalmente, quando se examinam os componentes do IDHM e algumas de suas variáveis.

No componente Renda, há vários elementos que colocam os municípios numa posição bastante desfavorável: renda *per capita* inferior a 53% da média estadual; elevada proporção de pobres e indigentes; e crescimento do percentual de famílias dependentes de transferências governamentais.

O componente educação, apesar de ter sido o principal responsável pela melhoria no IDHM no período 1991/2000, mostra a permanência de graves problemas nos municípios. Entre os jovens ainda subsistem altas taxas de analfabetismo, de crianças fora da escola e de defasagem escolar. Entre os adultos a situação é de alto risco: altas taxas de analfabetismo e alto percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo (analfabetismo funcional) e 8 anos de estudo, o que se traduz em baixa capacidade para competir no mercado de trabalho.

Os levantamentos de campo comprovaram a baixa oferta e o ainda baixo percentual de alunos no ensino médio, cursos de alfabetização de adultos e de capacitação profissional nas áreas de interesse para o desenvolvimento do turismo.

Os dados estatísticos e informações de campo revelaram problemas na atenção básica, o que pode ser constatado pelo número de internações suscetíveis à atenção ambulatorial. Revelam, também, a permanência de doenças infecto-contagiosas como uma das principais causas de morbidade e mortalidade relacionadas às baixas condições de saneamento.

Assim, os dados para 2000 mostram alguns avanços na área social mas insuficientes para alterar o perfil de Baixo Desenvolvimento Humano do Pólo e dos municípios da Área de Planejamento, particularmente quando são analisados os índices componentes e isoladas algumas variáveis com maior poder explicativo.

A estagnação econômica, as inúmeras deficiências da infra-estrutura viária, de saneamento, de energia e de comunicação concorrem para a baixa atração de investimentos produtivos e, conseqüentemente, de geração de emprego e renda.

## **ANEXO**

### **Indicadores econômicos e sociais dos municípios do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha**

TABELA 1

Produto Interno Bruto total a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000

(Continua)

SEGMENTO	PERÍODO						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Capelinha	530,53	3.449,88	36.594,73	764.906,19	23.977.391,10	33.550.309,22	44.433.446,27
Couto de Magalhães de Minas	95,60	873,47	9.235,91	231.384,62	3.959.235,87	5.322.727,15	6.609.704,53
Diamantina	1.168,10	6.438,17	69.177,28	1.590.666,15	34.354.413,80	60.625.403,03	72.227.000,04
Felício dos Santos	83,41	432,41	4.235,95	104.584,92	2.796.972,84	5.034.173,60	6.273.542,47
Itamarandiba	567,62	3.279,17	29.213,68	608.985,03	16.485.803,64	27.985.823,62	37.592.514,57
Minas Novas	386,16	2.052,14	21.915,17	448.451,87	13.205.042,73	21.001.306,63	22.861.363,76
São Gonçalo do Rio Preto	65,32	403,36	3.705,90	87.248,48	2.030.700,04	3.734.543,35	4.474.511,31
Serro	316,34	1.909,84	19.438,80	460.092,63	11.079.027,30	21.560.394,27	27.946.590,69
Turmalina	366,36	2.161,63	17.485,33	391.489,08	10.160.993,71	20.762.593,48	26.817.995,63
Municípios pesquisados	3.579,44	21.000,07	211.002,73	4.687.808,97	118.049.581,04	199.577.274,35	249.236.669,28
Pólo Vale do Jequitinhonha	9.636,49	53.774,47	543.736,98	12.740.411,11	306.454.555,63	519.745.570,95	674.198.260,38
Minas Gerais	1.033.570,43	5.534.489,58	63.038.659,02	1.480.846.778,09	34.771.362.070,34	58.881.597.457,68	73.727.222.288,52
Munic. pesquisados/Pólo (%)	37,14	39,05	38,81	36,79	38,52	38,40	36,97
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,35	0,38	0,33	0,32	0,34	0,34	0,34
Pólo/Minas Gerais (%)	0,93	0,97	0,86	0,86	0,88	0,88	0,91

(Conclusão)

SEGMENTO	PERÍODO			
	1997	1998	1999	2000
Capelinha	44.518.415,61	62.083.268,77	49.630.804,45	80.451.616,92
Couto de Magalhães de Minas	7.092.617,30	7.838.328,60	8.544.862,72	10.731.667,88
Diamantina	83.093.425,30	89.787.588,41	94.203.459,28	107.273.767,09
Felício dos Santos	7.197.925,07	8.565.962,93	8.652.312,71	10.132.658,38
Itamarandiba	39.333.852,38	45.725.856,51	45.264.261,10	68.169.181,00
Minas Novas	25.945.942,16	33.949.248,22	32.268.805,00	48.127.610,98
São Gonçalo do Rio Preto	4.836.157,91	5.232.803,00	5.432.279,66	6.000.619,15
Serro	30.469.448,62	35.322.301,95	37.276.023,01	39.425.294,82
Turmalina	27.783.390,08	28.768.941,49	32.160.451,00	43.506.095,73
Municípios pesquisados	270.271.174,42	317.274.299,90	313.433.258,94	413.818.511,95
Pólo Vale do Jequitinhonha	765.829.923,06	809.075.310,10	806.993.328,70	995.600.447,71
Minas Gerais	82.125.522.669,81	84.215.672.631,47	87.490.933.040,80	98.867.499.732,33
Munic. pesquisados/Pólo (%)	35,29	39,21	38,84	41,56
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,33	0,38	0,36	0,42
Pólo/Minas Gerais (%)	0,93	0,96	0,92	1,01

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA 2

Produto Interno Bruto do setor agropecuário a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000

(Continua)

SEGMENTO	PERÍODO						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Capelinha	204,31	1.341,87	12.685,75	252.482,49	13.414.090,90	17.587.985,82	22.562.401,98
Couto de Magalhães de Minas	12,89	60,20	506,51	12.831,24	399.868,28	638.104,24	764.928,29
Diamantina	123,96	598,93	5.046,99	137.745,18	2.231.041,41	3.061.131,48	2.940.258,89
Felício dos Santos	25,48	117,68	1.065,50	28.008,30	915.233,89	1.259.946,82	1.392.063,46
Itamarandiba	182,67	923,60	7.503,29	173.043,29	5.935.379,78	6.838.041,43	7.985.626,32
Minas Novas	200,78	868,12	7.340,02	162.803,31	6.816.456,74	8.795.269,90	6.716.472,87
São Gonçalo do Rio Preto	12,46	60,31	509,49	13.402,15	382.130,60	618.576,31	567.394,29
Serro	86,66	440,75	3.597,55	90.164,45	2.529.277,05	3.727.911,32	4.794.566,19
Turmalina	104,46	358,88	2.699,90	61.063,90	2.030.046,05	2.541.596,32	1.711.690,57
Municípios pesquisados	953,68	4.770,35	40.955,00	931.544,31	34.653.524,69	45.068.563,64	49.435.402,87
Pólo Vale do Jequitinhonha	3.196,72	15.429,81	133.091,94	3.160.611,79	95.120.188,14	121.958.086,82	143.053.395,59
Minas Gerais	115.736,58	588.173,80	5.468.183,66	137.577.403,58	4.850.997.908,75	5.871.413.578,32	6.713.777.812,39
Munic. pesquisados/Pólo (%)	29,83	30,92	30,77	29,47	36,43	36,95	34,56
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,82	0,81	0,75	0,68	0,71	0,77	0,74
Pólo/Minas Gerais (%)	2,76	2,62	2,43	2,30	1,96	2,08	2,13

(Conclusão)

MUNICÍPIOS	PERÍODO			
	1997	1998	1999	2000
Capelinha	15.371.642,36	26.679.623,40	11.152.739,62	33.972.151,80
Couto de Magalhães de Minas	812.084,23	740.655,10	924.844,10	975.581,56
Diamantina	3.618.745,01	2.907.634,90	3.332.001,41	3.477.883,04
Felício dos Santos	1.448.312,84	1.515.763,23	1.632.203,21	1.524.286,15
Itamarandiba	6.816.156,98	9.582.429,44	7.258.535,50	20.367.714,46
Minas Novas	5.837.097,92	9.164.615,25	5.502.003,83	11.585.912,71
São Gonçalo do Rio Preto	633.413,60	607.483,07	706.486,27	689.662,65
Serro	5.242.007,61	5.696.769,91	6.240.545,44	6.582.762,55
Turmalina	1.740.152,00	1.830.316,64	1.563.909,64	3.059.440,21
Municípios pesquisados	41.519.612,54	58.725.290,94	38.313.269,03	82.235.395,14
Pólo Vale do Jequitinhonha	161.641.592,09	151.151.171,42	129.991.260,23	188.424.338,94
Minas Gerais	6.982.085.008,39	7.721.459.572,49	8.206.723.279,59	8.354.977.421,51
Munic. pesquisados/Pólo (%)	25,69	38,85	29,47	43,64
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,59	0,76	0,47	0,98
Pólo/Minas Gerais (%)	2,32	1,96	1,58	2,26

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA 3

Produto Interno Bruto do setor industrial a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000

(Continua)

SEGMENTO	PERÍODO						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Capelinha	25,91	159,07	1.607,13	38.366,18	905.417,04	1.695.348,72	2.687.822,82
Couto de Magalhães de Minas	5,88	30,28	337,94	6.888,75	168.189,83	313.040,85	444.481,56
Diamantina	227,52	975,12	9.640,45	225.164,74	5.756.483,91	10.359.668,39	13.601.330,61
Felício dos Santos	2,29	14,55	171,63	3.560,01	80.235,51	155.120,17	222.980,42
Itamarandiba	30,64	118,08	1.434,18	37.342,17	820.092,42	1.687.791,80	2.701.087,72
Minas Novas	28,37	179,64	4.410,12	68.139,15	985.033,71	1.680.825,17	2.322.582,40
São Gonçalo do Rio Preto	1,08	6,50	68,20	1.763,57	44.963,15	174.495,67	313.358,65
Serro	31,02	155,77	1.689,72	36.274,00	831.163,89	1.460.473,46	2.480.764,46
Turmalina	93,76	703,42	3.573,72	85.943,84	2.199.741,19	5.296.581,08	7.552.160,33
Municípios pesquisados	446,47	2.342,45	22.933,09	503.442,42	11.791.320,64	22.823.345,32	32.326.568,98
Pólo Vale do Jequitinhonha	1.404,88	7.232,27	80.740,91	2.054.468,44	43.904.761,76	73.705.323,56	110.198.348,63
Minas Gerais	425.401,80	2.158.873,24	25.280.218,91	577.166.148,48	13.692.201.860,53	22.958.070.904,01	29.628.214.396,09
Munic. pesquisados/Pólo (%)	31,78	32,39	28,40	24,50	26,86	30,97	29,33
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,10	0,11	0,09	0,09	0,09	0,10	0,11
Pólo/Minas Gerais (%)	0,33	0,34	0,32	0,36	0,32	0,32	0,37

(Conclusão)

SEGMENTO	PERÍODO			
	1997	1998	1999	2000
Capelinha	3.046.013,80	4.435.797,77	4.665.525,68	6.086.505,05
Couto de Magalhães de Minas	524.965,44	888.302,92	1.204.434,76	1.317.360,00
Diamantina	14.619.733,00	16.668.577,53	17.950.341,21	20.720.938,42
Felício dos Santos	337.188,98	419.871,75	347.542,46	405.753,71
Itamarandiba	3.067.797,07	4.221.683,45	5.208.942,96	5.929.398,29
Minas Novas	2.451.911,04	3.136.032,44	3.590.342,70	4.805.283,14
São Gonçalo do Rio Preto	289.342,20	322.510,83	333.970,94	408.144,54
Serro	3.284.048,19	4.867.691,57	5.796.891,89	4.940.309,09
Turmalina	9.550.562,17	11.021.665,82	14.099.362,65	20.530.431,47
Municípios pesquisados	37.171.561,88	45.982.134,07	53.197.355,25	65.144.123,71
Pólo Vale do Jequitinhonha	124.739.590,33	141.150.703,73	149.257.214,69	188.133.731,54
Minas Gerais	34.223.936.122,72	33.965.251.708,61	36.215.815.110,14	42.847.017.004,92
Munic. pesquisados/Pólo (%)	29,80	32,58	35,64	34,63
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,11	0,14	0,15	0,15
Pólo/Minas Gerais (%)	0,36	0,42	0,41	0,44

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP) , Centro de Estatística e Informações (CEI)  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

TABELA4

Produto Interno Bruto do setor serviços a preços correntes, por município pesquisado, Pólo e Minas Gerais – 1990-2000

(Continua)

SEGMENTO	PERÍODO						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Capelinha	300,31	1.948,94	22.301,85	474.057,52	9.657.883,15	14.266.974,67	19.183.221,47
Couto de Magalhães de Minas	76,84	782,99	8.391,46	211.664,63	3.391.177,76	4.371.582,05	5.400.294,67
Diamantina	816,62	4.864,12	54.489,84	1.227.756,23	26.366.888,48	47.204.603,16	55.685.410,54
Felício dos Santos	55,64	300,18	2.998,83	73.016,61	1.801.503,45	3.619.106,61	4.658.498,59
Itamarandiba	354,31	2.237,48	20.276,21	398.599,57	9.730.331,44	19.459.990,40	26.905.800,53
Minas Novas	157,01	1.004,37	10.165,02	217.509,41	5.403.552,28	10.525.211,55	13.822.308,49
São Gonçalo do Rio Preto	51,77	336,54	3.128,20	72.082,76	1.603.606,30	2.941.471,36	3.593.758,38
Serro	198,65	1.313,32	14.151,52	333.654,18	7.718.586,36	16.372.009,50	20.671.260,04
Turmalina	168,14	1.099,33	11.211,71	244.481,34	5.931.206,47	12.924.416,08	17.554.144,72
Municípios pesquisados	2.179,29	13.887,27	147.114,64	3.252.822,23	71.604.735,70	131.685.365,39	167.474.697,43
Pólo Vale do Jequitinhonha	5.034,88	31.112,40	329.904,14	7.525.330,88	167.429.605,73	324.082.160,57	420.946.516,17
Minas Gerais	492.432,05	2.787.442,53	32.290.256,46	766.103.226,03	16.228.162.301,06	30.052.112.975,35	37.385.230.080,04
Munic. pesquisados/Pólo (%)	43,28	44,64	44,59	43,22	42,77	40,63	39,79
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,44	0,50	0,46	0,42	0,44	0,44	0,45
Pólo/Minas Gerais (%)	1,02	1,12	1,02	0,98	1,03	1,08	1,13

SEGMENTO	PERÍODO				(Conclusão)
	1997	1998	1999	2000	
Capelinha	26.100.759,45	30.967.847,60	33.812.539,16	40.392.960,07	
Couto de Magalhães de Minas	5.755.567,64	6.209.370,58	6.415.583,86	8.438.726,32	
Diamantina	64.854.947,28	70.211.375,98	72.921.116,65	83.074.945,63	
Felício dos Santos	5.412.423,25	6.630.327,96	6.672.567,05	8.202.618,52	
Itamarandiba	29.449.898,33	31.921.743,62	32.796.782,63	41.872.068,25	
Minas Novas	17.656.933,20	21.648.600,53	23.176.458,47	31.736.415,13	
São Gonçalo do Rio Preto	3.913.402,11	4.302.809,11	4.391.822,45	4.902.811,96	
Serro	21.943.392,82	24.757.840,47	25.238.585,68	27.902.223,18	
Turmalina	16.492.675,92	15.916.959,04	16.497.178,71	19.916.224,05	
Municípios pesquisados	191.580.000,00	212.566.874,88	221.922.634,66	266.438.993,10	
Pólo Vale do Jequitinhonha	479.448.740,64	516.773.434,95	527.744.853,78	619.042.377,23	
Minas Gerais	40.919.501.538,71	42.528.961.350,37	43.068.394.651,07	47.665.505.305,90	
Munic. pesquisados/Pólo (%)	39,96	41,13	42,05	43,04	
Munic. pesquisados/Minas Gerais (%)	0,47	0,50	0,52	0,56	
Pólo/Minas Gerais (%)	1,17	1,22	1,23	1,30	

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)



## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), edição 2000. Parte II Estatística Mineral por Substância.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (PNUD/FJP/IPEA) 1998 e 2003, Belo Horizonte.

CADASTRO ESCOLAR 2001. Ministério da Educação, INEP.

CENSO ESCOLAR 2002. Ministério da Educação, INEP.

CENSOS DEMOGRÁFICOS: Recenseamentos Gerais do Brasil. Minas Gerais, IBGE 1970, 1980, 1991 e 2000.

CROCO, M. A. Aglomerações Produtivas Locais. In BDMG, Minas Gerais do Século XXI, vol. VI, Belo Horizonte, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Centro de Estatística e Informações. Produto Interno Bruto 1990-2000. Belo Horizonte, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Centro de Desenvolvimento em Administração. Relatório Capacidade Institucional dos Municípios. Prodetur II; Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Perfil de Morbi-Mortalidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Diagnóstico da Criminalidade Violenta em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Identificação e Análise das Transformações do Setor Agropecuário, 1985-1996, com ênfase em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA: Programa de Recursos Hídricos do Vale do Jequitinhonha – PRODEVALE. Belo Horizonte, 1997.

MOVIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR: Minas Gerais 2000 DATASUS.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL: Minas Gerais 1997 e 2001: IBGE

PESQUISA ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA 1999: Minas Gerais – Internações. DATASUS.

PESQUISA PECUÁRIA MUNICIPAL: Minas Gerais 1997 e 2001. IBGE

QUIROGA, J e RESENDE, S. A mortalidade infantil por causas de morte no Vale do Jequitinhonha – MG. Trabalho apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA: Valor Adicionado Fiscal 2000. Belo Horizonte, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL DO SUS (SIA-SUS) Minas Gerais 2000. DATASUS.